



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

DO ACORDO À REFORMA ORTOGRÁFICA: A EMERGÊNCIA DE UMA FÓRMULA?

Fernando Curtti Gibin

SÃO CARLOS
2011



Universidade Federal de São Carlos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

DO ACORDO À REFORMA ORTOGRÁFICA: A EMERGÊNCIA DE UMA FÓRMULA?

FERNANDO CURTTI GIBIN

Relatório apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas

São Carlos - São Paulo - Brasil
2011

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

C981ar

Curtti-Gibin, Fernando.

Do acordo à reforma ortográfica : a emergência de uma fórmula? / Fernando Curtti Gibin. -- São Carlos : UFSCar, 2011.

151 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

1. Análise do discurso. 2. Acordo ortográfico. 3. Reforma ortográfica. 4. Linguística - fórmulas. I. Título.

CDD: 401.41 (20ª)



**BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
FERNANDO CURTTI GIBIN**

Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas
Orientador e Presidente
UFSCar – São Carlos

Prof. Dr. Sírio Possenti
Membro externo
UNICAMP - Campinas

Prof.^a. Dr.^a Luciana Salazar Salgado
Membro interno
UFSCar – São Carlos

Submetida a defesa pública em sessão realizada em: 01/07/2011.
Homologada na ___ reunião da CPGL, realizada em ___/___/2011.

Prof. Dr. Oto Araújo Vale
Coordenador do PPGL

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela saúde e perseverança;

À minha mãe Lucelha por toda minha história de vida, pelo amor, companheirismo e incentivo para que eu realizasse mais este sonho;

Ao professor, orientador e amigo Dr. Roberto Leiser Baronas que incentivou e me concedeu esta oportunidade de aprofundar os estudos e ampliar meus horizontes acadêmicos;

Agradeço também pelo carinho com que sempre me orientou, pelas lições extra-acadêmicas que me ensinou com humildade e dedicação aos estudos;

Às professoras Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva e Luciana Salazar Salgado pelas valiosíssimas contribuições no exame de qualificação;

À professora Dra. Vanice Sargentini que tão gentilmente contribuiu com esta pesquisa;

À minha querida esposa Débora que tanto me ajudou e pacientemente acompanhou o desenvolvimento deste trabalho;

Ao pessoal da secretaria do PPGL que sempre me recebeu com gentileza e respeito, em especial à Nani.

“Procura-se assinalar os ‘grãos’ que se formam no universo discursivo, e depois apreender as questões pelas quais eles são habitados contraditoriamente” (Krieg-Planque, 2009 apud SCHEPENS, 2009)

RESUMO

Esta pesquisa, embasada nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de orientação francesa, tem por objetivo analisar discursivamente como a Folha de S. Paulo (Folha) deu em narrativa o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009. Como recorte temporal, estabelecemos o período de 1º de janeiro de 2008 (um ano antes da efetiva entrada em vigor do acordo nos países de língua portuguesa) até 1º de janeiro de 2010 (um ano depois da efetiva entrada). Nosso objetivo central é compreender no período histórico delimitado em que medida a sequência verbal acordo ortográfico ao deslizar para reforma ortográfica pode ser compreendida como uma fórmula: “um objeto descritível nas categorias da língua e cujo destino – ao mesmo tempo invasivo e continuamente questionado – no interior dos discursos públicos é determinado pelas práticas languageiras e pelo estado das relações de opinião e de poder em um momento dado no seio do espaço público” (KRIEG-PLANQUE, 2009, p. 14). Em outras palavras, objetivamos verificar nesse jornal ao longo do período estabelecido, como esse sintagma reforma ortográfica, embora formalmente estável do ponto de vista da descrição e da explicação linguística, põe-se a funcionar pelo trabalho da mídia nos discursos do espaço público como uma sequência tão partilhada quanto problemática, conhecendo um regime discursivo que faz dela uma fórmula.

PALAVRAS-CHAVE: Fórmula. Discurso. Reforma Ortográfica. Acordo Ortográfico.

ABSTRACT

The aim of this research, based on the French Discourse Analysis theoretical and methodological approach, is analyzing discursively how Folha de S. Paulo (a Brazilian newspaper of significant circulation) narratively published the Portuguese Language Orthographic Agreement of 1990, which came into force in January 1st, 2009. As temporal outline, we established the period from January 1st, 2008 (a year before the effective coming into force of the agreement among the Portuguese language countries) to January 1st, 2010 (a year after it comes into force). Our main purpose is understanding during this period how the verbal sequence *acordo ortográfico* (spelling agreement), when it slides to *reforma ortográfica* (spelling reform), can be understood as a formula: “an object which is describable in language categories and whose destiny – at the same time invasive and continuously questioned – inside the public discourses is determined by language practices and by the state of opinion and power relations in a specific moment in the very heart of the public space.” (Krieg-Planque, 2009, p. 14). In other words, we have the objective of verifying on this paper during this established period how this syntagm *reforma ortográfica*, even though it is formally stable in the point of view of the linguistic description and explanation, is performed by the medium work in the public space discourses as a sequence both shared and problematic, knowing a discursive regime that makes it a formula.

KEYWORDS: Formula. Discourse. Spelling reform. Spelling agreement.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA	20
2.1	A Análise do Discurso em um breve panorama pecheuxiano.....	20
2.2	O interdiscurso: o espaço da memória discursiva.....	26
2.3	A noção de fórmula em Alice Krieg-Planque.....	30
2.3.1	O caráter de cristalização da fórmula.....	30
2.3.2	O caráter discursivo da fórmula.....	35
2.3.3	O caráter de referente social da fórmula.....	37
2.3.4	O caráter polêmico da fórmula.....	39
3	CONSIDERAÇÕES SOBRE O CORPUS	42
3.1	A atividade de frequentação das fórmulas.....	42
3.2	O programa de estatística textual.....	45
3.3	A coleta e a organização dos dados.....	48
3.3.1	Características gerais do corpus.....	48
3.3.2	Organização dos dados.....	48
4	APONTAMENTOS DE UMA ANÁLISE DISCURSIVA	50
4.1	Análise discursiva da fórmula.....	50
4.2	O caráter cristalizado da fórmula.....	55
4.3	O caráter discursivo da fórmula.....	64
4.4	O caráter de referente social da fórmula.....	71
4.5	O caráter polêmico da fórmula.....	78
5	APONTAMENTOS EM FORMA DE CONCLUSÃO	84
	REFERÊNCIAS	86
	ANEXOS	89

1 INTRODUÇÃO

Antes de entrar na questão propriamente dita, acredita-se ser relevante para esta pesquisa traçar inicialmente um breve panorama sobre a escrita da história do tema e, depois, mobilizar as considerações de alguns estudiosos das ciências da linguagem acerca das implicações sócio-políticas do acordo ortográfico para a sociedade brasileira.

Segundo a resolução da Assembléia da República n.º 26/91 publicada no Diário da República, n.º 193/91, série I-A, a 23 de agosto de 1991, sobre o acordo ortográfico assinado em Lisboa a 16 de dezembro de 1990, “o projeto de texto de ortografia unificada da língua portuguesa” (p. 4), aprovado e ratificado pela Academia das Ciências de Lisboa, Academia Brasileira de Letras e delegações de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, com a adesão da delegação de observadores da Galiza, “constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa e para o seu prestígio internacional.” (p. 4)

Esse acordo ortográfico, como supracitado, assinado no final do ano de 1990, no entanto, não é o primeiro acordo ortográfico ou a primeira tentativa de unificação da ortografia da língua portuguesa. A busca por essa unificação que compõe, segundo o texto do acordo de 1990, “um passo importante” para também o prestígio internacional da língua portuguesa não se iniciou tão recentemente. Já houve, para que a unificação da ortografia fosse conquistada, muitas formas de padronização da língua e outros acordos ortográficos ou, como intitulados por alguns, reformas ortográficas.

A primeira “reforma ortográfica” (expressão dessa maneira empregada no texto oficial do próprio acordo de 1990, p. 22) remonta a 1911. De acordo com Fiorin (2009), linguista brasileiro, para que essa “reforma” fosse realizada, “Portugal não consult[ou] o Brasil” e, por essa razão, o Brasil não aceitou a normatividade portuguesa, ou melhor, segundo o texto oficial do acordo de 1990, essa reforma “não foi extensiva [a esse país]”.

Ainda segundo esse mesmo texto oficial (p. 22), por iniciativa da Academia Brasileira de Letras, em consonância com a Academia das Ciências de Lisboa, com o objetivo

de se minimizarem os inconvenientes desta situação, “foi aprovado em 1931 o primeiro acordo ortográfico entre Portugal e o Brasil.” No entanto, “a tão desejada unificação dos dois sistemas ortográficos” não vingou.

O fato de que o acordo de 1931 não teve êxito levou, mais tarde, à Convenção Ortográfica de 1943. Segundo Fiorin (2009), essa tentativa de unificação de 1943 levava basicamente em conta a pronúncia portuguesa, o que suscitou protestos inflamados no Brasil. Por isso, em 1945, em Lisboa, um novo encontro entre representantes desses dois países foi realizado e se chegou, segundo o texto do acordo de 1990, à chamada Convenção Ortográfica Luso-Brasileira de 1945. Mais uma vez, porém, esse acordo não produziu os almejados efeitos de unificação, uma vez que o acordo “foi adotado em Portugal, mas não no Brasil.” (p. 22) De acordo com Fiorin (2009), esse acordo não se efetuiu pelo fato de não ter sido adotado no Brasil, mas justamente pelo fato de que o Congresso Nacional Brasileiro não o tinha aprovado.

Conforme o texto oficial do acordo de 1990, no Brasil, em 1971, e em Portugal, em 1973, “foram promulgadas leis que reduziram substancialmente as divergências ortográficas entre os dois países” (p. 22). Ainda segundo esse mesmo texto oficial, apesar destas iniciativas de unificação da ortografia, continuavam a persistir, porém, divergências sérias entre os dois sistemas ortográficos.

No sentido de minimizarem as divergências, a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras elaboraram, segundo o texto oficial do acordo de 1990, em 1975 um novo projeto de acordo que não foi, no entanto, aprovado oficialmente por razões de ordem política, sobretudo vigentes em Portugal.

Surge, então, um pouco mais tarde, um encontro no Rio de Janeiro, em maio de 1986, no qual se encontram, pela primeira vez na história da língua portuguesa, representantes não apenas do Brasil e de Portugal, mas também dos cinco novos países africanos lusófonos provenientes da descolonização portuguesa. O Acordo Ortográfico de 1986, estabelecido na reunião do Rio de Janeiro, ficou, porém, inviabilizado pela reação polêmica contra ele movida, sobretudo em Portugal.

A partir dessa pequena história dos acordos ortográficos que repercutiram durante anos, nota-se que, embora as tentativas de se chegar a uma unificação da ortografia entre os países lusófonos tenha sido incessante, nenhuma produziu os resultados esperados, ou melhor, as unificações ortográficas sempre fracassaram.

Segundo o texto oficial do acordo de 1990, todo esse fracasso é resultante do fato de que os acordos visavam impor uma unificação ortográfica absoluta e, por esse motivo, ainda que se tentasse chegar a uma concordância de ortografias, a unificação era demasiadamente radical e não era aceita, pois, por parte substancial da opinião pública daqueles países que mais se viam prejudicados. Conforme o texto do acordo de 1990, “A inviabilização prática de tais soluções leva à conclusão de que não é possível unificar por via administrativa divergências que assentam em claras diferenças de pronúncia – um dos critérios, aliás, em que se baseia o sistema ortográfico da língua portuguesa.” (p. 23)

Nestas condições, procurava-se uma versão de unificação ortográfica que não receasse sacrificar a simplificação também pretendida em 1986, em favor da máxima unidade possível. Segundo o texto oficial do acordo de 1990, “com a emergência de cinco novos países lusófonos, os fatores de desagregação da unidade essencial da língua portuguesa far-se-ão sentir com mais acuidade e também no domínio ortográfico.” Surge, pois, a fim de unificar a ortografia de todos esses países, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

Esse mais recente acordo, o qual, como dito anteriormente, foi implantado a fim de que, ao contrário dos outros anteriores, indubitavelmente vingue, tem sido alvo de discussões, opiniões, críticas, as quais são, contundentemente, publicadas pela mídia, tal como pelo jornal Folha de S. Paulo (Folha), que compõe nosso arquivo.

Em entrevista publicada na Folha de S. Paulo (02 de janeiro de 2009), por exemplo, Frederico Barbosa – poeta e crítico literário brasileiro – acha que o acordo ortográfico “será muito interessante para que não haja duas línguas ou três ou nove línguas portuguesas diferentes.”

Na fala de Frederico Barbosa à Folha, nota-se um dos equívocos mais comuns quanto à adoção desse acordo ortográfico. O que está acontecendo, na realidade, é um acordo para unificar a ortografia, mas não um acordo para unificação da língua portuguesa. Segundo Fiorin (2009),

o que se deseja fazer é uma unificação da ortografia, ou seja, da convenção por meio da qual se representam graficamente as formas faladas da língua, se escrevem as formas da língua. O que se pretende unificar é a escrita e não a língua, que varia de região para outra, de um grupo social para outro, de uma situação de comunicação para outra, de uma faixa etária para outra. A variação é um fenômeno inerente à língua, porque a sociedade em que ela é falada é heterogênea. É impossível uniformizar a língua. Repetimos, o que se pode e se quer tornar uma é a ortografia.

Entretanto, não parece ser essa a perspectiva que talvez compartilhe o próprio acordo ortográfico de 1990. Segundo o texto desse documento, o acordo ortográfico, como dito anteriormente, “constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da língua portuguesa” (p.4). Ainda que não de forma absolutamente consequencial – como se pode notar na fala de Barbosa (acima supracitada), isto é, a unidade da ortografia tem por consequência a unidade da língua –, o trecho acima, mencionado nesta introdução e retirado do texto do acordo, permite a leitura de que existe uma tentativa de defender, por meio da unificação da ortografia, a unidade da língua.

O ministro da educação, Fernando Haddad, disse, por exemplo, em entrevista, que "o acordo ortográfico simplifica a língua e é bem-vindo." (Folha de S. Paulo, 08/01/2009)

Para Cagliari (2009, apud CASTRO, 2009), “a idéia de simplificar a ortografia é uma ilusão desse tipo de reforma ortográfica. Talvez a única simplificação seja a abolição do trema – que ainda terá exceção. Isso não representa grande coisa.” Esse autor ainda menciona que não seria necessário nenhum sinal além das letras, ou melhor, nem acento, nem trema. É um equívoco muito grande pensar que a simplificação da ortografia facilitará o uso da língua. “Mudar a ortografia não facilita a vida de ninguém, porque a ortografia não representa a fala de ninguém. É apenas uma representação gráfica que permite a leitura.”

Segundo Fiorin (2009), a ortografia é o conjunto de convenções que regula a representação dos sons da fala na escrita. De acordo com Cardoso (2009), a ortografia, da combinação dos elementos de origem grega “orto” (reto, direito, correto, normal) e “grafia” (representação escrita de uma palavra), é "o conjunto de regras estabelecidas pela gramática normativa que ensina a grafia correta das palavras".

A relação existente entre ortografia e gramática normativa, até mesmo pela própria combinação de elementos que forma a palavra “ortografia”, parece ser evidente. O texto oficial do acordo ortográfico de 1990 (Art. 2) explicita essa relação: “Os Estados signatários tomarão, através das instituições e órgãos competentes, as providências necessárias com vista à elaboração de um vocabulário ortográfico comum da língua portuguesa, tão completo quanto desejável e tão normatizador quanto possível.” (p. 4)

Talvez da mesma forma que a ortografia, no sentido mais comum, mas reconhecendo que se trata de duas ordens distintas, o termo gramática ou o termo “gramática formal” designa um conjunto de regras que devem ser seguidas por aqueles que querem “falar

e escrever corretamente”. Neste sentido, pois, gramática é um conjunto de regras a serem seguidas. “Usualmente, tais regras prescritivas são expostas, nos compêndios, misturadas com descrições de dados, em relação aos quais, no entanto, em vários capítulos das gramáticas, fica mais do que evidente que o que é descrito é, ao mesmo tempo, prescrito.” (POSSENTI, 1984)

Possenti (1984) ainda menciona que há um conceito de língua compatível com cada conceito de gramática. Isto é, vista a língua de certa forma, ver-se-á a natureza e a função da gramática de uma forma compatível:

O primeiro conceito de língua é o mais usual entre os membros de uma comunidade lingüística, pelo menos em comunidades como as nossas. Segundo tal forma de ver a questão, o termo língua recobre apenas uma das variedades lingüísticas utilizadas efetivamente pela comunidade, a variedade que é pretensamente utilizada pelas pessoas cultas. É chamada língua padrão, ou norma culta. As outras formas de falar (ou escrever) são consideradas erradas, não pertencentes à língua. (Possenti, 1984)

Essas “outras formas de falar (ou escrever)” consideradas “não pertencentes à língua” são, na verdade, as variações lingüísticas que são postas à margem em virtude da variedade de prestígio ou da norma culta. Assim como a norma culta, de acordo com Cagliari (2009, apud CASTRO, 2009), “a ortografia foi criada para neutralizar a variação lingüística”. “Neutralizar a variação lingüística” é, sem dúvida, ver a variação como um erro ou uma corrupção de um modelo. Excluem-se todas as variações em detrimento de uma única considerada “correta”. Eis aí o caráter excludente da ortografia.

Este estudo, no entanto, não se prenderá a tratar essencialmente, como dito no início dessa introdução, a escrita da história dos acordos ortográficos ou apenas as considerações de alguns estudiosos das ciências da linguagem a cerca das implicações sócio-políticas do acordo de 1990 – ainda que inevitavelmente essas implicações componham nosso cenário investigativo –; pensa-se ser relevante para essa pesquisa verificar de um ponto de vista discursivo em que medida pode-se afirmar que a mídia tenha transformado uma questão de extrema relevância para a comunidade dos falantes do português em uma fórmula: uma espécie de “referente social” (FIALA & EBEL, 1983), que implica a circulação de sequências lingüísticas cristalizadas, que assumem um funcionamento polêmico. No entendimento dos autores, dizer que essas sequências “circulam é dizer que as pessoas falam delas, que seus lugares de surgimento se diversificam, que elas se tornam um objeto partilhado do debate”.

O material de análise é composto de textos digitalizados publicados na Folha de S. Paulo desde primeiro de janeiro de 2008 a primeiro de janeiro de 2010. Nesses textos serão analisados e destacados, segundo os pressupostos da Análise do Discurso de orientação francesa e com o auxílio de um programa de estatística textual, todos os enunciados em que ocorrem as sequências “acordo ortográfico” e “reforma ortográfica”, bem como certas expressões consideradas equivalentes nesse contexto, tais como “reforma da língua” ou “simplificação da língua”.

Esta pesquisa tem por objetivo, pois: a) compreender em que medida a sequência verbal acordo ortográfico ao deslizar para reforma ortográfica pode ser entendida como uma fórmula; b) verificar em que medida a sequência linguística reforma ortográfica a ser dada em narrativa pela Folha de S. Paulo pode ser entendida como um lugar discursivo que pode fazer o papel de textos-chave, de provas autenticadoras, de índices de historicidade, de slogans, de palavras de ordem, de designantes que (re)atualizam o acontecimento discursivo acordo ortográfico; c) por último, (re)traçar o percurso histórico do sintagma “reforma ortográfica” em um jornal de grande circulação nacional num período de dois anos. Esta pesquisa tem como interesse “o texto não como objeto final de sua explicação, mas como uma unidade que lhe permite ter acesso ao discurso” (ORLANDI, 1996), provocando uma ruptura no campo ideológico ao qual está relacionado.

2 PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA

2.1 A ANÁLISE DO DISCURSO EM UM BREVE PANORAMA PECHEUXTIANO

A Análise do Discurso de orientação francesa teve sua origem na França na década de 1960. Pêcheux a vê não como uma simples progressão, superação ou passagem natural da linguística saussureana, como da lexicologia para o estudo do discurso, mas como uma ruptura epistemológica que coloca o estudo do discurso em outro terreno.

De acordo com Pêcheux (1997, p. 8), “a Análise do Discurso – quer se a considere como um dispositivo de análise ou como a instauração de novos gestos de leitura” – apresenta-se como uma forma de conhecimento que se faz no entremeio e que leva em conta o confronto, a contradição entre sua teoria e sua prática de análise. Compreendendo-se o entremeio, mais precisamente no contato do histórico com o linguístico, constitui-se a materialidade específica do discurso.

“O discurso me parece, em Michel Pêcheux, um verdadeiro nó. Não é jamais um objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico em que se intrincam literalmente todas suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito.” (MALDIDIÉ, 2003, p. 15).

As bases da Análise do Discurso (doravante AD) foram estabelecidas pelo materialismo histórico, para o qual o discurso é concebido como uma manifestação da ideologia decorrente da organização dos modos de produção social, e pelo estruturalismo, para o qual a linguagem também é vista em seu caráter formal. Além dessas, não menos importante, outro elemento que compõe o quadro epistemológico do surgimento da AD é a psicanálise lacaniana e, a partir daí, um conceito de sujeito.

Freud, a partir da sua teoria do inconsciente, concebe o sujeito não mais como uma entidade homogênea, mas como um sujeito clivado, dividido entre consciente e inconsciente. Fazendo uma releitura de Freud e recorrendo ao estruturalismo linguístico, Lacan tenta abordar com mais precisão o inconsciente e considera que o inconsciente estrutura-se como uma linguagem, “como uma cadeia de significantes latentes que se repete e interfere no discurso efetivo, como se houvesse sempre, sob as palavras, outras palavras, como se o discurso fosse sempre atravessado pelo discurso do Outro” (MUSSALIM, 2006, p.

107), isto é, como se o discurso da consciência fosse atravessado por instâncias do discurso do inconsciente.

Segundo Malidier (2003), Louis Althusser enuncia em *Lire le Capital* que é justamente a partir de Freud que damos o primeiro passo para suspeitar do que escutar e, logo, do que falar ou se calar. Ou melhor, a partir de Freud, e principalmente também depois da releitura de Lacan, começa-se a reconhecer o “‘querer dizer’ do discurso inconsciente – este duplo fundo de que a linguística moderna, nos mecanismos da linguagem, pensa os efeitos e as condições formais.” (p. 18)

Nesse contexto, em 1969, é que Michel Pêcheux publica seu livro intitulado *Análise Automática do Discurso* (doravante AAD), objeto de sua tese universitária defendida em 1968. A AAD, segundo a expressão de Althusser (1974), trata-se antes da mudança de terreno, apoiando-se sobre a linguística e a informática, sem fazer delas simples ferramentas. De acordo com Denise Malidier (2003), tal obra não só “chocou lançando, a sua maneira, questões fundamentais sobre os textos, a leitura, o sentido”, mas também se iniciou criticando os métodos de contagem de frequência, das variantes da análise de conteúdo e outras aplicações estruturalistas. “AAD 69 era uma máquina de abrir questões mais do que de dar respostas.” (p. 25)

Remetendo aos pressupostos estruturalistas, como dito anteriormente, segundo Malidier (2003, p. 21-22), o discurso construído por Michel Pêcheux não implica de nenhuma maneira a superação da cara dicotomia língua/fala ou do tão chamado “corte saussureano”. “Michel Pêcheux constitui o discurso como uma reformulação da fala saussuriana, [...]”.

Não apenas a língua, enquanto sistema formal, é apropriada para a sua teoria, mas também a fala – não no conceito funcionalista de circunstâncias ou influências externas ou situações de comunicação que determinam o que os falantes selecionam no sistema linguístico – é levada em consideração quando Pêcheux pensa em condições de produção, ou melhor, o tecido histórico-social que constitui o discurso. Para Pêcheux, é impossível “analisar um discurso como um texto [...] é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis, a partir de um estado definido das condições de produção.” (MALDIDIER, 2003, p. 23)

Considerando o ponto de vista pecheuxiano, pode-se, por exemplo, analisar o título “É Carnaval! Não trema na língua!” – do artigo publicado dia 10 de fevereiro de 2009 na Folha de S. Paulo por José Simão (colunista de humor do jornal Folha de S. Paulo, do portal Universo Online e da rádio BandNews FM). Nesse título, não se analisa o discurso que se manifesta nesse enunciado “como um texto”, cujos sentidos e significados estariam, numa visão logocêntrica, intactos ou congelados, prontos a ser decodificados. Considera-se, por exemplo, o linguístico, isto é, a forma com a qual se apresentam e se organizam os elementos que compõem esse enunciado, como o verbo “tremar” que está no imperativo negativo, o substantivo “língua” que está grafado segundo as regras normativas do mais recente Acordo Ortográfico, isto é, sem o uso do trema. Ademais, atenta-se ao fato de que esse enunciado não se profere sozinho (como se se contasse apenas o fato de que neste momento se comemora o Carnaval e que não se deve tremar na língua); pensa-se que tal enunciado é, sobretudo, acompanhado de outros enunciados, ou melhor, de outros “discursos possíveis” – como os de que hoje o Carnaval no país geralmente faz uma forte apelação sexual, de que a língua pode ser relacionada ao órgão genital masculino. Além disso, estima-se o contexto em que ele é produzido, isto é, as condições de produção ou o tecido sócio-histórico que o compõe – está num artigo publicado na Folha de S. Paulo, na parte “Ilustrada”, em textos humorísticos (por isso também o uso de ironia), publicado em mês de Carnaval (um acontecimento que promove o entrecruzamento de muitos enunciados), praticamente um mês depois de outro acontecimento, que é justamente a entrada em vigor do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, o qual aboliu o trema¹ (Acordo Ortográfico, 1990, p. 31). Todos os sentidos desse título são efeitos desse contexto histórico-social que os compõe.

Para Pêcheux, a semântica não poderia ser vista como apenas mais um nível, homólogo a outros, para além dos níveis fonológico, morfológico e sintático. Existe uma aliança, jamais secundária, que liga as significações de um texto às condições sócio-históricas que o constituem. (MALDIDIER, 2003, p. 31) O sentido é, pois, efeito das condições de produção do discurso que o constituem.

De acordo com Mussalim (2006, p. 123), “o contexto histórico-social, [...], constitui parte do sentido do discurso e não apenas um apêndice que pode ou não ser considerado.” Em outras palavras, para a AD, os sentidos são historicamente construídos.

¹ O novo texto ortográfico propõe a supressão completa do trema, já acolhida, aliás, no Acordo de 1986, embora não figurasse explicitamente nas respectivas bases. A única ressalva, neste aspecto, diz respeito a palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros com trema (cf. mülleriano, de Müller, etc.).

Segundo Maltby (2003, p. 33), as reflexões de Pêcheux sobre o discurso levavam-no justamente “ao ponto de encontro da língua com a ideologia.”

No artigo de Pêcheux (1980) *Remontémons de Foucault à Spinoza*, discute-se, por exemplo, o conceito de ideologia. “Pêcheux introduz a diferença e a divisão como características da ideologia, ou seja, ela é heterogênea e vive sob o signo da contradição” (INDURSKY, 1999, p. 82). Para Pêcheux, pois, a ideologia não é limitada ou homogênea, mas, pelo contrário, é constitutivamente heterogênea, já que se manifesta a partir de ou em oposição à outra ou outras ideologias.

“[U]m conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p. 166) Eis o que esses autores definem formação ideológica.

A partir dessa definição, tais autores ainda dizem que “[o] indivíduo é interpelado por uma ideologia” (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p. 167). O sujeito não produz seu discurso do nada, do vazio, mas se identifica com uma formação ideológica e, assim, formula e reformula seus dizeres na linguagem, no discurso. Os discursos, formulados por esses sujeitos, constituem-se a partir de outros discursos, contrapondo-se, identificando-se, transformando-se em diferentes formações discursivas, as quais se manifestam a partir de formações ideológicas.

Tratando mais especificamente sobre as formações discursivas, no ano de 1975, foi publicado o texto *A propósito da Análise Automática do Discurso* por Pêcheux em co-autoria com Catherine Fuchs. Esse texto retomou algumas questões presentes em Pêcheux (1969), no qual o conceito de formação discursiva é descrito da seguinte maneira:

Formações discursivas determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma *harenga*², um sermão, um panfleto, uma exposição etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p. 166)

² A palavra *harenga* não foi encontrada no dicionário Houaiss. Localizou-se a palavra *arenga* sem o h, que segundo o dicionário Houaiss é a mesma coisa que um tipo de discurso.

Considerando essa definição, lê-se que a partir de uma “relação de classes” e de uma posição ocupada em um contexto sócio-histórico, em que o sujeito está inserido, isto é, a partir de uma dada formação discursiva, determina-se “o que pode e deve ser dito”. Além disso, para essa concepção de formação discursiva, as formações ideológicas [as quais são constituídas por suas respectivas ideologias] “comportam necessariamente, como um de seus componentes.” (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p. 166)

A noção de formação discursiva está, pois, entrelaçada ao conceito de formação ideológica. Segundo Pêcheux e Fuchs (1997, p. 166) “se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica. Dito de outro modo, a espécie discursiva pertence ao gênero ideológico”. A linguagem é, então, o lugar escolhido para a manifestação da ideologia.

Atentando-se à perspectiva pecheuxtiana de discurso, de formação discursiva (doravante FD) e de formação ideológica (doravante FI), toma-se o seguinte exemplo: no dia 14 de junho de 2008, foi publicado na Folha de S. Paulo um artigo do jornalista Eduardo Simões cujo título era “Ministro português quer política comum para a língua”. Em todo o artigo, bem como está explícito no título, nota-se que os discursos que ali se manifestam são todos favoráveis ao Acordo (1990), isto é, todos eles consentem ou aprovam-no: “Em visita a São Paulo, José António Pinto Ribeiro falou da importância de acelerar alterações do acordo ortográfico”; “Em entrevista à Folha, o ministro comentou a importância do acordo ortográfico, aprovado por seu país em 16/5 (‘sem uma alteração, não temos uma política internacional comum para a língua’) [...]”. Em outras palavras, por meio da materialidade discursiva, depreende-se a formação discursiva, isto é, o conjunto de enunciados a favor da vigência do acordo ortográfico, os quais identificam uma formação ideológica – o conjunto de atitudes ou representações de consentimento do Acordo (1990) que se relacionam mais ou menos diretamente a outras posições (àquelas que desaprovam o acordo, por exemplo).

Tomando outra formação ideológica, a qual não só se identifica à postura de reprovação desse mesmo acordo – em contraposição à favorável –, mas também se constitui dessa ideologia, e se manifesta em outra formação discursiva – que determina aquilo que pode e deve ser dito numa determinada conjuntura, isto é, em um conjunto de discursos desfavoráveis ao acordo e produzidos um pouco antes que o presidente do Brasil – Luiz Inácio Lula da Silva – sancionasse esse documento, podem-se ver os discursos, os enunciados que são proferidos num artigo publicado na Folha de S. Paulo por Eduardo Sterzi, nesse

momento, exatamente no dia 26 de setembro de 2008: a) “O mais fascinante de uma leitura da obra nesse momento é comprovar a mesquinhez do motivo e do alcance das modificações conchavadas, se as comparamos com as modificações que o processo histórico de formação da língua fez.”; b) “Alterações que, antes, acompanhavam a construção e a ruína de impérios, suas guerras, conquistas, derrotas, migrações, reassentamentos e saudades, agora são decididas obscuramente em gabinetes de governantes, a serviço de miseráveis interesses comerciais.”

A noção de formação discursiva de Pêcheux sofreu algumas transformações, no entanto, e podem ser classificadas em modalidades: reduplicação da identificação do sujeito; contra-identificação do sujeito; e desidentificação do sujeito.

Em relação à primeira modalidade, a de reduplicação da identificação do sujeito, Pêcheux compreende que a FD trata-se de um domínio fechado e homogêneo, isto é, como aquilo que pode e deve ser dito pelo sujeito. Deste modo, o sujeito do discurso identifica-se completamente com ele mesmo e com os dizeres, os quais estão inseridos na formação discursiva em que ele se inscreve.

No que concerne à segunda modalidade, a de contra-identificação do sujeito, Pêcheux entende que o sujeito do discurso não se identifica mais com alguns dizeres da formação discursiva. O sujeito do discurso, então, questiona saberes pertencentes à FD em que se inscreve e traz para o interior da FD o discurso-outro, a alteridade, a heterogeneidade, pois.

No artigo intitulado “Um acordo bestial” – publicado na Folha de S. Paulo (10/10/2008) por Carlos Heitor Cony, existe a presença de discursos desfavoráveis à vigência do acordo a partir de 1º de janeiro de 2009, como em “Em primeiríssimo lugar, pergunto se há realmente necessidade cultural e prática para estabelecer regras ortográficas a serem usadas pelos países de língua lusófona.” e em “Foi um enorme esforço que os portugueses poderiam classificar de ‘bestial’.” Exatamente em “Considerar o acordo como um instrumento poderoso para a unificação cultural e espiritual dos povos lusófonos é apenas uma boa intenção.”, nota-se não só a presença de um discurso desfavorável à implementação do acordo, mas também, no interior dessa FD, um discurso-outro, justamente favorável, que é o de considerar o acordo um “instrumento poderoso para a unificação cultural e espiritual dos povos lusófonos”. A heterogeneidade, pois, é constitutiva das FDs.

À concepção de formação discursiva heterogênea a noção de interdiscurso pode ser relacionada. De acordo com Pêcheux e Fuchs (1997, p. 230), o interdiscurso é definido como “conjunto dos outros processos [dizeres] que intervêm nele [discurso] para constituí-lo (fornecendo-lhe seus ‘pré-construídos’) e para orientá-lo (desempenhando, em relação a ele [discurso], o papel de discurso transverso³ [...])”. Compreende-se, assim, o interdiscurso como os saberes e dizeres que não fazem parte de uma dada FD, mas que, em determinados momento e conjuntura, passam a integrá-la, introduzindo a divergência.

Em relação à terceira modalidade, a de desidentificação do sujeito, como o próprio nome diz, o sujeito desidentifica-se ou rompe com a FD em que estava inserido e passa a identificar-se com outra FD ou com outros discursos.

A noção de formação discursiva, a qual primeiramente era vista simplesmente como um bloco homogêneo cujo sujeito identificava-se com ele mesmo e com os seus dizeres, desloca-se para uma nova concepção fundada a partir de uma heterogeneidade, ou seja, constituída a partir de outros discursos ou de outras formações discursivas.

2.2 O INTERDISCURSO: O ESPAÇO DA MEMÓRIA DISCURSIVA

Propriamente sobre o interdiscurso, Maingueneau (2008, p. 31) afirma, delineando o caráter instável das formações discursivas, que a própria hipótese do “primado do interdiscurso inscreve-se nessa perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva, que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro.” (p. 31)

Investigando o interdiscurso a fundo e o tornando menos vago, Maingueneau (2008) propõe substituí-lo por uma tríade: a) pelo universo discursivo – um conjunto finito (embora não possa ser apreendido em sua globalidade) de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada; b) pelo campo discursivo – um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência (entendida amplamente tanto no confronto quanto na aliança ou na neutralidade aparente) e se delimitam reciprocamente em um universo discursivo; e c) pelo espaço discursivo – a delimitação de um subconjunto do

³ O discurso transversal é o discurso atravessado por dizeres já existentes.

campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados.

Podemos associar essa tríade na pesquisa a ser realizada: todos os discursos pronunciados ao longo desse século XX que se referem aos acordos ortográficos poderiam se intitular de universo discursivo; os discursos encontrados sobre o acordo ortográfico (ou reforma ortográfica) durante 2008 e 2009 que se confrontam ou se aliam ou aparentemente permanecem neutros, campo discursivos; e aqueles discursos, proferidos especificamente durante a sanção do acordo ortográfico em setembro de 2008, que se remetiam e ligavam pelo menos duas formações discursivas (àquela cuja posição era favorável ao acordo e àquela outra menos favorável, mas que, de repente, começa a aceitar melhor os discursos da primeira), e promoviam uma melhor compreensão do que estava sendo pronunciado naquela determinada conjuntura, espaço discursivo.

Isso representa que essas áreas assim propostas por Maingueneau são formadas de não apenas um discurso homogêneo, mas de outros discursos vários possíveis, os quais transitam, dialogam, e propõe um caráter essencialmente heterogêneo às formações discursivas. Segundo Maingueneau (2008, p. 38),

[...] esses enunciados têm um ‘direito’ e um ‘avesso’ indissociáveis: deve-se fazer decifrá-los pelo seu lado ‘direito’ (relacionando-os a sua própria formação discursiva), mas também por seu ‘avesso’, na medida em que estão voltados para a rejeição do discurso de seu Outro.

Ainda de acordo com esse autor, “[é] no interior do campo discursivo que se constitui um discurso e levantamos a hipótese de que essa constituição pode deixar-se descrever em termos de operações regulares sobre formações discursivas já existentes.” (p. 34) Em outras palavras, num campo discurso, existem discursos que se repetem, que apresentam certa regularidade, que podem ser descritos “em termos de operações regulares.” Em *Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 1969), por exemplo, há a idéia de que toda formulação possui em seu domínio formulações que ela repete, refuta, transforma, nega, isto é, toda formulação produz um efeito de memória.

A memória não deve ser entendida aqui no sentido diretamente psicologista da “memória individual”. A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler (como os que se referem à reforma ortográfica), vem restabelecer os pré-construídos, ou seja, os elementos citados ou relatados, os discursos transversos – os discursos sobre a reforma que já foram proferidos em um outro momento, mas que são

resgatados e lembrados. Essa é a condição do legível que se necessita para que a leitura ou a interpretação aconteça.

De acordo com Pêcheux (2007, p. 52), “(...), haveria, sob a repetição, a formação de um efeito de série pelo qual uma ‘regularização’ (termo introduzido por P. Achard) se iniciaria, [...]” Sempre de acordo com Pierre Achard,

“[...] essa regularização discursiva, que tende assim formar a lei da série do legível, é sempre suscetível de ruir sob o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória: a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa ‘regularização’ e produzir retrospectivamente uma outra nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior.” (p. 52)

Desse modo, ainda que haja uma regularização que serve de identidade e reconhecimento do que é repetido, existe, ao mesmo tempo, uma “interrupção”, isto é, um acontecimento discursivo, que pode desarranjar essa regularização e provocar um novo efeito de sentido.

Nesta pesquisa, por exemplo, nota-se que o acontecimento da sanção do Acordo Ortográfico (1990) pelo ex-presidente do país, Luiz Inácio Lula da Silva, promove uma circulação maior de textos cujos discursos – que antes⁴ pareciam neutros – posicionam-se, em sua maioria, contra. No texto publicado por José Simão na Folha de S. Paulo no dia primeiro de outubro de 2008, encontramos o seguinte enunciado irônico: “Alguém aí sabe me dizê se refolma outogáfrica se inscreve com dois esse ou cê cidrila.” Além desse, outros enunciados também podem ser observados no artigo de Carlos Heitor Cony publicado na Folha de S. Paulo no dia 10 de outubro de 2008, já mencionado acima: “Em primeiríssimo lugar, pergunto se há realmente necessidade cultural e prática para estabelecer regras ortográficas a serem usadas pelos países de língua lusófona.”; “Considerar o acordo como um instrumento poderoso para a unificação cultural e espiritual dos povos lusófonos é apenas uma boa intenção.”; “Foi um enorme esforço que os portugueses poderiam classificar de “bestial”.”

Os discursos – e todos os enunciados que se entrecruzam – que circulavam antes desse acontecimento promove a circulação de outros discursos, talvez mais

⁴ Queremos explicar que anteriormente à sanção, a maioria dos textos coletados pareciam se apresentar neutros quanto à entrada em vigor do acordo.

desfavoráveis ao Acordo (1990), que desregulam a possível regularidade dos discursos, de maneira geral, ou aparentemente imparciais ou a favor que se davam em torno dessa questão. Assim, embora as formações discursivas compartilhassem de certa regularização que as identificavam, elas estavam suscetíveis aos diversos acontecimentos discursivos que as abalavam e as permitiam novamente significar, constituindo a memória.

De acordo com Pêcheux (2007), existe sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento:

a) um jogo de força que visa manter a regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como ‘boa forma’ [-] estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento [-] até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo; b) mas também, ao contrário, o jogo de força de uma ‘desregularização’ que vem perturbar a rede dos ‘implícitos’. (p. 53)

O acontecimento é dado, pois, em um jogo de forças na memória. Esse jogo não só parece conservar a regularização, isto é, parece preservar o que é repetido e que lhe assegura uma identidade material, mas também está suscetível a uma “desregularização” que inevitavelmente é estabelecida pela resignificação, produto do acontecimento. O acontecimento desregula, mas não de forma totalizante, o jogo do repetível e abre espaço para o novo.

“O novo no interior da repetição”. Eis aí o que Guilhaumou e Maldidier (1994) dirão para se referirem ao interesse da análise do trajeto temático. Esse trajeto se dá “num vai-e-vem de atos languageiros” e se “remete ao conhecimento de tradições retóricas, de formas de escrita, de usos de linguagem” (GUILHAUMOU & MALDIDIER, 1994, p. 166).

“À análise do trajeto temático corresponde um procedimento essencialmente de compreensão.” (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 1994, p. 168) Compreensão essa que pode ser estendida para uma análise do novo na repetição em relação a um acontecimento referido em um texto verbal, por exemplo, tal como se pretende fazer neste trabalho. Parece possível, pois, estabelecer uma relação entre os conceitos de trajeto temático e as redes de memórias que produzem os sentidos em um dado momento histórico.

Essa pesquisa baseia-se nos pressupostos acima descritos partilhados pela Análise do Discurso de orientação francesa, os quais, por natureza, consideram a língua (a materialidade linguística), o sujeito (clivado) e, por fim (mas não delimitando ou pondo fim a quaisquer deslocamentos que os conceitos que a AD venha a apresentar, como vem

apresentando), a história – entendida não como um exterior que determina os discursos, mas como parte integrante deles.

2.3 A NOÇÃO DE FÓRMULA EM ALICE KRIEG-PLANQUE

A partir dos trabalhos de Jean-Pierre Faye e dos de Marianne Ebel e Pierre Fiala⁵, Alice Krieg-Planque realiza sua pesquisa e, em *A noção de fórmula em Análise do Discurso* (2010), ela se propõe a uma definição de fórmula elencando suas propriedades: a fórmula a) caracteriza-se por uma cristalização; b) inscreve-se numa dimensão discursiva; c) funciona como um referente social e d) comporta um aspecto polêmico.

2.3.1 O CARÁTER DE CRISTALIZAÇÃO DA FÓRMULA

Dizer que a fórmula apresenta um caráter de cristalização significa entender que ela é “sustentada por uma forma significante relativamente estável [...]” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 61) e que pode ser apreendida pelos seus rastros de sua forma. Faye (1972: 41) afirma que é possível “capturar ao vivo a circulação de significantes.”

De acordo com Krieg-Planque (2010, p. 61-62), tendendo à cristalização, a fórmula pode-se apresentar tanto como uma unidade lexical simples (“humanitarismo”, “imigração”), quanto como uma unidade lexical complexa (“direitos humanos”, “purificação étnica”), como uma unidade léxico-sintática (a coordenação “pão e X”, a complementação “fazer guerra na guerra”), ou como uma sequência autônoma (slogans – “La France aux

⁵ Jean-Pierre Faye, Pierre Fiala e Marianne Ebel são autores que fazem, com importância, parte da pesquisa de Alice Krieg Planque sobre fórmula, mas sobre os quais objetivamente não se pretende abordar neste trabalho dado o objetivo de se analisar a questão da emergência da fórmula segundo especificamente o mais recente estudo de Krieg-Planque.

français” [A França para os franceses], frase registrada na memória coletiva – “Plus jamais ça” [Isso nunca mais]).

Segundo essa mesma autora, há pelos menos dois modos de cristalização: o primeiro deles seria a cristalização estrutural, a qual está associada à própria natureza da cristalização. As sequências linguísticas podem ser condensadas e serem analisadas sistematicamente dentro das categorias da gramática numa ordem estrutural (formal), tal como as sequências “em flagrante delito”, “procurando sarna para se coçar”; o segundo modo corresponde à cristalização memorial que se dá numa ordem, pois, memorial, em que os fragmentos de enunciados circulam agrupados e têm uma origem que pode ou não ser recuperada, como “le vin nouveau est arrivé” [saiu a nova safra (de vinho)].

Embora Krieg-Planque (2010) apresente essa taxionomia, o que parece representar uma forma de classificação fechada e simplista, ela não dessa forma trata essa classificação: ela supõe existir essa classificação, mas complementa afirmando que não parece adequado tratá-la distintamente como dois blocos separados – uma cristalização de ordem estrutural separada de uma de ordem memorial –, uma vez que de fato existe inevitavelmente o engendramento mútuo das duas ordens. No caso de “purificação étnica”, “limpeza étnica”, por exemplo, compreende-se que são sequências que parecem estar “entre duas águas”, isto é, imbricadas de tal maneira que não podem ser vistas separadamente.

Notar a cristalização de uma sequência linguística não é uma tarefa fácil. De acordo com Krieg-Planque (2010), não se pode menosprezar o fato de que a própria cristalização revela-se a partir do julgamento ou da apreciação atribuída pelos locutores a certas sequências, ou seja, não se pode desdenhar a existência de uma subjetividade por parte dos locutores numa dada situação discursiva. Segundo a autora, uma mesma sequência pode ser notada como cristalizada por certos interpretantes num dado contexto, mas não por outros nesse mesmo contexto. Isso mostra que a fórmula não será compreendida em seu formalismo puro e absoluto, mas considerará impreterivelmente todas as questões discursivas a ela atreladas.

Antes de qualquer coisa, na realidade, a fórmula não apresenta uma única forma identificável acabada e cristalizada. É possível que se verifiquem múltiplas paráfrases de que a fórmula depreende-se. De acordo com Krieg-Planque (2010), desta maneira, não se despreza nem a sequência cristalizada identificável que condensa essas paráfrases e nem as paráfrases por ela condensadas. No entanto, é mais que evidente que muitas vezes, dada a

abrangência da própria paráfrase, deve-se atentar ao fato de que nem tudo é fórmula ou paráfrase da fórmula.

Krieg-Planque (2010), a fim de que se identifique que nem todas as erradicações da fórmula podem ser consideradas paráfrases dela ou propriamente fórmulas, afirma que: a) o que a psicologia social chama de “estereótipos” não são fórmulas (“os negros têm ritmo no sangue”, por exemplo); b) os preconstruídos culturais também não são (o gato é associado ao sagrado no antigo Egito); c) tampouco os saberes e as crenças; d) tampouco os topoi, ou, traduzindo, “topos” (Ducrot e Anscombre), ou seja, os princípios intralinguísticos culturalmente determinados (“Quanto mais alto o preço, menos justificada é a compra”, de acordo com ideologia capitalista); e) tampouco os “aforismos”, que são caracterizados por uma estereotipia que se exerce antes no conteúdo do que na forma (como, a família não é mais o que foi outrora); f) também não são fórmulas os “enunciados lesgilantes”, como “virou, mexeu, os professores estão de férias”.

Em suma, os estereótipos e as idéias preconcebidas, ainda que circulem, atuem e predominem, não serão “fórmulas se não forem co-construídos por uma sequência verbal estável e repetida.” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 68). De acordo com a autora, então, é importante que se tome cuidado enquanto interpretantes do que seria de fato chamado de fórmula, pois nem sempre as sequências apresentam uma estabilidade e uma repetição que as identificam como forma.

Ainda sobre as formas que a fórmula pode se apresentar, é importante, de acordo com Krieg-Planque (2010, p. 69-70), não adotar uma atitude exclusivamente formalista justamente porque a fórmula pode ter variantes. Essas variantes podem ser apreendidas a partir de modificações morfológicas, como “o subúrbio”, “os subúrbios”; a partir de modificações morfossintáticas, como “os excluídos”, “a exclusão”, “excludente”; a partir de operações de comutação que conduzem a sintagmas novos (aqui não mais em unidades lexicais simples), sendo importante a realização de uma análise em contexto, como “purificação étnica”, “limpeza étnica”, “depuração étnica”; a partir de formulações não-concorrentes, isto é, semanticamente ou lexicalmente próximas, mas com funcionamento discursivo diverso, como “cantonização étnica”, “segregação étnica”; ou a partir de descristalizações (criadas por substituições ou inserções de unidades lexicais ou morfemas), como em “limpeza étnico-gastronômica”, “perestroika”, “catastroika”, “touristroika”.

De fato, essas variantes ou essas formulações co-ocorrentes não são sinônimas da fórmula (com o que a análise sêmica, por exemplo, lidaria). Essas sequências funcionam efetivamente no discurso, “como substitutos mais ou menos polêmicos, e mais ou menos mutuamente exclusivos” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 71).

Depreende-se, desses estudos realizados por Krieg-Planque, que, como a própria autora diz, “[a] cristalização implica certa concisão” (p. 71). Segundo seus estudos, existe uma tendência das fórmulas a se reduzirem à medida que a circulação aumenta e dos textos que exprimem dinâmicas sociopolíticas fortes circularem de forma condensada, isto é, concisa, resumindo seu teor em uma sequência a qual comporta um conjunto complexo de posições de diferentes lugares discursivos. A concisão é a que consente à fórmula circular, à sequência ser integrada a enunciados que lhes dão suporte, “retomando-a, reforçando-a, reiterando-a, recusando-a”. Em linhas gerais, “É a concisão que permite à fórmula ser reafirmada ou recusada em bloco, tornando-se parte integrante da argumentação.” É o caso, por exemplo, citado por Krieg-Planque (2010, p. 71-72), do “programa comum de governo do Partido Comunista Francês e do Partido Socialista” de 1971 que sofreu uma redução sintagmática para “programa comum” quando passou a circular.

A concisão ou a redução de uma unidade pode ser explicada pela regra que André Martinet (1960: 194) propõe para reduções por repetição da sequências nos usos: quando a frequência de uma unidade aumenta, a sua forma tende a reduzir por aférese (supressão de um fonema ou grupo de fonemas no começo da palavra) ou por apócope (supressão de fonema ou de sílaba no fim de palavra). No entanto, segundo Krieg-Planque (2010, p. 73), as reduções mostram ter outra razão, menos mecanicista. Essa razão pode ser relacionada menos a uma lei do menor esforço ou do menor esforço articulatório do que “nos benefícios discursivos que [os locutores] podem obter de denominações assim reduzidas.”

O desaparecimento de uma parte da sequência linguística pode permitir que exista uma relativa evaporação do sentido do segmento que desaparece, levando a uma flutuação semântica, na qual mergulham as polêmicas. Além disso, essa evaporação ou essa redução permite que a sequência reduzida circule ou se propague em outros contextos além daqueles que repetidamente estava circulando. É o caso, por exemplo, da redução sofrida por “direito de ingerência humanitária” que, após se reduzir a “direito de ingerência”, passou

a circular em outro contexto, não mais “humanitário”, mas “político”, como publicado no *Nouvel Observateur*. (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 73)

De acordo com Krieg-Planque (2010, p. 75):

Dizer que a fórmula tem como suporte uma sequência verbal particular, que ela se cristaliza em uma forma de língua bem identificada, implica que o pesquisador leve em conta essa forma, pois, se a fórmula está ligada aos usos, se ela tem um caráter discursivo, como insistimos acima, evidentemente esse discursivo se opera na língua, com ela, por meio dela, graças a ela ou apesar dela – conforme ela soe dócil aqui, irascível lá.

As possibilidades de maior circulação e de intensificação da condição polêmica da fórmula podem estar relacionadas aos tipos de formas das fórmulas que, segundo Krieg-Planque (2010, p. 75), são “privilegiad[a]s”. Essas sequências privilegiadas seriam, por exemplo, as que exibem uma forma “atômica”, de apenas um morfema lexical, como “crise”, “rigor”, “emprego”. Essas formas “privilegiadas” da fórmula apresentam contornos bastante imprecisos, maleabilidade, e uma proliferação de sentidos e significados. Conforme Krieg-Planque (2010, p. 75), a polissemia “do morfema é o que ele tem de melhor [...]”.

Ademais, essa autora ainda levanta a hipótese de que as formas privilegiadas têm um caráter relacional, isto é, postos em relação, essas sequências diferentes “provocam o efeito de escândalo, criam significações novas, sugerem correspondências que cabem aos locutores acolher ou descartar.” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 76) Tal caráter relacional pode ser estendido a outras sequências, não apenas às privilegiadas, mas aos nomes compostos, por exemplo, como em “sem-teto”, “sem-documento”; aos sintagmas tipo “N + preposição + (artigo) + N”, como em “crise de valores”, “problemas da periferia”, “amor pela pátria”; e às próprias profundezas de unidades lexicais simples que comportam vários morfemas lexicais, como em “diálogo” que pode ser relacionado ao morfema “monólogo”.

Dito de outra forma, por criarem ambiguidades, subdeterminações e sobredeterminações de sentidos, os sintagmas que apresentam adjetivos denominais (derivados, pois, de um nome, como “segregação racial”, “seleção natural”) e as nominalizações (nominalizações essas resultantes do verbo, isto é, numa acepção semântica, produzem um efeito de sentido tal que o nome se apresenta como se fosse resultado de uma transformação de um enunciado verbal, como em “limpeza”, “democratização”) propiciam os conflitos de interpretação ou os embates resultantes da falta de interpretação definida.

“Levar em conta a forma da fórmula (e levar em conta as formas de suas variantes) é [...] fazer uma escolha, no que concerne à análise lexical.” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 80). O ponto de vista, no entanto, não é exclusivamente formal: não é apenas por semelhança formal que se escolhem a fórmula e suas variantes; mas é, contudo, levando em consideração ao que elas se remetem, isto é, ao parentesco nocional e referencial que as sequências, como “purificação étnica” e “purificado de judeus”, conforme a autora cita, são escolhidas aos olhos de certos locutores. “Trata-se de uma memória discursiva mais ou menos partilhada, que opera nas formas do léxico [,]mas também à revelia delas, e se põe a trabalhar.”

Diante da aparente rigidez dos significantes e diante da aparente semelhança morfossintática e lexical, é que os interpretantes as autorizam. Entretanto, é também, e principalmente, pelas relações dos sentidos instáveis que a elas estão atreladas e são construídas, que de fato estabelecem suas escolhas.

2.3.2 O CARÁTER DISCURSIVO DA FÓRMULA

A fórmula é sustentada por uma materialidade linguística relativamente estável, determinável na cadeia do enunciado e descritível linguisticamente. No entanto, “a noção de fórmula não é uma noção linguística” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 81). A noção é, de fato, discursiva. Ainda que algumas formas pareçam ter aptidão para se transformar em fórmula, nenhuma sequência pode ser preprogramada para assumir esse destino e, inversamente, nenhuma sequência é totalmente excluída da possibilidade de assumir a condição de fórmula.

Parece que a fórmula assume sua condição já nas primeiras instâncias do seu aparecimento, apresentando um caráter problemático, juntamente com as suas outras formas ou variantes. No caso de “glasnost” (transparência), por exemplo, mal havia chegado aos discursos em língua francesa de 1986, já cristalizava os acontecimentos que depois foram chamados de “transformações do leste” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 82). O que o analista, segundo essa autora, deve buscar não são as novas formas da fórmula, mas o seu uso particular, “ou uma série de usos particulares, por meio dos quais uma sequência assume um

movimento, torna-se um jogo de posições, [um objeto de comentários,] é retomada, comentada, [...] sem nos darmos conta.”

“A pré-existência formal da sequência em relação a seu estatuto formulaico é um fenômeno observável em unidades lexicais simples e nomes compostos.” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 85). O sintagma “extrema direita”, atestado depois de um século e meio de circulação, torna-se fórmula ou é alçado a essa condição quando – possivelmente não pela primeira vez – torna-se objeto de um debate público em junho e julho de 1996. Desta maneira, nota-se que esse sintagma pré-existe formalmente ao seu estudo de fórmula, como tantos outros, como “fratura social” que só chegou a seu estatuto formulaico na França no inverno 1995 na candidatura de Jacques Chirac.

Desta maneira, apenas o linguístico não é suficiente para que uma sequência linguística seja caracterizada ou intitulada “fórmula”. Esse processo apóia-se sobre a noção de discurso, isto é, sobre o fato de que as fórmulas constituem-se em um determinado uso e condição de produção (o que envolve os aspectos sociohistóricos).

De qualquer maneira, primeiramente, ainda que de forma intuitiva, os interpretantes podem colher formas candidatas à fórmula por meio da leitura atenta de jornais, revistas ou outros meios de propagação de informação. No entanto, a lexiometria pode ser muito útil nessa coleta quando o analista ou o interpretante não é contemporâneo do período que deseja analisar: ela permite, por meio da frequência e dos segmentos repetidos, coletar sequências cuja recorrência, no período estudado, aponte a possibilidade – mas apenas uma possibilidade – de se tornarem fórmulas.

Depois de contar com a lexiometria, como dito anteriormente, lembrando-se de que a noção de fórmula é discursiva, depreende-se o estudo que permite dizer que a sequência linguística é uma fórmula por apresentar um caráter discursivo, isto é, dentro dos estudos do discurso, consideram-se, para que alcance esse estatuto, a língua, em seu aspecto formal, ou seja, a estrutura como essas sequências aparecem, e as condições sócio-históricas que tecem o movimento da sequência. Eis aí o aspecto discursivo que constitui a fórmula.

2.3.3 O CARÁTER DE REFERENTE SOCIAL DA FÓRMULA

A partir do trabalho de Marianne Ebel e Pierre Fiala, Alice Krieg-Planque acolhe a noção de que a fórmula constitui-se como referente social. Segundo essa autora (2010, p. 90), essa noção “se mostra pertinente se nos lembrarmos de que ela não implica que a significação de que a fórmula se investe seja homogênea: ao contrário, suas significações são múltiplas, às vezes contraditórias.”

Entendamos, então, do que se trata esse caráter de referente social de que as fórmulas constituem-se. Conforme Krieg-Planque (2010, p. 92), “[c]omo referente social, a fórmula é um signo que evoca alguma coisa para todos num dado momento [...]”, e, por isso, obviamente, deve ser do conhecimento de todos, ou melhor, notória.

“Os critérios que permitem dizer que um signo é notório são numerosos, e nenhum deles dá, sozinho, respostas definitivas.” (KRIEG-PLANQUE, 2010 p. 92) Uma evidência que pode indicar o caráter notório de um signo pode ser o aumento da frequência desse signo, observado ao longo do tempo em um corpus estável, o que testemunha o fortalecimento da presença desses signos no universo discursivo. As ferramentas que são usadas para se verificar a frequência ou recorrência de certo signo no espaço público podem ser muito úteis.

No entanto, atenta-se ao fato de que apenas o aumento da frequência de certas palavras em certos momentos não certifica de modo algum a presença de fórmulas. Krieg-Planque (2010, p. 93) cita, por exemplo, o aumento da frequência da palavra “avalanche” depois de uma grande avalanche que deixou onze mortos numa estação de ski nos Alpes. Somente o aumento da frequência não indicou que essa palavra, embora fosse propagada muito durante as semanas que seguiram a catástrofe, alcançasse o estatuto formulaico pois “não é o sintoma de um acontecimento discursivo e nocional.”

Outra maneira de evidenciar o caráter de referente social da fórmula, ou melhor, o caráter notório do signo é justamente a partir da produtividade lexicológica. A descristalização (já supracitada), por exemplo, que são criadas por substituições ou inserções de unidades lexicais ou morfemas, como em “perestroika”, “catastroika”, “touristroika”, consiste, na realidade, “em fazer uma aposta no reconhecimento d[a] criação lexical e, por

isso, em fazer a hipótese de que o ‘signo de base’ é suficientemente reconhecido pelo leitor-interlocutor, mesmo que [...] mascarado”.

Outro fator que atesta o caráter de referente social do signo – o reconhecimento de todos desse signo – está na implicação de que o “signo seja atestado em tipos variados de discurso, tanto orais como escritos, especializados ou leigos” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 95). Esses signos ou sequências não serão fórmulas se não saírem do seu domínio para invadirem o corpo social. “Para que possamos dizer que a fórmula é um signo de conhecimento de todos, é preciso que a encontremos nos mais variados tipos de discurso” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 95-96), isto é, pode-se acrescentar, que ela circule pelos mais variados lugares discursivos, que transite de uma formação discursiva a outra, que “o lugar de emergência da fórmula” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 96) diversifique-se.

A fórmula, pois, é constitutivamente heterogênea e, devido ao fato de ser um denominador comum de discursos, de ser uma passagem obrigatória, ela obriga a todos, num determinado momento, a se situar em relação a elas. (MAINGUENEAU, 1992: 85, apud KRIEG-PLANQUE, 2010, p.96) É o que acontece, por exemplo, em junho e julho de 1996, quando um locutor demanda que seu interlocutor tome uma posição em relação à sequência “extrema direita”, já mencionada anteriormente. Essa é uma das manifestações. “Outras manifestações discursivas também indicam que, num dado momento, a fórmula se torna um ponto de passagem obrigatório, ela se impõe como enquadramento do debate.” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 97)

Em suma, a fórmula, enquanto referente social, é um signo que traz à memória alguma coisa para todos ao mesmo tempo. Para que se diga que ela tem um caráter de referente social, vários indícios podem ser observados, como, além de todos os acima descritos, um pressuposto no uso do artigo definido o qual registra a sequência linguística no “já sabido e conhecido” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 98), como em “a globalização”, “os sem-documento”.

2.3.4 O CARÁTER POLÊMICO DA FÓRMULA

A polêmica é constitutivamente integrante da circulação da fórmula. Além das propriedades já apresentadas – assentar-se numa materialidade linguística relativamente estável, ter um caráter discursivo e constituir um referente social –, a fórmula também apresenta um caráter polêmico.

Como afirmam Fiala e Ebel, o caráter polêmico da fórmula é inseparável do fato de que ela constitui um referente social, o qual, por forçar que os locutores tomem posições em relação às fórmulas, dá-se num território partilhado em que há polêmica. Isto é, a fórmula “põe em jogo a existência de pessoas” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 100). Segundo Krieg-Planque (2010, p. 100), “a fórmula põe em jogo modos de vida, recursos materiais, a natureza e as decisões de um regime político do qual os indivíduos dependem, seus direitos, seus deveres [...]”.

A fórmula é objeto de polêmica porque ampara uma dinâmica sociopolítica (a qual tem como consequência usos polêmicos e conflituosos), põe em jogo a existência de pessoas, tem um valor descritivo de fatos políticos e sociais. De acordo com Krieg-Planque (2010, p.100), a fórmula, tal como os slogans, apresenta-se cristalizada e circulante, mas não se confunde com eles justamente porque a maioria dos slogans não fazem “menções à dinâmica sociopolítica e são objeto de uso não conflituosos, frequentemente amistosos.”

As fórmulas, uma vez que são referentes sociais no espaço público e objetos de debate, são carregadas de dinâmicas. Isto é, as fórmulas “têm um caráter histórico.” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 101) Conforme essa autora, não teria como omitir a fórmula “exclusão” da história das relações sociais na França no último decênio do século XX, já que essa unidade era uma evidência da época e um objeto questionado. Em relação à dinâmica dessa fórmula “exclusão”, pode-se dizer que era muito variada e variados eram também os modos com que os locutores respondiam a ela.

Variada, a dinâmica pode advir de várias maneiras: por exemplo, do fato de ser monopolizada por uma formação discursiva adversária, atribuindo a ela um sentido outro tentando conservá-lo ou neutralizá-lo de qualquer maneira. Além disso, essa dinâmica ainda pode se efetuar conforme as injunções (imposições) de pronúncia e pela recusa de

enunciar. De acordo com Krieg-Planque (2010, p. 101-102), foi o que aconteceu, por exemplo, com a palavra “negociação” em 1995, quando os sindicatos pediam com insistência que o governo assumisse esse termo, mas os representantes governamentais recusavam-se.

Outro fator que indica o comportamento polêmico da fórmula reside na “questão da (in)adequação da fórmula ao que ela pretende designar”. Isso aconteceu com a fórmula “classe estéril” no trabalho de Marie France Piguet⁶. Em linhas gerais, a polêmica instaura-se numa instabilidade ou inconsistência do referente que a fórmula supostamente designa.

Ademais, a polêmica ainda pode-se dar de outros modos, tal como no reconhecimento social da fórmula: a dinâmica da fórmula impõe ao conjunto do espaço público o uso de uma palavra, geralmente em detrimento de outra concorrente. Isso parece acontecer, por exemplo, como menciona Krieg-Planque (2010, p. 102), na regularização dos estrangeiros em situação irregular por meio do uso de “sem-documento” ao invés de “clandestinos”; o mesmo também parece ocorrer, nesta pesquisa, com o uso de “reforma ortográfica” em detrimento de “acordo ortográfico”.

De acordo com Krieg-Planque (2010, p.103), o uso de fórmulas assume conjuntamente a forma da guerra de posições e a da guerra de movimentos, como o discurso político que é visto como uma guerra ideológica de posições – como se as palavras dessa guerra fossem novas entradas ou novos sentidos num dicionário. Assim, nessa “arena de lutas”, cada grupo político parece construir dois dicionários – um com as entradas que eles querem ver como oficiais no dicionário da língua; um outro, com as entradas que eles querem que sumam.

O caráter polêmico da fórmula pode ser reconhecido materialmente nas nominalizações, nas denominações, na morfossintaxe, e, portanto, não é um fenômeno

⁶ Seguindo a palavra “classe” [classe] desde suas primeiras aparições oficiais no século XIV até os anos 1840, Marie-France Piguet descreve as mudanças nos usos desses termos e também as evoluções das concepções políticas e sociais que as acompanham. Com uma análise lexicológica, ela focaliza os momentos que testemunham a virada histórica da palavra “classe”. Existe uma polemização quando a palavra “classe” encontra a palavra “stéril” (estéril), conjunção essa usada designar a classe dos comerciantes e industriais. O adjetivo “stéril” apresentava seu uso caracterizado pela negação, de algo que não conduz a nada, não produz nada, não concebe nada. Quando atrelado ao substantivo “classe”, a classe dos comerciantes e industriais viram-se agredidas pela sentido pejorativo do último termo. (KRIEG-PLANQUE, 2010)

abstrato. Certamente, como já dito, não se trata de apenas linguisticamente considerar essas modificações morfossintáticas, mas tratá-las discursivamente já que a fórmula é uma noção discursiva e não apenas linguística, e verificar que tais modificações implicam em polêmica.

A polêmica ainda pode se instaurar justamente no questionamento da adequação do termo, na tentativa de encontrar o responsável por tamanha inadequação e na adesão de outro termo que possa substituir o inapropriado. Isso acontece, por exemplo, com a unidade “exclusão” na França em 1990. Um jornalista diz que esse termo “não esclarece bem o debate social”. Depois disso, os locutores tentam compreender o motivo pelo qual a palavra foi de fato mal empregada. Em seguida, tentam encontrar um responsável pela inapropriação – o jornal de esquerda diz que é o de direita e vice-versa. Posteriormente, os jornalistas pensam em nomear outro termo. Sendo um termo que está apropriadamente ou inapropriadamente empregado, o fato é que “exclusão” é um “objeto de uso intenso no conjunto do espaço público e funciona como referente social.” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 106) Analisar, pois, os diversos obstáculos – impostos pelos locutores – que a fórmula enfrenta, parece ser uma boa forma de estudá-las.

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CORPUS

3.1 A ATIVIDADE DE FREQUENTAÇÃO DAS FÓRMULAS

Neste segundo capítulo faremos algumas considerações sobre o arquivo que frequentamos para dar conta de nosso objeto de estudo. Em entrevista a Philippe Schepens (2009), Alice Krieg-Planque comenta o trabalho de outros pesquisadores nos quais se baseou para realização de sua pesquisa, como Pierre Fiala e Marianne Ebel, e diz que esses autores, desdobrando as idéias de Faye, coletaram um material diversificado: “textos legislativos, artigos publicados em dois jornais suíços francófonos, cartas de leitores dirigidas a esses jornais, textos sindicais, entrevistas com atores da política...”

A partir do trabalho desses autores, mas com o objetivo de analisar outras unidades lexicais, como “purificação étnica”, “limpeza étnica”, etc, Alice Krieg-Planque afirma que “proced[eu] as medidas estatísticas das ocorrências da fórmula, medidas que não foram feitas no estudo de Fiala e Ebel [...]”. Segundo Krieg-Planque, é surpreendente que Fiala e Ebel não tenham usado nenhum instrumento informatizado para análise dos dados “quando se conhece a fineza erudita com que Fiala faz uso hoje dos instrumentos informatizados para a análise dos dados textuais.”

Para Krieg-Planque (2009, apud SCHEPENS, 2009), “[a] questão da demarcação e da contagem das ocorrências da fórmula é fascinante [...], pois essa questão retoma – se é que se pretendeu esvaziá-la – a questão do papel da interpretação na construção do corpus.” A fim de que se lide com os dados, é importante não só que se realizem uma contagem e demarcação das ocorrências da fórmula, mas, principalmente, desde o início do trabalho, que entre em ação “a interpretação e a inteligência humana”.

Segundo essa autora, sua pesquisa apoiou-se em “critérios quantitativos de frequência, mas também em uma gama de outros fatos de discurso.” Conforme Krieg-Planque (2009 apud SCHEPENS, 2009), “[p]rocura-se assinalar os ‘grãos’ que se formam no universo discursivo, e depois apreender as questões pelas quais eles são habitados contraditoriamente.” A atividade de frequentação de enunciado não é puramente mecanicista e conduzida para fins meramente estatísticos, mas se propõe a ser fundamentalmente, num tipo de trabalho de corpus, “uma prática de leitura.”

Segundo Krieg-Planque, “prática de leitura” é justamente como deve ser visto um trabalho sobre o corpus, ou seja, um trabalho de constituição de um corpus que seja cada vez mais “lido, conhecido, trabalhado, relido, ruminado, revisitado, no tempo, no silêncio, com paciência.” A prática de leitura de um corpus implica muita disponibilidade dos interpretantes para apreenderem “os discursos no interior de sua coerência e de suas contradições, naquilo que faz deles sistemas de explicações.” Como já dito anteriormente, mais propriamente em relação ao caráter discursivo da fórmula, “a noção de frequência não se basta, mas que uma sequência verbal não se torna uma fórmula senão quando sua referência é discursiva” (SCHEPENS, 2009)

Na realização de seu projeto, Krieg-Planque afirma ter lido todos os artigos – que foram exportados e colocados em formato texto, em Word – e ter retido os artigos que pareciam conter o termo (no caso, “purificação étnica”, “limpeza étnica”) marcado pelo computador segundo os critérios formais que remetiam à fórmula. Além disso, a autora afirma que ainda realizou uma “interpretação razoável”⁷ (noção desta forma empregada por ela), isto é, por meio das ocorrências das unidades lexicais, uma identificação de um objeto discursivo e precisamente uma identificação da presença de uma fórmula. De acordo com Krieg-Planque (2009): “Na medida em que [ela] não queria renunciar a compatibilizar as ocorrências, era preciso ser capaz de cortar, diante de cada formulação, e decidir que a fórmula estava ‘ali’ e não ‘lá’.”

A contagem da fórmula e de suas variantes ou a frequência com que elas se mostram num determinado período de tempo também pode ser produtiva à medida que elas podem ser observadas em diacronia. Quando identificado o ritmo com que elas se regulam, é possível que também se acompanhe a “acontecimentalidade” midiática. (KRIEG-PLANQUE, 2009 apud SCHEPENS, 2009)

Ademais, a partir da quantificação da fórmula e de suas variantes, pode-se considerar a própria fórmula nos detalhes das variantes que a compõem. “Essa quantificação permite constatar que existe uma hierarquia de variantes e é relativamente estável de um

⁷ “O interpretante razoável é aquele que não é nem inteiramente invadido pelo já dito de toda palavra, aturdido pelo dialogismo no qual cada palavra se produz, sufocado pela memória interdiscursiva de que o mais singelo dos discursos é depositário (esse interpretante veria a fórmula “purificação étnica” ao passar por uma tinturaria: “lavagem a seco”), nem inteiramente preso aos grilhões do dicionário e da gramática mais tradicional, que ele reconhece como parâmetros de representação de uma língua “correta” (esse interpretante não veria a fórmula “purificação étnica” senão na conformidade da ocorrência encontrada com uma lista prévia fechada).”

jornal a outro”. Em outras palavras, é possível que se verifique, ao longo do tempo na publicação dos jornais, por exemplo, a partir da contagem ou quantificação, a maior ou menor frequência com que as fórmulas e suas variantes concorrem ou competem.

“[É] sobretudo a instabilidade que caracteriza a hierarquia das variantes [...]” (KRIEG-PLANQUE, 2009 apud SCHEPENS, 2009) O estudo da data em que uma ou outra variante aparece ou “acontece” pela primeira vez permite “perceber de uma só vez a relação da fórmula com a acontecimentalidade e a hierarquia das variantes (de novo, mas de outra maneira).” (KRIEG-PLANQUE, 2009 apud SCHEPENS, 2009)

Para a realização eficaz da contagem ou frequência da fórmula e de suas variantes, Alice Krieg-Planque utilizou-se de um instrumento informatizado para análise. São vários, atualmente, os instrumentos informatizados ou os programas de estatística textual usados para realização de pesquisa de corpus eletrônico, principalmente em linguística.

Tony Berber Sardinha, especialista no que atualmente se chama “Linguística de Corpus”, afirma que essa metodologia – e não disciplina, já que, conforme esse autor (2000), não possui um objeto delimitado ou assunto definido como outras disciplinas (sociolinguística, psicolinguística) – “ocupa-se da coleta e exploração de corpora, ou conjunto de dados lingüísticos textuais que foram coletados criteriosamente com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade lingüística.”

Apresentando-se, pois, como uma metodologia⁸, a Linguística de Corpus ocupa-se de vários fenômenos geralmente enfocados em outras áreas (léxico, sintaxe, etc) e “dedica-se à exploração da linguagem através de evidências empíricas, extraídas por meio de computador.” (SARDINHA, 2000, p. 325) Como tal, essa metodologia veio ao encontro das expectativas daqueles pesquisadores que possuíam corpora imensos, e, por isso, teriam que realizar um trabalho árduo e manual, que nem sempre era visto como confiável. “Uma das críticas mais contundentes era exatamente que o processamento de corpora gigantescos, como o de Thorndike, com 18 milhões de palavras, por meios manuais, não era confiável.” (SARDINHA, 2000, p. 327)

⁸ MecEnergy e Silson (1996), por exemplo, afirmam que a Linguística de Corpus é ‘apenas uma metodologia’ (p. 1), e Leech (1992, p. 105) a descreve como uma ‘base metodológica’ (p. 355)

Em relação à contagem de palavras ou frequência, de acordo com Sardinha (2000, p. 326), as propostas baseadas no controle de vocabulários, nas quais os alunos têm contato primeiramente com as palavras mais frequentes, foram inspiradas nos estudos como o de Thorndike. “O que faltava era justamente um instrumento que permitisse a análise de grandes quantidades de dados de modo confiável, mas a tecnologia da época não permitia isso.” (SARDINHA, 2000, p. 327)

Atualmente, contudo, isso já é permitido dadas as muitas ferramentas computacionais disponibilizadas para análise de dados em corpus eletrônico, dentre elas, o Brill Tagger (lançado em 1997, restrito para corpora em inglês), o WordSmith Tools (lançado em 1995, usado em ambiente Windows).

Um dos fatores que pode favorecer o emprego maior de ferramentas computacionais na análise linguística é a existência de programas flexíveis e fáceis de usar. “Neste sentido, um dos programas que cumpre estas exigências é WordSmith Tools, escrito por Mike Scott, e publicado pela Oxford University Press.” (SARDINHA, 1999) WordSmith Tools já tem pelo menos 5 anos de existência (desde o lançamento em pequena escala de seus protótipos), e está já na quinta versão.

3.2 O PROGRAMA DE ESTATÍSTICA TEXTUAL

O WordSmith Tools foi o primeiro a aproveitar os recursos do ambiente Windows para a análise de corpus e divulgar a Linguística de Corpus entre usuários de microcomputadores. “Ainda hoje, depois de muitas versões, o mais completo e versátil conjunto de ferramentas para Linguística de Corpus.” (SARDINHA, 2000, p. 16) Esse programa é composto por três ferramentas que possuem, resumidamente, as seguintes funções: a) tematização: agrupamento de duas ou mais formas diferentes em um mesmo item - por exemplo, as formas ‘correm’ e ‘correram’ podem ser agrupadas sob o lema ‘correr’; b) classificação: ordenação de listas e concordâncias por ordem alfabética, frequencial, ou por posição (na “lista de colocados”); c) delimitação: escolha de partes do corpus que serão lidas pelo programa.

O Word List, o qual serve especialmente para medir a frequência com que certas palavras ou expressões aparecem nos textos do corpus, apresenta os seguintes instrumentos de análise: a) lista de palavras individuais (wordlist); lista de múlti-palavras (wordlist, clusters activated); c) lista de palavras de consistência individuais (detailed consistency). d) Lista de múlti-palavras de consistência (detailed consistency, clusters activated); e) lista de dimensões e densidade lexical (statistics). O Concord é a segunda ferramenta a qual mostra a palavra ou expressão a ser pesquisada dentro do contexto em que ocorre (sendo possível, pois, recuperar o contexto de produção); esta ferramenta apresenta os seguintes instrumentos de análise: a) concordância (concordance); b) lista de colocados (collocates); c) lista de agrupamentos lexicais (clusters); d) lista de padrões de colocados (patterns) d) gráfico de distribuição da palavra de busca (plot). A terceira e última ferramenta é o KeyWords, o qual tem por função fazer uma listagem das palavras-chave; esta ferramenta apresenta os seguintes instrumentos de análise: a) lista de palavras chave (keywords); e b) banco de dados de listas de palavras chave (database).

De acordo com Sardinha (2000, p. 352), “é através do conhecimento da frequência atestada que se pode estimar a probabilidade teórica.” (p. 352) Pode-se compreender que a Linguística de Corpus não é meramente um conjunto de ferramentas a serem usadas. Existe um conjunto de ferramentas úteis, eficazes, que podem ser usadas para determinado propósito e que indicam ou estimam uma probabilidade que tem implicações hermenêuticas. Para Sardinha (2000, p. 356),

Mas a Linguística de Corpus não se resume a um conjunto de ferramentas. Assim, se entendermos metodologia como um modo típico de aplicar um conjunto de pressupostos de caráter teórico, então a Linguística de Corpus pode ser entendida como uma metodologia, pois traz consigo algo mais do que simplesmente o instrumental computacional.

Segundo Sardinha (2000), as pesquisas realizadas em Linguística de Corpus compartilham de algumas características. Uma delas é justamente o fato de que essas pesquisas, além de fazerem uso de computadores de análise – empregando técnicas automáticas –, “são empíric[a]s e analisam os padrões reais de uso em textos naturais”; Isso significa que essa metodologia “trabalha dentro de um quadro conceitual formado por uma abordagem empirista e uma visão da linguagem enquanto sistema probabilístico.” (p. 349).

Fazer uso à risca dessa abordagem empirista dentro de uma pesquisa cujos pressupostos são baseados na Análise do Discurso de orientação francesa pode soar estranho, ou melhor, inadequado. No entanto, pode-se dizer que essa pesquisa, como a de Alice Krieg-Planque e outras já realizadas que compartilham dos mesmos pressupostos da AD, não são de base propriamente empirista, mas usam das ferramentas computacionais em parte da pesquisa para que os objetivos sejam alcançados.

Uma análise de conteúdo de orientação exclusivamente formalizante, segundo Courtine (2006), “ignoram ou reduzem a quase nada a análise histórica das condições de produção dos discursos, da qual trata a análise do discurso.” Esse tipo de análise – formalizante – “não pode ser verdadeiramente adequad[a] para designar práticas de descrição de corpus contra as quais a análise do discurso se constituiu.”

Deste modo, mais especificamente em nossa pesquisa, como já mencionado anteriormente neste trabalho, o material de análise é composto de textos digitalizados publicados na Folha desde primeiro de janeiro de 2008 até primeiro de janeiro de 2010. Nesses textos serão analisados e destacados, segundo os pressupostos da Análise do discurso de orientação francesa e com o auxílio de um programa de estatística textual, todos os enunciados em que ocorre a fórmula reforma ortográfica, bem como certas expressões consideradas equivalentes nesse contexto, tais como “reforma da língua” ou “simplificação da língua”, etc.

De posse dos resultados obtidos, acredita-se poder verificar o modo como os enunciadores do jornal analisado situam-se para proferir o discurso sobre a reforma ortográfica. Para organizar suas falas, os enunciadores se valem de marcas materiais (que relevam de uma materialidade discursiva), de pontos de ancoragem que elas partilham com outros locutores, mas que eles investem de uma maneira que lhes é própria (o que faz a especificidade de sua posição político-ideológica ou partidária).

A fim de que realizemos todas as etapas e análises anteriormente mencionadas – que se referem à organização metodológica dessa pesquisa – será utilizado o programa de estatística textual WordSmith Tools (versão 5.0), o qual nos auxiliará na contagem ou na verificação da quantificação (frequência) que a fórmula “reforma ortográfica” e suas variantes ocorrem nos textos publicados pela Folha de S. Paulo num período de dois anos. A contagem e observação da fórmula e suas variantes permitirão, como foi possível no trabalho de Alice

Krieg-Planque, verificar não só a hierarquia entre as variantes e a regularidade delas, mas também a circulação – maior ou menor – em diferentes períodos.

A pesquisa adequadamente se apóia em critérios quantitativos de frequência, mas também, e principalmente, em uma gama de outros fatos de discurso que pretenderemos discutir.

3.3 A COLETA E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

3.3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CORPUS

O corpus selecionado para este trabalho é composto por 178 artigos publicados na Folha de S. Paulo em 2008 e 2009, produzidos por brasileiros falantes nativos de língua portuguesa (jornalistas, professores, linguistas). Escolheram-se exatamente os textos publicados na Folha de S. Paulo: é um jornal brasileiro editado na cidade de São Paulo, um dos mais influentes do país e o segundo maior jornal de circulação do Brasil, segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC). A circulação média diária em 2010, por exemplo, foi de 294.398 exemplares. Para este trabalho, a Folha, como também se chama o jornal a Folha de S. Paulo, disponibilizou os textos digitalizados para que a pesquisa fosse realizada, diferentemente do Estadão, por exemplo, que negou acesso ao acervo de textos.

3.3.2 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Cronologicamente, cada artigo recebeu um número e seus enunciados uma numeração correspondente. Temos, pois, no corpus organizado: 1, 2, 3 e assim sucessivamente, para os artigos, e 2.1., por exemplo, para os enunciados. Esse procedimento permite verificar os deslocamentos em diferentes momentos que a fórmula “acordo ortográfico” ao deslizar para “reforma ortográfica” sofre. Apresentam-se no anexo em ordem

cronológica de publicação os 178 artigos, descritos com seus respectivos títulos, autores (colocados depois da vírgula entre parênteses) e os enunciados desses artigos em que a fórmula e suas variantes apareceram.

Em fevereiro de 2008, temos, por exemplo:

1. 05/02/2008 (Dicionários recorrem a incentivos, de Mariana Botta)

[1.1] “Lei Rouanet é usada por editores do 'Houaiss' e do 'Caldas Aulete' na captação de recursos para realizar atualizações 'Caldas Aulete' aceita sugestões de novas palavras feitas por leitores; **reforma ortográfica** influencia as atualizações”

[1.2] “Além da competitividade, o impasse sobre a assinatura do **Acordo Ortográfico** da Língua Portuguesa que deveria ser implantado neste ano também fez coincidir a previsão de lançamento das novas edições dos quatro dicionários. “**A reforma ortográfica** é decisiva para as decisões editoriais”, disse Rodrigues e Silva, da Positivo.”

4 APONTAMENTOS EM FORMA DE ANÁLISE DISCURSIVA

4.1 A ANÁLISE DISCURSIVA DA FÓRMULA

Neste capítulo final procede-se a uma análise discursiva de “acordo ortográfico” e “reforma ortográfica”. A fim de que se realizasse a análise de recorrência, foi feita, antes de qualquer coisa, uma leitura atenta e minuciosa de todos os artigos publicados na Folha de S. Paulo em 2008 e 2009 que apresentavam não só a unidade lexical “acordo ortográfico”, mas também, e principalmente nesta pesquisa, “reforma ortográfica” e todas as variantes dessas unidades compostas, conforme a noção de Alice Krieg-Planque (2010) para a fórmula, isto é, segundo as propriedades elencadas por essa autora para a fórmula: a) caracteriza-se por uma cristalização; b) inscreve-se numa dimensão discursiva; c) funciona como um referente social; e d) comporta um aspecto polêmico.

Nota-se, pela verificação dos dados a partir da utilização do programa WordSmith Tools, que o sintagma nominal “reforma ortográfica”, considerando apenas suas aparições enquanto uma unidade lexical composta – como intitula algumas fórmulas Alice Krieg-Planque (2010) –, não apenas desta forma (“reforma ortográfica”) ocorre no corpus, mas também acompanhadas de outros termos (adjuntos adnominais), como “nova”, “da língua portuguesa”, compondo “nova reforma ortográfica da língua portuguesa” e “nova reforma ortográfica”.

Deste modo, pode-se verificar abaixo, nas publicações de 2008, a recorrência para “reforma ortográfica”:

Ano 2008	Nova Reforma Ortográfica da Língua Portuguesa	Nova Reforma Ortográfica	Reforma Ortográfica
JAN.	–	–	–
FEV.	–	–	2
MAR.	–	–	3
ABR.	–	–	–
MAI.	–	–	5
JUN.	1	1	1
JUL.	–	–	–
AGO.	–	–	2
SET.	–	–	3
OUT.	–	1	6
NOV.	–	–	1
DEZ.	–	1	2
TOTAL	1	3	25

A partir dessa tabela, verifica-se que “reforma ortográfica” aparece 29 vezes em 2008 com uma maior recorrência nos meses de maio e outubro de 2008. Nesses meses, dois acontecimentos promovem a maior circulação da fórmula: em 16 de maio de 2008, Portugal sanciona finalmente o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), e, em 29 de setembro (final de setembro), comemorando o centenário de Machado de Assis, o ex-presidente do Brasil sanciona esse mesmo acordo.

Nesse mesmo ano, para a ocorrência de outro sintagma nominal, “acordo ortográfico”, nota-se que existe uma maior incidência desse em relação à “reforma ortográfica”. Isso pode ser verificado na tabela abaixo:

Ano 2008	Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	Novo Acordo Ortográfico	Acordo Ortográfico
JAN.	–	–	–
FEV.	–	–	–
MAR.	–	–	6
ABR.	–	–	–
MAL.	–	1	10
JUN.	–	–	6
JUL.	–	1	5
AGO.	–	–	2
SET.	4	1	8
OUT.	–	2	6
NOV.	–	–	2
DEZ.	1	4	9
TOTAL	5	9	54

Segundo a tabela acima, e considerando as mesmas inserções de “novo” e de “língua portuguesa”, “acordo ortográfico” mostrou-se 68 vezes, isto é, quase duas vezes e meia a mais que “reforma ortográfica” em 2008. Assim como essa última, “acordo ortográfico” também aparece mais em maio e outubro, com uma forte incidência também em setembro (antes da sanção do acordo no Brasil) e em dezembro (antes da entrada em vigor do acordo no Brasil – marcada para 1º de janeiro de 2009).

Segundo Krieg-Planque (2010), a circulação da fórmula apóia-se em certos usos que lhe atribuem “um caráter conflituoso ou problemático” e em acontecimentos ou outros discursos que estimulam ou motivam sua utilização, “que dão razões aos locutores para recorrerem a ela de uma maneira ou de outra.” Desta maneira, a maior ou menor circulação de “acordo ortográfico” ou “reforma ortográfica” pode estar relacionada aos acontecimentos ou

discursos que os estimulam, como esses supracitados, que geram polêmica, que os torna objeto de debate, que divide opiniões.

Levando-se também em conta o ano de 2009, pode-se notar abaixo, nas publicações desse ano, a recorrência de “reforma ortográfica”:

Ano 2009	Nova Reforma Ortográfica da Língua Portuguesa	Nova Reforma Ortográfica	Reforma Ortográfica
JAN.	–	1	25
FEV.	–	–	15
MAR.	–	1	10
ABR.	–	–	10
MAI.	–	–	–
JUN.	–	–	3
JUL.	–	–	–
AGO.	–	–	5
SET.	–	–	1
OUT.	–	–	3
NOV.	–	–	–
DEZ.	–	–	3
TOTAL	0	2	75

A partir dessa tabela, verifica-se que “reforma ortográfica” aparece 77 vezes em 2009 (2,6 vezes a mais que em 2008), com uma maior recorrência nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril. Nesses meses, dois acontecimentos podem ter promovido a maior circulação da fórmula: em 1º de janeiro de 2008, entra finalmente em vigor no Brasil o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), e, nos meses posteriores – não considerando apenas os “acontecimentos fundamentais” (numa visada pecheuxiana) –, todos os acontecimentos, os quais, a partir desse primeiro, desencadearam-se, como as várias publicações e críticas feitas quase que permanentemente pelo professor Pasquale de Cipro Neto⁹ à vigência do acordo e suas implicações.

Nesse mesmo ano, para a ocorrência do outro sintagma nominal concorrente, “acordo ortográfico”, nota-se que existe, para 2009, uma também maior – mas não tão significativa como em 2008 – recorrência desse em relação à “reforma ortográfica”. Isso pode ser verificado na tabela abaixo:

⁹ Pasquale Cipro Neto licenciou-se em Letras na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Professor de português desde 1975, é também colunista na Folha de S. Paulo. É o idealizador do programa Nossa Língua Portuguesa, transmitido pela Rádio Cultura (São Paulo) e pela TV Cultura.

Ano 2009	Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa	Novo Acordo Ortográfico	Acordo Ortográfico
JAN.	2	6	34
FEV.	–	1	3
MAR.	–	4	11
ABR.	1	3	4
MAI.	–	–	–
JUN.	–	1	3
JUL.	–	–	–
AGO.	–	2	8
SET.	–	–	–
OUT.	1	1	1
NOV.	–	–	–
DEZ.	1	–	–
TOTAL	5	18	64

Segundo a tabela acima, e considerando as mesmas inserções de “novo” e de “língua portuguesa”, “acordo ortográfico” mostrou-se 87 vezes, isto é, com 10 incidências a mais que “reforma ortográfica” em 2009. Assim como essa última, “acordo ortográfico” também aparece mais nos quatro primeiros meses do ano, com uma forte incidência também em janeiro – a entrada em vigor do acordo no Brasil (1º de janeiro de 2009).

O interessante é justamente o fato de que tanto “reforma ortográfica” quanto “acordo ortográfico”, considerando esses primeiros meses de 2009, concorrem e circulam com maior ou menor incidência em alguns meses: principalmente em fevereiro e abril, a ocorrência de “reforma ortográfica” ultrapassa a de “acordo ortográfico”. Em abril de 2009, por exemplo, mais exatamente dia 09 de abril de 2009, Pasquale Cipro Neto publica um artigo na Folha de S. Paulo discutindo a adequação de “reforma ortográfica” ou “acordo ortográfico” para a unificação ortográfica já vigente e defende o uso de “reforma ortográfica” ao invés de “acordo ortográfico”:

[150.1] Pois bem. Levados pela verdadeira salada "hifênica" que foi servida aos brasileiros pela **reforma ortográfica** (sim, **reforma**, e não **acordo ortográfico**, já que, por enquanto, isso tudo não passa mesmo de uma **reforma ortográfica** – exclusivamente brasileira, visto que os demais países lusófonos ainda não a adotaram), vários leitores escreveram para perguntar sobre os hifens (ou hífenes) de "mais-que-perfeito". "O hífen não caiu em locuções desse tipo?". É melhor ir logo ao ponto, digo, ao texto oficial do **acordo**, digo, **reforma**, que, no sexto item de sua base XV ('Do hífen em compostos, locuções e encadeamentos vocabulares'), perpetra esta claríssima resolução: 'Nas locuções de qualquer tipo, sejam elas substantivas, adjetivas, pronominais, adverbiais, prepositivas ou conjuncionais, não se emprega em geral o hífen, salvo (sic) algumas exceções já consagradas pelo uso (como é o caso de água-de-colônia, arco-da-velha, cor-de-rosa, mais-que-perfeito, pé-de-meia, ao deus-dará, à queima-roupa). Sirvam, pois, de exemplo de emprego sem hífen as seguintes locuções... (grifos nossos)

A partir desse momento, mais exatamente a partir da discussão feita pelo professor quanto à adequação de “reforma” ou “acordo”, nota-se que o sintagma nominal “reforma ortográfica” passa a circular com maior intensidade – principalmente em abril de 2009, por exemplo, quando “acordo ortográfico” aparece quatro vezes e “reforma ortográfica”, dez – e com maior constância – nos meses subsequentes, “reforma ortográfica” aparece numa média de três vezes, enquanto “acordo ortográfico”, uma; exceto em agosto de 2009 quando aparece oito vezes e “reforma ortográfica”, cinco.

Existem, como exemplo, os textos publicados por Thaís Nicoleti de Camargo – professora de língua portuguesa e consultora dessa mesma língua do jornal Folha de S. Paulo – e por Juca Kfourri (José Carlos Amaral Kfourri, conhecido por Juca Kfourri, membro do jornalismo esportivo no Brasil e diretor de redação), que ilustram o uso de “reforma ortográfica” a partir de abril de 2009, respectivamente:

[154.4] “Sem um objetivo claro e com severas implicações financeiras, a **reforma ortográfica** apoia-se num documento lacunar e numa obra de referência marcada pela hesitação e pela inconstância nos critérios de regularização.” (grifos nossos)

[156.1] “Na burra **reforma ortográfica**, a falta do acento em ‘para’, do verbo parar, causa confusões, como na coluna de ontem.” (grifos nossos)

Em 2009, no entanto, como dito anteriormente, houve, exatamente em agosto desse mesmo ano, uma maior incidência de “acordo ortográfico” (oito vezes) do que de “reforma ortográfica” (cinco vezes). Voltando-se, pois, aos textos publicados durante esse mês a fim de se verificar se, pelo mesmo motivo anterior, algum acontecimento possa ter promovido o entrecruzamento de diversos enunciados, agora, provavelmente, a favor do uso de “acordo” ao invés de “reforma” e desencadeado uma maior ocorrência de um sintagma ao invés de outro, nota-se que “acordo ortográfico” incide com maior recorrência justamente pelo fato de que o texto publicado em 06 de agosto de 2009, intitulado “Portugueses resistem a adotar nova ortografia”, por Marcos Strecker – jornalista da Folha de S. Paulo, com formação em Comunicação Social pela Universidade de São Paulo –, apresenta 4 (quatro) das 8 (oito) totais. A concentração de exatamente a metade dessas ocorrências está em apenas um texto e não em vários como se apresenta “reforma ortográfica” nas outras publicações (as quais estão dispostas no anexo dessa pesquisa). Podem-se verificar abaixo todas as aparições nesse texto de agosto de 2009 para o sintagma nominal “acordo ortográfico”:

[164.1] “Europeus se mobilizam contra o **Acordo Ortográfico** e despertam dúvidas sobre sua aplicação em Portugal.” (grifos nossos)

[164.2] “Desde o início do ano, o novo **Acordo Ortográfico** já é uma realidade no Brasil” (grifos nossos)

[164.4] “A petição "Manifesto em defesa da língua portuguesa contra o **Acordo Ortográfico**" foi apreciada por uma comissão parlamentar, onde um relatório do deputado Feliciano Barreiras Duarte foi aprovado recomendando a apreciação pela Assembleia Nacional.” (grifos nossos)

[164.6] “Principal crítico do **acordo ortográfico** em Portugal, o tradutor Vasco Graça Moura diz que o grande número de assinaturas que conseguiu reunir já era esperado.” (grifos nossos)

Deste modo, a fim de que se realizasse, ainda que não de maneira aprofundada nesta primeira parte desse capítulo final, uma análise discursiva de “reforma ortográfica” e “acordo ortográfico”, consideraram-se não apenas a ocorrência ou a frequência com que se apresentavam durante os dois anos nos artigos publicados pela Folha de S. Paulo, mas principalmente a interpretação feita desses dados com base em alguns pressupostos – como o de acontecimento discursivo, por exemplo – da Análise do Discurso de orientação francesa.

4.2 O CARÁTER CRISTALIZADO DA FÓRMULA

Neste trabalho, seguindo os objetivos dessa pesquisa – o de compreender em que medida a sequência verbal “acordo ortográfico” ao deslizar para “reforma ortográfica” pode ser entendida como uma fórmula; ou o de verificar em que medida a sequência linguística “reforma ortográfica” pode ser entendida como um lugar discursivo, o qual (re)atualiza o acontecimento discursivo “acordo ortográfico”; ou o de (re)traçar o percurso histórico do sintagma “reforma ortográfica” em um jornal de grande circulação nacional num período de dois anos –, decidem-se adotar para fins metodológicos apenas as unidades lexicais complexas, como “reforma ortográfica”, “reforma da língua”, “unificação ortográfica”, “nova ortografia”, “mudanças ortográficas”, “acordo ortográfico”, “novas regras”, etc., desconsiderando, neste momento e nesta pesquisa, as unidades lexicais simples (“acordo”, “reforma”, “mudança”, “simplificação”), – o que não impede, no entanto, que

essas ou outras formas de apresentação da fórmula sejam trabalhadas e séria e profundamente pesquisadas mais adiante.

Embora Krieg-Planque (2010) apresente uma classificação de dois modos de cristalização que parece bastante simples, uma estrutural e outra memorial, como já se apresentou no segundo capítulo dessa dissertação, Krieg-Planque (2010) afirma que não parece adequado tratá-la distintamente como dois blocos separados, dado o inevitável engendramento mútuo delas. No caso de “reforma ortográfica” e “acordo ortográfico”, compreende-se que são sequências imbricadas de tal maneira que não devem ser isoladamente vistas ou analisadas.

Esse imbricamento desses blocos, dentro dos estudos da AD de orientação francesa, parece um pouco evidente e custosamente poderíamos, dentro desta perspectiva, considerar uma isolada da outra, já que a materialidade linguística, a língua, a “ordem estrutural” mantém uma relação intrínseca com a história e com o sujeito. Nesta perspectiva não se poderia realizar uma análise que situasse a história no domínio do exterior linguístico.

Notar a cristalização de uma sequência linguística não parece, pois, uma atividade muito mecânica ou simples. De acordo com Krieg-Planque (2010), não se pode menosprezar o fato de que a própria cristalização é dada a partir do julgamento dos locutores a certas sequências, isto é, não se pode subestimar a existência da subjetividade por partes desses locutores. Segundo a autora, uma mesma sequência pode ser notada como cristalizada por certos interpretantes num dado contexto, mas não por outros nesse mesmo contexto.

Além disso, atenta-se ao fato de que a fórmula não apresenta uma única forma identificável acabada e cristalizada. É possível que se verifiquem múltiplas paráfrases de que a fórmula depende-se, considerando que nem tudo é fórmula ou paráfrase da fórmula. Ademais as fórmulas podem ter variantes, apreendidas a partir de modificações morfológicas, modificações morfossintáticas, operações de comutação que conduzem a sintagmas novos, formulações não-concorrentes.

Considerando todos esses cuidados na leitura e identificação da fórmula, torna-se, para os interpretantes ou locutores, um desafio, ou melhor, um trabalho minucioso e cauteloso verificar a cristalização de uma sequência linguística. De acordo com Krieg-Planque (2010), é importante que se tome cuidado enquanto interpretantes do que seria de fato

chamado de fórmula pois nem sempre as sequências apresentam uma estabilidade e uma repetição que as identificam como fórmulas.

Neste trabalho, a partir de não só uma leitura meticulosa de todos os textos e todas as possíveis aparições da fórmula, mas também, e principalmente, de todos os cuidados apontados por Krieg-Planque para essa tarefa, e não adotando, pois, uma atitude formalista, podem-se apreender as variantes de “acordo ortográfico” e “reforma ortográfica” (todas em destaque devido a grifos nossos), a partir de modificações morfológicas, operações de comutação, formulações não-concorrentes e descristalizações.

As modificações morfológicas, em geral, realizavam-se pela inserção do “s” indicativo do uso do plural. No dia 04 de maio de 2008, no texto intitulado “Libertem a língua”, do autor Boaventura de Souza Santos (professor catedrático jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e diretor do Centro de Estudos Sociais de Coimbra), nota-se que o sintagma nominal “acordo ortográfico” aparece morfológicamente pluralizado por meio da inserção do “s”:

[5.3] “Revejo-me, pois, no comentário irônico e contraditório de Fernando Pessoa aos **acordos ortográficos**, escrito em 1931, ano em que se implementava o acordo de 1911:” (grifos nossos)

Neste uso, por exemplo, o uso do plural parece não só se referir ao próprio acordo de unificação ortográfica de 1990, dado o contexto de produção – próximo a acontecimento de 16 de maio de 2008, quando Portugal sanciona o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990) –, mas principalmente a todos os outros acordos ortográficos que já anteriormente existiram.

O mesmo parece ocorrer no enunciado abaixo, publicado no dia 17 de junho de 2009, no texto intitulado “Rebeldes da língua”, por Ruy Castro – jornalista e escritor brasileiro. O sintagma “reforma ortográfica” também se apresenta pluralizado e também faz referência a todos os outros enunciados que resgatam os acontecimentos de unificação ortográfica que aconteceram no passado:

[158.1] “Abgar Renault (1901-1995), um dos nossos mais subestimados poetas modernos – não necessariamente “modernistas” –, nunca aderiu às **reformas ortográficas** de 1943 e 1971.” (grifos nossos)

Verificam-se, nesta pesquisa, também operações de comutação, as quais conduzem a sintagmas novos, como “unificação ortográfica”, “nova ortografia”, “acordo de unificação ortográfica”, “puxadinho ortográfico”¹⁰.

No dia 04 de maio de 2008, no texto intitulado “A torre de Babel”, escrito por Carlos Heytor Cony, verifica-se o uso de “unificação ortográfica” para se referir aos acordos ortográficos que permanentemente buscavam a unificação da ortografia:

[6.2] “Tanto na academia brasileira como na congênere portuguesa, sempre houve comissões mais ou menos permanentes em busca da **unificação ortográfica** que, a bem da verdade, é quase completa, com exceção de pequeno número de palavras sobre as quais não existe consenso. Exemplo: dificilmente o Brasil aceitará escrever "facto" em vez de "fato", duas palavras que, em Portugal, têm sentidos diferentes.” (grifos nossos)

No dia 09 de maio de 2008, no texto intitulado “MEC autoriza adaptações em livros didáticos”, o sintagma “nova ortografia” aparece e parece retomar os enunciados concernentes ao acordo ortográfico de 1990 cujas modificações não serão obrigatórias a partir de 2009:

[7.1] “Segundo o MEC, a adaptação à **nova ortografia** já em 2009 não é obrigatória; a resolução apenas dá essa possibilidade às editoras.” (grifos nossos)

No dia 01 de janeiro de 2009, exatamente no dia da entrada em vigor do Acordo Ortográfico no Brasil, José Luiz Fiorin discute a adequação do termo “reforma ortográfica”, apresenta-o como inapropriado, e argumenta a favor de “unificação ortográfica”:

[66.7] “Visa a afirmar, por meio da **unificação ortográfica**, uma unidade linguística de base, que emerge de uma grande diversidade e que é o símbolo da união dos povos da CPLP.” (grifos nossos)

José Simão, no dia 10 de janeiro de 2009, no texto “Socuerro! Dobrou o IPVA do skate!” pejorativamente refere-se à “reforma ortográfica” como “puxadinho ortográfico”:

¹⁰ Esses são os exemplos que foram aleatoriamente escolhidos para representar o processo de comutação. Isso não significa, no entanto, que a análise esgota-se apenas a eles ou que são simplesmente os únicos representantes dessas operações de comutação. Existe, no entanto, uma lista de outros exemplos que apontam as operações de comutação as quais conduzem a sintagmas novos e que foram colocados no item “Anexos”, no final deste trabalho.

[90.1] “E o Lula gosta de beber e não gosta de ler. E assim mesmo ele implantou a Lei Seca e assinou a reforma ortográfica.”; “E essa reforma ortográfica não é bem uma reforma, é um puxadinho. Um **puxadinho ortográfico.**” (grifos nossos)

As variantes por meio das formulações não-concorrentes, isto é, semanticamente ou lexicalmente próximas, mas com funcionamento discursivo diverso, também parecem ocorrer:

[41.3] “Coordenado por Raimundo Santos Moura, o processo de atualização do **corretor ortográfico** já envolveu 82 voluntários.” (grifos nossos)

[42.1] “CORRETOR APÓS REFORMA ORTOGRÁFICA – A Microsoft promete atualização gratuita do **corretor ortográfico** para todos os usuários do pacote Office.” (grifos nossos)

[51.1] “Em www.interney.net/conversor-ortografico.php, basta colar um texto no formulário para que ele seja modificado de acordo com as novas regras do Acordo Ortográfico. O sistema, porém, não funciona para palavras escritas totalmente em maiúsculas.” (grifos nossos)

[75.2] “O www.interney.net/conversor-ortografico foi criado pelo empresário Edney Souza, 32, como hobby.” (grifos nossos)

[96.3] “Portanto, quem quer aprender as novas regras logo deve tomar cuidado com dicionários publicados recentemente e **corretores ortográficos** que já podem ser baixados na internet, já que não se sabe como ficarão alguns vocábulos.” (grifos nossos)

[126.1] “**Corretor ortográfico** Vero em ação no navegador Mozilla Firefox; Tela de instalação;soft verifica textos de acordo com a reforma” (grifos nossos)

[170.1] “Tecnologia – Usuários do Office 2007 já podem fazer o download gratuito das atualizações do **verificador ortográfico** para adequá-lo ao novo Acordo Ortográfico. folha.com.br/0928710” (grifos nossos)

[173] 21/10/2009 (**Verificador ortográfico** ainda tem lacunas, por Thais Nicoleti de Camargo) (grifos nossos)

[173.1] “A Microsoft pôs à disposição dos internautas a atualização do **verificador ortográfico** do Office 2007, que promete adequar a grafia das palavras ao Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor no Brasil desde janeiro.” (grifos nossos)

[173.2] “O acento diferencial de ‘côa’ (substantivo e forma do verbo ‘coar’) também passa despercebido pelo **verificador ortográfico** – é verdade que a sua supressão só aparece oficialmente na errata do Volp (‘Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa’), o que ocorre também com as grafias, agora corretas, ‘rádio-vitrola’, ‘rádio-gravador’, ‘rádio-cassete’ e ‘soto-posto’, que o corretor ainda considera erradas.” (grifos nossos)

Em todos os trechos acima selecionados, os sintagmas “corretor ortográfico”, “conversor ortográfico”, “verificador ortográfico”, bem como suas variantes, são lexical e semanticamente próximas aos sintagmas “reforma ortográfica” e “acordo ortográfico”, mas

apresentam um funcionamento discursivo diferente. Parecem circular próximas ao campo discursivo desses últimos sintagmas, mas não propriamente neles: talvez pertençam propriamente a diferentes formações discursivas em contextos de produção mais exatamente relacionados ao campo da informática, especificamente o das ferramentas computacionais de revisão gramatical.

As descristalizações, criadas por substituições ou inserções de unidades lexicais ou morfemas, como “refolma outogáfica”, “reforma pornográfica”, “(Des)Acordo Ortográfico, também foram pertinentes nesta pesquisa.

No texto “Ueba! Americanos fogem para Cuba!”, de 01 de outubro de 2008, e no texto “Socuerro! Linguíça não tem mais trema!”, de 06 de janeiro de 2009, José Simão novamente pejorativamente aponta a inadequação ou talvez a insignificância da “reforma ortográfica” e ironiza, respectivamente para a ordem aqui elencada desses textos, escrevendo-a graficamente de forma irregular “refolma outogáfica” ou banalizando-a em “reforma pornográfica”:

[39.2] “E o Kibeloco: "Alguém aí sabe me dizê se **refolma outogáfica** se inscreve com dois esse ou cê cidrila". E aí o Lula: "Marisa, caminhão tem acento?". "DEPENDE DO CAMINHÃO!" Rarárá.” (grifos nossos)

[85.3] “Essa é **reforma pornográfica**: em 2009, faça um 69! E a **reforma ortográfica** já tá sendo chamada de Reforma pra Encher Linguíça! Ou, numa tradução mais erudita: tiraram as bolas da linguíça.” (grifos nossos)

No texto “Ainda sobre ‘velharias’...”, publicado no dia 16 de julho de 2009, Pasquale Cipro Neto insere o prefixo “des” diante do sintagma “acordo ortográfico” para se referir a todas as questões de polêmica que o acordo ortográfico de 1990 tem causado. Essas polêmicas retomam enunciados já proferidos e discutidos anteriormente em outros textos com relação à sansão e entrada em vigor:

[161.2] ““Mas a reforma não aboliu o hífen desse tipo de palavra composta?”, perguntaram vários leitores, ainda confusos com as maravilhas perpetradas pelo superclaro texto do ‘(Des)Acordo Ortográfico’.” (grifos nossos)

De fato, essas variantes ou essas formulações co-ocorrentes não são sinônimas da fórmula (com o que a análise sêmica, por exemplo, lidaria). Essas sequências funcionam efetivamente no discurso, “como substitutos mais ou menos polêmicos, e mais ou menos mutuamente exclusivos” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.71).

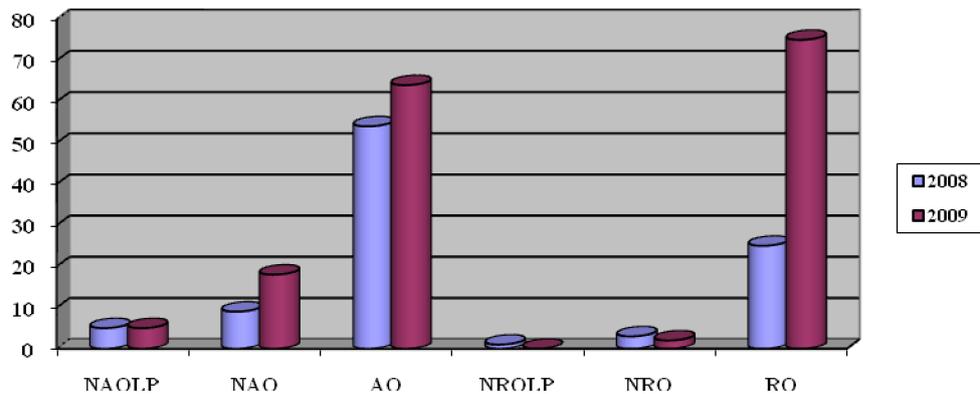
Outra característica apontada por Alice Krieg-Planque quanto à cristalização da fórmula reside justamente no fato de que a cristalização implicaria numa certa concisão, isto é, existe uma tendência das sequências linguísticas se comprimirem à medida que a circulação aumenta e de condensarem um conjunto de complexos de diferentes lugares discursivos. É justamente essa concisão na forma da fórmula que a permitirá circular com maior intensidade.

Verifica-se, a partir da leitura do corpus, que certamente uma redução sintagmática aconteceu paralelamente em “Novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa” (na tabela abaixo, “NAOLP”) para “novo acordo ortográfico” (na tabela, “NAO”) e para “acordo ortográfico” (“AO”) – ou, até mesmo, para simplesmente “acordo” –, e em “nova reforma ortográfica da língua portuguesa” (na tabela, “NROLP”) para “nova reforma ortográfica” (“NRO”) e para “reforma ortográfica” (ou, até mesmo, “reforma”). Verificam-se esses dados abaixo primeiramente no ano de 2008 e, depois, no ano de 2009:

Ano 2008	NAOLP	NAO	AO	NROLP	NRO	RO
JAN.	–	–	–	–	–	–
FEV.	–	–	–	–	–	2
MAR.	–	–	6	–	–	3
ABR.	–	–	–	–	–	–
MAI.	–	1	10	–	–	5
JUN.	–	–	6	1	1	1
JUL.	–	1	5	–	–	–
AGO.	–	–	2	–	–	2
SET.	4	1	8	–	–	3
OUT.	–	2	6	–	1	6
NOV.	–	–	2	–	–	1
DEZ.	1	4	9	–	1	2
TOTAL	5	9	54	1	3	25

Ano 2009	NAOLP	NAO	AO	NROLP	NRO	RO
JAN.	2	6	34	–	1	25
FEV.	–	1	3	–	–	15
MAR.	–	4	11	–	1	10
ABR.	1	3	4	–	–	10
MAI.	–	–	–	–	–	–
JUN.	–	1	3	–	–	3
JUL.	–	–	–	–	–	–
AGO.	–	2	8	–	–	5
SET.	–	–	–	–	–	1
OUT.	1	1	1	–	–	3
NOV.	–	–	–	–	–	–
DEZ.	1	–	–	–	–	3
TOTAL	5	18	64	0	2	75

Para melhores resultados, pode-se verificar o gráfico abaixo:



A partir dessas tabelas e do gráfico, nota-se não só que existe uma maior frequência ou uma maior ocorrência de incidências da fórmula à medida que o sintagma vai se reduzindo, mas também, principalmente, um deslizamento de “acordo ortográfico” para “reforma ortográfica”.

A concisão ou a redução de uma unidade pode ser explicada menos por uma razão mecanicista – da lei do menor esforço ou menor esforço articulatório –, mas nos “benefícios discursivos que [os locutores] podem obter de denominações assim reduzidas.” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 73)

O desaparecimento de uma parte da sequência linguística pode permitir que exista uma relativa evaporação do sentido do segmento que desaparece, levando a uma flutuação semântica, na qual mergulham as polêmicas. Além disso, essa evaporação ou essa redução permite que a sequência reduzida circule ou se propague em outros contextos além daqueles que repetidamente estava circulando.

Nesta pesquisa, verifica-se a existência de certa evaporação de algumas partes que, de início, completavam o sentido de “reforma ortográfica” e de “acordo ortográfico”. A permanência e a maior circulação de variantes justamente permitiram que essas sequências sofressem “uma flutuação semântica”, passando a se constituírem de discursos outros que,

num primeiro momento, não se imprimiam. Elas, de fato, depois de reduzidas, circularam e se propagaram muito mais em outros contextos ou permearam diferentes formações discursivas.

Em 2008, pode-se observar que isso aconteceu nos seguintes artigos (já apresentados e enumerados na organização do corpus, na parte “Anexos”), os quais foram aqui elencados segundo o tipo de assunto que o jornal os descrevia: 15 (literatura), 16 (literatura), 22 (educação), 24 (literatura), 26 (coluna de fofoca), 31 (política), 32 (política), 36 (crise americana), 39 (humor), 41 (informática), 42 (informática), 45 (literatura), 46 (obtuário), 47 (política), 50 (literatura), 53 (literatura), 54 (literatura), 55 (educação), 56 (educação) e 58 (desejos de final de ano). Isto é, em 2008, a partir da redução, notamos que dos 65 artigos coletados nesse ano, 20 artigos (30,7%) apresentavam as fórmulas “reforma ortográfica” e “acordo ortográfico” circulando por contextos diferentes.

Em 2009, o mesmo aconteceu nos seguintes artigos: 77 (educação), 78 (“Folha Corrida”), 86 (informática), 88 (humor), 90 (humor), 91 (humor), 93 (educação), 104 (humor), 106 (humor), 107 (político (Obama)), 108 (educação), 109 (comportamento), 110 (coluna de jornal – vários assuntos), 112 (biografia), 114 (coluna – vários assuntos), 115 (humor), 116 (crítica jornalística), 117 (político), 119 (televisão), 120 (humor), 121 (humor), 127 (humor), 128 (humor), 129 (humor), 130 (economia), 131 (humor), 137 (educação), 139 (humor), 141 (humor), 145 (político), 146 (humor), 147 (empresas), 148 (área de comunicação), 151 (político), 153 (televisão), 155 (literatura), 156 (esporte), 159 (educação), 162 (gramática normativa – mesóclise), 165 (humor), 166 (esporte), 168 (educação), 170 (informática), 173 (informática), 174 (educação), 175 (literatura), 176 (coluna – vários assuntos), 177 (humor) e 178 (obtuário).

Em outras palavras, dos 113 artigos publicados em 2009, 49 (43,3%) apresentavam as fórmulas circulando por contextos que não comumente circulavam. Observa-se aqui a incidência de um grande número de textos de “humor” no qual as fórmulas circularam. Ademais, as fórmulas, como se pode verificar pelos dados de 2008 e 2009, circularam entre um número maior de formações discursivas outras – na medida em que ocorre um aumento de ocorrências de “reforma ortográfica”, em comparação com a circulação de “acordo ortográfico”, isto é, à medida que “reforma ortográfica” passa a circular mais, ela da mesma forma passa a circular mais pelas mais diferentes formações discursivas (sempre lembrando que as FDs não possuem fronteiras limítrofes, mas maleáveis), o que prova seu caráter formulaico.

4.3 O CARÁTER DISCURSIVO DA FÓRMULA

A partir do caráter cristalizado das fórmulas, é possível que se verifique que existe uma materialidade linguística relativamente estável que pode ser linguisticamente descrita. No entanto, “a noção de fórmula não é uma noção linguística” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p.81). A noção é, na realidade, discursiva.

Apresentar um comportamento relativamente estável não está, pois, atrelado apenas ao fato da forma ou da materialidade linguística mostrar-se possivelmente inalterada, mas justamente aos discursos que regularmente se repetem. De acordo com Achard (2007, p. 16), “A regularização se apóia necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido.” Ainda de acordo com Pierre Achard (2007, p. 16), “por outro lado, uma vez reconhecida essa repetição, é preciso supor que existem procedimentos para estabelecer deslocamento, comparação, relações contextuais.”

Neste trabalho, verifica-se existir, a partir da análise da cristalização da fórmula, uma regularização de discursos – alguns possivelmente a favor, outros contra – que se repetiam atrelados ao sintagma “acordo ortográfico”. Essa regularização, no entanto, parecia se desestabilizar ou se desmanchar a partir de um acontecimento discursivo novo, produzindo uma nova série de discursos.

Alguns acontecimentos de 2008 e 2009 promoveram uma maior circulação dos sintagmas nominais “acordo ortográfico” e “reforma ortográfica” e suas variações: a sanção do acordo por parte de Portugal (16 de maio de 2008), a sanção do acordo por parte do Brasil (29 de setembro de 2008), a entrada em vigor do acordo no Brasil (1 de janeiro de 2009), e o artigo publicado pelo Professor Pasquale Cipro Neto (9 de abril de 2009). Pode-se melhor visualizá-los, juntamente com a frequência de circulação de “acordo ortográfico” e “reforma ortográfica” nos meses em que os respectivos acontecimentos ocorrem, na tabela abaixo:

Anos de 2008 e 2009	Acordo Ortográfico	Reforma Ortográfica
Sanção de Portugal	10	5
Sanção do Brasil	7	8
Entrada em vigor no Brasil	42	26
Artigo de Pasquale Cipro Neto	8	10

Observando a própria estrutura pela qual são formados os sintagmas nominais “acordo ortográfico” e “reforma ortográfica”, e também suas variações, nota-se que tanto o sintagma nominal “acordo ortográfico” quanto “reforma ortográfica” repetem em sua materialidade linguística o “ortográfico”. Esse adjunto adnominal é o que também permite identificá-los na “série do legível” (PECHÊUX, 2007, p. 52), ou seja, é o que também permite que os interpretantes os identifiquem enquanto constituintes daqueles enunciados que já foram ditos com relação à unificação da ortografia atual ou não – dos enunciados que se entrecruzam e que se referem ao o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa ou a outros acordos ortográficos anteriores, como talvez os de 1971, por exemplo.

A existência desses enunciados dentro da cadeia do repetível – o que lhes conferem certa regularidade – serve para reconhecê-los, identificá-los e interpretá-los. Entretanto, essa regularização de enunciados que se repetem, ou melhor, essa regularização discursiva parece estar constantemente suscetível a perturbações ou interrupções de diversos acontecimentos, como os acima mencionados, que desarranjam a regularidade e provocam um novo efeito de sentido.

Um dia após a sanção do acordo por parte de Portugal, isto é, no dia 17 de maio de 2008, é publicado um artigo na folha de S. Paulo intitulado “MEC treinará professor para reforma ortográfica”. É a primeira vez, no mês de maio, que ocorre o primeiro uso do sintagma nominal “reforma ortográfica” no título e juntamente com “acordo ortográfico” num mesmo texto. Pode-se notar esse uso nos trechos seguintes do artigo:

[9.1] “Após ser informado de que o parlamento português havia aprovado **o acordo ortográfico**, o ministro Fernando Haddad (Educação) deu ordem para a Secretaria de Educação Básica, do próprio do ministério, estabelecer um cronograma para o treinamento dos professores da educação básica.” (grifos nossos)

[9.3] “Professores ligados ao ensino fundamental e médio consultados pela Folha disseram acreditar que não haverá grandes dificuldades de adaptação **à reforma ortográfica**, já que ela não altera de forma profunda o português utilizado no Brasil.” (grifos nossos)

Nesses trechos, pode-se observar o uso do sintagma nominal “acordo ortográfico” relacionado principalmente ao próprio documento e de “reforma ortográfica” mais especificamente às regras de unificação da ortografia do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990) já sancionado naquele momento por Portugal.

Em outras palavras, existe algo que se repete, que é assegurado por “ortográfico” e suas variações, “ortográfica”, e que se remete de alguma maneira aos documentos da ortografia já sancionados, em 1990 ou anteriores, e às regras ortográficas. Também existe o novo, o qual, nesse texto, reside na alteração de “acordo” para “reforma”, alteração essa que parece tratar mais especificamente das novas regras ou das modificações da ortografia e não diretamente do próprio documento acordado.

Também um dia antes do acordo ser sancionado no Brasil pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ou seja, no dia 28 de setembro de 2008, é publicado por Eduardo Simões um artigo na Folha de S. Paulo intitulado “Que língua é essa?”. Nesse artigo, é a segunda vez das poucas vezes (três vezes em setembro de 2008) que “reforma ortográfica”, ou, mais especificamente, sua variação “reformas da ortografia”, aparece e agora junto ao sintagma “acordo ortográfico” num mesmo texto:

[30.1] “Novo livro detalha as mudanças do **acordo ortográfico**, já adotadas nesta reportagem.” (grifos nossos)

[30.2] “As regras do Novo **Acordo Ortográfico** da Língua Portuguesa, assinado em 1990, e que entram em vigor no Brasil a partir de janeiro de 2009, vão afetar principalmente o uso dos acentos agudo e circunflexo, do trema e do hífen.” (grifos nossos)

[30.4] “Além da íntegra do acordo, o livro traz um histórico das **reformas da ortografia** portuguesa, desde as primeiras propostas de simplificação feitas pelo foneticista português Gonçalves Viana (1840-1914), em 1904, com o lançamento do livro “Ortografia Nacional”.” (grifos nossos)

A partir desses trechos, depreende-se ainda que, como em maio de 2008, “acordo ortográfico” traz consigo os discursos que se referem principalmente ao próprio documento Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990) e à sanção ou aceitação dele; “reforma ortográfica” ou, especificamente, “reformas da ortografia”, no entanto, não exatamente dos discursos relativos às regras ou alterações ortográficas parece se constituir, como em maio de 2008, mas justamente daqueles que constituem os mesmos do sintagma “acordo ortográfico”, isto é, dos discursos referentes aos documentos sancionados e acordados entre Portugal e Brasil quanto à unificação da ortografia.

Assegurado pelo repetido, o sintagma nominal “reforma ortográfica” compreende-se daqueles discursos compartilhados pelo outro sintagma nominal de maior

circulação naquele ano, “acordo ortográfico”; esse, por sua vez, parece se deslizar e permitir que o acontecimento discursivo linguisticamente materializado em “reforma” seja absorvido e eventualmente dissolvido.

Pode-se identificar aqui o que Pechêx (2007, p. 53) afirma sobre existir sempre um jogo de força na memória sob o choque do acontecimento – um jogo que visa manter a regularização pré-existente, negociando a integração do acontecimento “até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo.”

O acontecimento é dado, pois, em um jogo de forças na memória. Esse jogo não só pretende manter a regularização, ou seja, tem por objetivo preservar o que é repetido e que lhe assegura uma identidade material, mas também está passível a uma desregularização. O acontecimento desregula, mas não de forma totalizante, o jogo do repetível e abre espaço para o novo.

Em 30 de dezembro de 2008, um dia antes da entrada em vigor do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), no artigo de Andreza Matais (jornalista e repórter) e Simone Iglesias (correspondente do jornal Folha de S. Paulo em Brasília), publicado na Folha de S. Paulo, existe a ocorrência, como nos anteriores neste capítulo supracitados, dos sintagmas “acordo ortográfico” e “reforma ortográfica” num mesmo texto. Ambos os sintagmas parecem se constituir daqueles enunciados que mais especificamente se referem ao próprio documento assinado – e não exatamente às regras ou as modificações. Isso pode ser verificado nos seguintes trechos:

Governo e Congresso vão ignorar início da **reforma ortográfica** (grifos nossos)

[65.1] “O governo federal, o Senado e a Câmara dos Deputados vão ignorar o início da vigência do **acordo ortográfico**, concebido para unificar a grafia da língua por países que falam e escrevem português (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Brasil e Portugal).” (grifos nossos)

No dia 09 de abril de 2009, Pasquale Cipro Neto publica um artigo na Folha de S. Paulo discutindo a adequação ou não dos sintagmas “reforma ortográfica” ou “acordo ortográfico” para a unificação ortográfica já vigente:

[150.1] “Pois bem. Levados pela verdadeira salada “hifênica” que foi servida aos brasileiros pela **reforma ortográfica** (sim, **reforma**, e não **acordo ortográfico**, já que, por enquanto, isso tudo não passa mesmo de uma **reforma ortográfica** – exclusivamente brasileira, visto que os demais países lusófonos ainda não a

adotaram), vários leitores escreveram para perguntar sobre os hifens (ou hífenes) de "mais-que-perfeito". (grifos nossos)

Nesse trecho acima, nota-se que a discussão proposta por Pasquale quanto ao uso de “reforma” ao invés de “acordo”, para apropriadamente se referir à vigência do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), parece desmanchar a cadeia do repetível – que aparentemente se mostrava estável – daqueles enunciados que tratavam tanto “acordo ortográfico” quanto “reforma ortográfica” compartilhantes dos mesmos discursos.

Pasquale prefere tratar o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990), já vigente no Brasil, de “reforma ortográfica” e não “acordo ortográfico”, justamente pelo fato de que, segundo ele, não teria havido acordo nenhum, dada a não adoção por parte de Portugal. Nesse momento, “reforma ortográfica” não mais apenas se refere, como anteriormente, ao Acordo de 1990, mas principalmente passa a ser vista como o termo a ser adequadamente usado para se referir a ele. O sintagma “acordo ortográfico”, no entanto, adquire uma conotação negativa e parece conceder o lugar ao sintagma “reforma ortográfica”. Esse acontecimento parece desregular não de forma totalizante a regularidade dos discursos e abre espaço para novos sentidos e significados.

Segundo Guilhaumou e Maldidier (1994), eis o que podemos nos referir ao conceito de trajeto temático: “o novo no interior da repetição”. A partir dos acontecimentos nesse capítulo elencados, pode-se se ter uma pequena noção do movimento de novos significados que os enunciados pertencentes a “acordo ortográfico” e “reforma ortográfica” apresentaram no decorrer de dois anos.

Como já mencionamos no capítulo 2, o que o analista, segundo Krieg-Planque (2010, p. 82), deve buscar não são as novas formas da fórmula, mas o seu uso particular, “ou uma série de usos particulares, por meio dos quais uma sequência assume um movimento, torna-se um jogo de posições, [um objeto de comentários,] é retomada, comentada, [...] sem nos darmos conta.”

Nesse estudo, observando o caráter discursivo – atrelando-o inevitavelmente ao linguístico – da unidade lexical composta “reforma ortográfica”, pode-se dizer que ela torna-se polêmica, um objeto de debate público principalmente no decorrer dos quatro acontecimentos midiáticos – a sanção do acordo por Portugal; a sanção do acordo pelo Brasil, a entrada em vigor em primeiro de janeiro de 2009 no Brasil, e o artigo de Pasquale Cipro

Neto. De acordo com Guilhaumou (2009, p. 123), “[a] acontecimentalidade engendra o sentido [...]”

Guilhaumou (2009), em seu texto *Do acontecimento discursivo à narrativa de acontecimento*, traça os deslocamentos que o termo “acontecimento” teve ao longo dos anos. Num primeiro momento, esse termo aparece muito próximo do sintagma “Tomada da Bastilha”, o que compartilha dos pressupostos teóricos do conceito de acontecimento numa visão peuceuxtiana – nessa perspectiva, os acontecimentos são vistos como aqueles fundamentais e os sentidos estão atrelados, presos, a uma estrutura linguística.

Para Guilhaumou (2009), os enunciados que se entrecruzam, os acontecimentos, estão em *mise en intrigue*, isto é, confrontam-se em uma grande temporalidade, diferentemente de Pêcheux, o qual pensa o acontecimento em médias temporalidades, e de Foucault, que o pensa em pequenas temporalidades.

De acordo com Guilhaumou (2009), atualmente examina-se a progressão de três derivações do acontecimento numa ordem racional – o acontecimento linguístico (o qual significa aquilo que se propõe enquanto estrutura (referencialidade)), o acontecimento discursivo (o qual se trata do universo da reflexibilidade do discurso) e a narrativa do acontecimento (que se dá pelo acontecimento e se traduz pela polêmica dos enunciados).

Na análise do acontecimento discursivo, a dualidade texto-contexto é pouco pertinente, segundo Guilhaumou (2009). Para ele, “[u]ma vez inserido, pela leitura de arquivos, numa configuração significativa, o enunciado é por só seu próprio contexto.” (p. 125) Deste modo, nesta pesquisa, o próprio contexto de enunciação da entrada em vigor do acordo ortográfico em 1º de janeiro de 2009 já é por si só o enunciado. “O acontecimento não é mais redutível somente à situação nem ou contexto. [...] Ela [a situação] nos dá, no máximo, uma idéia vaga de um contexto ampliado até uma parte do espaço discursivo suficientemente importante para poder caracterizar o uso de signos.” (p. 126)

Não se pensa também, nessa pesquisa, que o deslizamento de “acordo ortográfico” para “reforma ortográfica” seja dependente dos importantes fatos acontecidos em 2008 e 2009 ao redor do Acordo de 1990, mas esses fatos compõem por si só o quadro do deslizamento. De acordo com Guilhaumou (2009):

[...] o acontecimento discursivo não depende de um encadeamento causal a uma ocorrência que o precederia. Do mesmo modo, uma situação histórica não gera necessariamente um acontecimento. Se se admite que todo acontecimento tem um

panorama singularizável numa situação histórica, deve-se imediatamente acrescentar que sua apresentação, sua maneira discursiva de ser lida é imanente, revelando-se, portanto, irreduzível à situação histórica. (p. 126-127)

Distante de uma linguística que cultivaria apenas o espaço de descrição dos usos numa situação dada, interroga-se sobre os “limites internos de um discurso [e da fórmula ‘reforma ortográfica’,] em perpétuo movimento como deslocamento, no acontecimento, de sujeitos descentrados, de objetos reconfigurados e de conceitos reterritorializados.” (p. 127)

A sucessividade do acontecimento só é perceptível apenas “na e pela linguagem”, diz Guilhaumou (2009). As ferramentas linguísticas, como as usadas nesta pesquisa, o WordSmith Tools, por exemplo, “estruturam o espaço/tempo específico do horizonte socialmente regulador da língua: é essencial dos dados empíricos da hiperlíngua à primeira vista.” Esta “pré-estruturação histórica” “renova-se ininterruptamente em acontecimentos linguísticos, os quais podem ser estendidos a acontecimentos de discurso, nos quais a singularidade da ação abre-se ou não à inovação linguística.” (p. 133)

Nota-se certa regularidade de uso da unidade “reforma ortográfica” e de “acordo ortográfico” nos dois anos de publicação – 2008 e 2009 – dos artigos publicados na Folha de S. Paulo e analisados neste trabalho. Essa regularidade não se dá apenas na forma linguística, mas também e principalmente discursiva, com relação a todos os enunciados que circulam em vários momentos e presentes em diferentes formações discursivas.

Como já observado no item anterior com relação às várias formações discursivas que as fórmulas podem circular, nota-se que, apesar de circularem em outros contextos e conseqüentemente – mas não definitivamente – estarem dispostas a se traduzir por outros discursos, resultando em novos sentidos, elas mantêm uma regularidade de sentidos que as faz passível de leitura. Os discursos que se manifestavam na maioria dos artigos de 2008 e 2009 as posicionam enquanto sequências partilhadas, mas que, sobretudo, relacionam-se à unificação e às mudanças propostas pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Nota-se que as variantes dessas fórmulas as conduzem a trazer um novo sentido para sua regularização e, por isso, é possível que se verifique, pela incidência das variantes, os novos sentidos que são atrelados às fórmulas. No artigo de José Simão publicado em 2009 durante o carnaval, dá-se a fórmula “reforma ortográfica” a uma descristalização,

resultando em “reforma pornográfica”. Esses novos sentidos constitutivos dessa variante “reforma pornográfica”, alavancados pelo entrecruzamento de enunciados de outras formações discursivas, trazem o novo para dentro da regularidade.

Para Guilhaumou (2009), leva-se em conta a regularidade enunciativa de um enunciado situado perto de outro. “[A] regularidade é, em recurso inédito, uma riqueza incomparável que exprime as regras de funcionamento do trajeto temático no qual ele se atualiza.” (p. 128)

Essa regularidade nada se relaciona com o universo regulador de normas, com aplicação de regras; ela concerne somente ao efetivamente dito, no lugar em que os enunciados singulares se distribuem e se colocam. “Ela não é mais uma regularidade de proposições sintáticas ou de frases historiográficas: é, antes, variação e passagem inerentes ao enunciado que circula de uma configuração a outra.” (GUILHAUMOU, 2009, p. 128)

4.4 O CARÁTER DE REFERÊNTE SOCIAL DA FÓRMULA

Segundo Krieg-Planque (2010, p.92), o caráter de referente social que constitui as fórmulas refere-se ao fato de que “a fórmula é um signo que evoca alguma coisa para todos num dado momento [...]” e, assim, é de conhecimento de todos, isto é, notória.

De acordo com a autora, “os critérios que permitem dizer que um signo é notório são numerosos, e nenhum deles dá, sozinho, respostas definitivas.” (p. 92) Uma evidência que pode indicar o caráter notório de um signo pode ser o aumento da frequência desse signo, observado ao longo do tempo num corpus estável, o que testemunha o fortalecimento da presença desses signos no universo discursivo. As ferramentas que são usadas para verificar a frequência ou recorrência de certo signo no espaço público podem ser muito úteis.

Neste estudo, por exemplo, podemos verificar que existe um caráter notório da fórmula “reforma ortográfica” pelo aumento da frequência que se mostrou no corpus de 2008 e 2009. Abaixo, verificam-se a frequência e o aumento da recorrência dessa fórmula:

Ano 2008	RO
JAN.	–
FEV.	2
MAR.	3
ABR.	–
MAI.	5
JUN.	3
JUL.	–
AGO.	2
SET.	3
OUT.	7
NOV.	1
DEZ.	3

Ano 2009	RO
JAN.	26
FEV.	15
MAR.	11
ABR.	10
MAI.	–
JUN.	3
JUL.	–
AGO.	5
SET.	1
OUT.	3
NOV.	–
DEZ.	3

A presença de fórmulas, no entanto, nem sempre é identificada a partir apenas do aumento da frequência em certos momentos. Atenta-se ao fato de que apenas o aumento da frequência de certas palavras em certos momentos não certifica de modo algum a presença de fórmulas.

O caráter de referente social da fórmula ou o caráter notório do signo também pode ser dado a partir da produtividade lexicológica. O processo de descristalização, por exemplo, o qual é criado por substituições ou inserções de unidades lexicais ou morfemas, pode ser adequado para identificar tal produtividade.

Isso pode ser verificado na ocorrência das variantes, apropriadamente naquelas em que se dá a descristalização, como se pode verificar nos oito trechos abaixo:

[39.2] “E o Kibeloco: "Alguém aí sabe me dizê se **refolma outogáfrica** se inscreve com dois esse ou cê cidrila". E aí o Lula: "Marisa, caminhão tem acento?". "DEPENDE DO CAMINHÃO!" Rarará.”

[79.10] “Era esta, pois, a situação (problemática) vigente em 1986, início da definição deste novo acordo: dois acordos assinados em sequência, cada um deles oficializado num país, e, afinal, um **desacordo ‘oficial’**.”

[85.2] “E aviso aos navegantes: não é **reforma pornográfica**, é ortográfica. E não vão mexer no hímen, mas no hífen! Reforma ortográfica.”

[85.3] “Essa é **reforma pornográfica**: em 2009, faça um 69! E a **reforma ortográfica** já tá sendo chamada de Reforma pra Encher Linguça! Ou, numa tradução mais erudita: tiraram as bolas da linguça.”

[87] 07/01/2009 (O hífen é grande vilão do **(Des)Acordo Ortográfico**, de Pasquale Cipro Neto)

[161.2] ““Mas a reforma não aboliu o hífen desse tipo de palavra composta?”, perguntaram vários leitores, ainda confusos com as maravilhas perpetradas pelo superclaro texto do **(Des)Acordo Ortográfico**.”

[174.1] “EM QUASE TODAS AS PALESTRAS que proferi Brasil afora, neste ano e no último trimestre do ano passado, para tratar do **(Des)Acordo Ortográfico**”, muita gente me perguntou sobre o acento indicador de crase.”

[174.2] “Antes de ir ao ponto, convém repetir: por enquanto e talvez para sempre, o nome correto desse mostrengo é "Reforma Ortográfica Brasileira", já que nenhum dos outros sete países lusófonos colocou em vigor as lambanças perpetradas pelo nefasto **(Des)Acordo Ortográfico**.”

Outro fator que atesta o caráter de referente social do signo está no fato de que pode trilhar tipos variados de discursos, ser de conhecimento de todos, circular pelos mais variados lugares discursivos – transitando de uma formação discursiva a outra. (KRIEG-PLANQUE, 2010). Nesta pesquisa, pode-se verificar que a fórmula reforma ortográfica transitou pelas mais diversas formações discursivas, como se identificou no primeiro item deste capítulo.

Em resumo, a fórmula, enquanto referente social, traz à memória alguma coisa para todos ao mesmo tempo. Para que se diga que ela tem um caráter de referente social, vários indícios podem ser observados, como, além de todos os acima descritos, um pressuposto no uso do artigo definido o qual registra a sequência linguística no “já sabido e conhecido”. (KRIEG-PLANQUE, 2010)

Nota-se, nas ocorrências da fórmula “reforma ortográfica”, o uso do artigo definido “a” para registrar essa sequência no já conhecido. Pode-se verificar abaixo a recorrência disso:

[1.2] “Além da competitividade, o impasse sobre a assinatura do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa que deveria ser implantado neste ano também fez coincidir a previsão de lançamento das novas edições dos quatro dicionários. **A reforma ortográfica** é decisiva para as decisões editoriais”, disse Rodrigues e Silva, da Positivo.”

[4.3] “Uma comissão do MEC elaborou uma proposta para que **a reforma ortográfica** da língua portuguesa comece a ser implantada no Brasil a partir do dia 1º de janeiro de 2009.”

[9] 17/05/2008 (MEC treinará professor para **a reforma ortográfica**)

[15.1] “Walnice Nogueira Galvão, que está lançando obra sobre Guimarães, explica o gosto do autor por criar palavras e critica **a reforma ortográfica**.”

[15.2] “Na entrevista a seguir, a pesquisadora também comenta o legado e atualidade do autor de "Grande Sertão: Veredas" e critica a nova **reforma ortográfica** da língua portuguesa.”

[15.3] “O que a sra. pensa da **reforma ortográfica** da língua portuguesa, que está sendo implantada?”

[20] 01/08/2008 (Novo 'Houaiss' adianta **reforma ortográfica**, de Jonas Lopes)

[20.1] “Pelo menos não de acordo com **a reforma ortográfica** da língua portuguesa, que passa a vigorar em janeiro de 2009.”

[25.1] “Quando me lembro de que passei a vida na ilegalidade por me chamar Ruy, e não Rui, como rezava **a reforma ortográfica** que, antes de eu nascer, banira da língua portuguesa os yy, ww e kk, penso em como os doutos do vernáculo legislam no vazio.”

[37.1] “Crítico da **reforma ortográfica**, Sérgio Nogueira, professor de português e consultor de língua portuguesa no Rio, afirma que as novas regras só servirão para confundir os brasileiros.”

[58.1] “12. PORTUGUÊS – Que, apesar da **reforma ortográfica** que se implanta em 2009, a Redação seja capaz de fazer diminuir a quantidade de erros gramaticais que ainda infestam o jornal e irritam o leitor.”

[63.3] “Para Bechara, **a reforma ortográfica** é necessária para defender a língua portuguesa. Trata-se do único idioma falado por um grupo majoritário – mais de 230 milhões de pessoas – no mundo a ter duas grafias diferentes.”

[65] 30/12/2008 (Governo e Congresso vão ignorar início da **reforma ortográfica**, de Andreza Matais e Simone Iglesias)

[72.1] “O escritor Frederico Barbosa, 47, considera **a reforma ortográfica** interessante, apesar de ter estranhado ao ver um texto seu recém-publicado com a palavra "estreia". Ele ocupa o cargo de diretor-executivo da Poiesis, organização social que administra o Museu da Língua Portuguesa, a Casa das Rosas e a Casa Guilherme de Almeida.”

[85.1] “Campanha contra **a reforma ortográfica**: eu quero botar os pingos nos us! Rarárá!”

[85.3] “Essa é reforma pornográfica: em 2009, faça um 69! E **a reforma ortográfica** já tá sendo chamada de Reforma pra Encher Linguíça! Ou, numa tradução mais erudita: tiraram as bolas da linguíça.”

85.4] “E com a placa: "APEZAR da reforma, estamos funcionando". APEZAR da **reforma ortográfica**? Rarárá! Mais direto, impossível.”

[88.1] “E **a reforma ortográfica**?”

[88.2] “Continuo contra **a reforma ortográfica**.”

[89.1] “RIO DE JANEIRO - Não olhe agora, mas tenho a impressão de que **a reforma ortográfica**, que está queimando as pestanas dos que vivem da língua portuguesa – professores, jornalistas, escritores, editores de livros, locutores de TV e rádio, publicitários –, foi feita só para suprimir o trema. É o único ponto sobre o qual ninguém parece discordar.”

[90.1] “E o Lula gosta de beber e não gosta de ler. E assim mesmo ele implantou a Lei Seca e assinou **a reforma ortográfica**.”; “E essa **reforma ortográfica** não é bem uma reforma, é um puxadinho. Um puxadinho ortográfico.”

[91.1] “E diz que o Lula financiou **a reforma ortográfica** em 25 anos: "Cum esse tempo fica mais FÁFIL DE AFIMILAR". E o hífen? Hífen é como hímen: só serve pra atralhar! E janeiro é o mês da árvore símbolo do Brasil, o ipê: IPÊva, IPÊtu, IPÊi e IPÊTENSÃO!”

[93.2] “Na parte de português, a surpresa foi uma pergunta que abordou **a reforma ortográfica**. "Não foi uma questão simples, mas o aluno que se preparou iria respondê-la", afirma Elizabeth Massaranduba, professora de português do Objetivo.”

[99.1] “Telefonou ontem à baixinha pra dizer que ainda tem aquele exemplar de "Lolita" – salvou-o, preservado da **reforma ortográfica** que o país acaba de adotar.”

[104.1] “OBEDEÇA A SINALIZAÇÃO – ‘Não estou entendendo **a reforma ortográfica**. Prestando atenção nas placas das estradas, descobri uma que dizia ‘curva acentuada adiante’. Curva agora tem acento?’”

[105.1] “Noutra ocasião, o revisor enquadrado na **reforma ortográfica** uma fala do Riobaldo, que eu citava.”

[106.1] “E moral da **reforma ortográfica**: mocreia perdeu o acento, mas continua feia!”

[108.1] “Alguns colégios já estão solicitando livros que contemplem a **reforma ortográfica** da língua portuguesa.”

[111.1] “**A reforma ortográfica** da língua portuguesa não foi tão enorme assim.”

[112.1] “Volto à civilização e caio na discussão da **reforma ortográfica**.”

[115.1] “E um leitor me escreveu desesperado sobre a **reforma ortográfica**: diarreia não tem mais acento. Então só tomando um Imosec.”

[116.1] “No primeiro dia de 2009, outro excelente editorial, ao tratar da **reforma ortográfica**, fez vigorosa defesa da ‘experiência da leitura sistemática e [d]a exposição constante a textos...’.”

[119.1] “O apresentador Luciano Huck diz que aproveitará o ‘Soletando’ para ‘levantar a bandeira’ da **reforma ortográfica**.”

[121.1] “E a **reforma ortográfica**?”

[124.1] “O Carnaval começou quente! Pegaram até a **reforma ortográfica**.”

[128.1] “É Carnaval. Pegaram até a **reforma ortográfica**. Em Sampa tem o bloco Não Trema na Língua. Com a camiseta “Minha Jiboia é Joia”.”

[129.1] “E a Angela Bismarck? Com hímen velho! Ela fez plástica pra reconstituir o hímen. E vai ter que fazer de novo! Porque com a **reforma ortográfica** o hímen ficou velho! Não precisa de cirurgião. Precisa de arqueólogo. Chama o Indiana Jones! Rarárá!”

[131.1] “E avisa pra Dilma não pular muito senão despenca tudo! E hoje vou dar a lista dos blocos do Brasilão. São Paulo saiu com a **Reforma Ortográfica**: Não Trema na Língua.”

[137.1] “CARTILHA – O Museu da Língua Portuguesa vai distribuir a seus visitantes, a partir do dia 16, um guia com as novas regras da **reforma ortográfica**. A cartilha também vai ser distribuída para 7.900 escolas estaduais e municipais de São Paulo.”

[138.2] ““ O “**Guia da Reforma Ortográfica**” é resultado de uma parceria entre a FMU e o Museu da Língua Portuguesa.”

[147.1] “Para Laila Vanetti, diretora da Scritta, especializada em comunicação empresarial e língua portuguesa, as empresas aproveitam outros temas na hora de tratar da **reforma ortográfica**.”

[150.1] “Levados pela verdadeira salada “hifênica” que foi servida aos brasileiros pela **reforma ortográfica** (sim, reforma, e não acordo ortográfico, já que, por enquanto, isso tudo não passa mesmo de uma reforma ortográfica – exclusivamente brasileira, visto que os demais países lusófonos ainda não a adotaram), vários leitores escreveram para perguntar sobre os hifens (ou hífenes) de ‘mais-que-perfeito’.”

[152] 16/04/2009 (Diário da **reforma ortográfica**, por Pasquale Cipro Neto)

[152.2] “NAS ÚLTIMAS COLUNAS, fiz diversas referências ao ‘Volp’ (‘Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa’), peça fundamental depois que foi imposta **a reforma ortográfica** no Brasil (a bandeira do ‘Acordo’ – a unificação da grafia em todos os países lusófonos – ainda não se materializou).”

[153.1] “Atualmente, o professor Pasquale Cipro Neto dá curtos esclarecimentos na TV Cultura a respeito **da reforma ortográfica**. É claro que não se trata de um programa que junte multidões para assisti-lo.”

[153.2] “Considero, por outro lado, que não existe nada inscrito de nascença, no DNA de um programa, que o faça ‘público’ ou ‘comercial’. Vinhetas sobre **a reforma ortográfica** ou documentários sobre a Bolívia podem perfeitamente ser aproveitados em canais a cabo, como a Globonews, por exemplo.”

[154.1] “**A reforma ortográfica** apoia-se num documento lacunar e numa obra de referência marcada pela hesitação e pela inconstância de critérios.”

[154.4] “Sem um objetivo claro e com severas implicações financeiras, **a reforma ortográfica** apoia-se num documento lacunar e numa obra de referência marcada pela hesitação e pela inconstância nos critérios de regularização.”

[156.1] “Na burra **reforma ortográfica**, a falta do acento em ‘para’, do verbo parar, causa confusões, como na coluna de ontem.”

[157.1] “Os adjetivos pátrios compostos e os dias da semana ficaram como eram, ou seja, continuam com hífen dos leitores, depois **da bendita reforma ortográfica**, diz respeito ao hífen em palavras compostas formadas por dois elementos.”

[161.1] “FOLHA - O sr. começou a dar aulas alguns anos depois **da Reforma Ortográfica** de 1971. Foi diferente a reação do público daquela época?”

[166.1] “O que São Paulo precisa, para aguentar os proibições em plantão permanente, é mais delírio e menos patrulha. Menos Caxias e mais personagens de “Pornopopéia” (ed. Objetiva), livração do Reinaldo Moraes _com acento mesmo, ao contrário do que dita **a reforma ortográfica**.”

[167] 26/08/2009 (Dicas: sites reúnem dicas e tiram dúvidas sobre **a reforma ortográfica**)

[167.1] “Pela internet, é possível esclarecer dúvidas sobre **a reforma ortográfica**.”

[169.2] “TENHO andado Brasil afora para falar **da bendita reforma ortográfica**.”

[171.1] “das palavras foram alteradas no Brasil com **a reforma ortográfica**, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2009.”

[172.1] “Na semana passada, a Microsoft colocou para download gratuito a atualização do corretor do Office, ajustado para **a reforma ortográfica**.”

[172.4] “‘O suporte estendido não cobre adições ou ajustes de funcionalidade’, como é o caso da atualização para **a reforma ortográfica**.”

[178.1] “Além de professora, Marilu foi revisora – acatou **a Reforma Ortográfica**, mas sob protestos.”

Neste corpus, são 59 as ocorrências em que “reforma ortográfica” é acompanhada do artigo definido “a”, o que lhe confere uma memória, isto é, o reconhecimento de um conjunto de discursos partilhados no espaço público que aponta uma regularidade.

4.5 O CARÁTER POLÊMICO DA FÓRMULA

A noção de “polêmica” não coincide com o que habitualmente entendemos por isso (uma controvérsia violenta), “que é apenas um dos aspectos de um fenômeno mais geral, o das relações explícitas entre duas formações discursivas.” (MAINGUENEAU, 2008, p. 107) Evidentemente, a semântica dos discursos é aquela que comanda a maneira pela qual os discursos polemizam, em sentido estrito.

Segundo Maingueneau (2008, p. 108) “A polêmica aparece exatamente como uma espécie de homeopatia pervertida: ela introduz o Outro em seu recinto para melhor afastar sua ameaça, mas esse Outro só entra anulado enquanto tal, simulacro.”

O mais interessante disso, como já se tinha comentado no item anterior em relação ao caráter de referente social, é que a fórmula obriga que os interlocutores tomem posições com relação ao conflito, ou melhor, ao processo de interincompreensão – a tradução do Outro, de outro discurso, no interior de uma FD. Segundo Maingueneau (2008, p. 109), “Não adianta os protagonistas jurarem que dispensariam completamente o conflito, que eles só entram na disputa obrigados, porque, de fato, estão desde sempre envolvidos nela.” Esse autor ainda complementa dizendo que:

Na polêmica, contrariamente ao que pensamos espontaneamente, é a convergência que prevalece sobre a divergência, já que o desacordo supõe um acordo sobre ‘um conjunto ideológico comum’, sobre as leis do campo discursivo partilhado. A polêmica sustenta-se com base na convicção de que existe um código que transcende os discursos antagônicos, reconhecido por eles, que permitiria decidir entre o justo e o injusto. (p. 111)

Ainda se faz importante atentar-se ao fato de que “[c]ada formação discursiva tem uma maneira própria de interpretar seu Outro.” De fato, uma vez que a relação com o outro é constitutiva, a polêmica é somente um aspecto do funcionamento da formação discursiva. “Não existe relação polêmica ‘em si’: a relação com o Outro é função da relação consigo mesmo.” (MAINGUENEAU, 2008, p. 104). Nas palavras deste autor:

O discurso não escapa à polêmica tanto quanto não escapa à interdiscursividade para se constituir. Por toda sua existência, ele se obriga a esquecer que não nasce de um retorno às coisas, mas da transformação de outros discursos ou que a polêmica é tão estéril quanto inevitável, que a interincompreensão é insular, na medida da incompreensão que supõe. (p. 117)

Podemos verificar, a partir da análise dos artigos publicados na Folha de S. Paulo, que os locutores, ou melhor, os escritores geralmente, quando não objetivamente, permitem que os discursos inscritos em seus textos sejam identificados, a partir da materialidade discursiva, com discursos de formações discursivas cujas formações ideológicas comportam-se a favor ou contra a implementação da unificação ortográfica entre os países de língua portuguesa.

Confere-se, nesta pesquisa, um número de 81 artigos – já selecionados e disponíveis no anexo – cujos discursos desaprovavam, subjugavam, menosprezavam, difamavam tal implementação. Podem-se tomar como exemplo os trechos do artigo publicado no dia 25 de maio 2008, o quais criticam as modificações no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990): “A maior parte das modificações parece cosmética, para não dizer ociosa.”; “Diante da pequenez da mudança e de sua irrelevância, é descomunal a energia a despender na assimilação das novas regras.” “Ótimo seria se o governo brasileiro seguisse o de Portugal, abandonando a pressa injustificável.”

Além desse artigo, outros também mostravam a depreciação quanto à implementação do acordo: o artigo publicado dia 26 de setembro de 2008 por Eduardo Sterzi – poeta, jornalista e crítico literário brasileiro – e intitulado “História da Língua Portuguesa” visa discutir as alterações históricas que a língua tenha talvez sofrido no decorrer do tempo, alterações essas que acompanhavam guerras, conquistas, derrotas, mas que atualmente são “decididas obscuramente em gabinetes de governantes, a serviço de miseráveis interesses comerciais”. Criticando os motivos pelos quais justificam a adoção das novas regras ortográficas, Eduardo Sterzi diz que “O mais fascinante de uma leitura da obra nesse momento é comprovar a mesquinhez do motivo e do alcance das modificações conchavadas, se as comparamos com as modificações que o processo histórico de formação da língua fez.”

O artigo publicado por Carlos Heitor Cony – escritor, jornalista brasileiro e imortal da Academia Brasileira de Letras – no dia 10 de outubro de 2008, intitulado “O acordo bestial”, como se pode notar no próprio título, também apresenta trechos em que os discursos se manifestam contrariamente ao estabelecimento das novas regras: “Em primeiríssimo lugar, pergunto se há realmente necessidade cultural e prática para estabelecer regras ortográficas a serem usadas pelos países de língua lusófona.”. Ademais, o autor ainda afirma que a justificativa para a implementação do novo acordo ortográfico em “Considerar o acordo como um instrumento poderoso para a unificação cultural e espiritual dos povos lusófonos é apenas uma boa intenção.”

No dia 06 de janeiro de 2009, o artigo intitulado “Socuerro! Linguíça não tem mais trema!” publicado na Folha de S. Paulo por José Simão, também como os anteriores, situa-se de modo contrário à vigência do acordo no Brasil: nota-se a presença de enunciados que ironizam a atual vigência do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990): “E aviso aos navegantes: não é reforma pornográfica, é ortográfica. E não vão mexer no hímen, mas no hífen! Reforma ortográfica.”; “E a reforma ortográfica já tá sendo chamada de Reforma pra Encher Linguíça! Ou, numa tradução mais erudita: tiraram as bolas da linguíça.”

Além desses, da mesma maneira, ainda se podem observar aqueles discursos que exaltam, aprovam, enaltecem a implementação, os quais compõem o total de 19 artigos.

No artigo publicado no dia 08 de março de 2008, intitulado “Presidente de Portugal apóia reforma na ortografia” e publicado por Letícia Sander, como se pode verificar pelo próprio título, apresenta enunciados que se manifestam favoráveis à adoção do novo acordo ortográfico por parte de Portugal. Segundo a autora, o presidente de Portugal “lembrou que a partir da reforma, as Nações Unidas vão poder usar o português como uma de suas línguas oficiais, o que não é mais possível hoje pela falta de uniformidade ortográfica.”

O artigo publicado também na Folha de S. Paula no dia 17 de maio de 2008, anteriormente nessa pesquisa já mencionado, intitulado “MEC treinará professor para a reforma ortográfica”, também parece compartilhar dos discursos que se manifestam a favor da entrada em vigor do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990): “Para o ex-presidente da ABL, Marcos Vilaça, ‘a simplificação do emprego do idioma vai possibilitar o incremento das relações culturais.’”

Outro artigo publicado, também nesse mesmo jornal, agora no dia 14 de junho de 2008, publicado por Eduardo Simões e intitulado “Ministro português quer política comum para língua”, como se pode verificar no próprio título, defende a implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990) e a justifica por meio de razões políticas e técnicas: “Porque sem uma alteração ortográfica nós não temos uma política internacional comum para a língua. Não temos motores de busca que vão atrás de quatro versões gráficas da mesma palavra. Não temos um programa informático que varie em função dessas coisas.”

As posições ocupadas pelos jornalistas – e não apenas deles – podem ser relacionadas, mais apropriadamente à noção de lugar discursivo. De acordo com Dorneles (2005), lugar discursivo (doravante LD) é uma “noção cuja elaboração ainda está em fase de vislumbres teóricos.” O LD em Análise Automática do Discurso (PÊCHEUX, 1969) designa algo diferente da presença física de interlocutores. Os lugares são representados, mas são imaginários, estão nas imagens que os interlocutores se projetam no espaço ocupado por um e outro.

Na perspectiva da AD, “podemos considerar o LD como estrutura, pré-construído, realidade com a qual o sujeito se relaciona e a partir do que se constitui em diferentes posições.” Assim, os discursos proferidos trazem constitutivamente outros

discursos e discursos anteriores que tratam de uma realidade que aponta para diferentes posicionamentos.

Os lugares discursivos podem ser relacionados ao interdiscurso. O LD pode ser do “líder, do professor, da mãe, do assentado ou de outro qualquer” (DORNELES, 2005), e traz um conjunto de enunciados constitutivos de diferentes FIs.

De acordo com Alice Krieg-Planque, em entrevista a Schepens (2009),

[n]o plano formal, eles podem ser textos (ou, mais frequentemente, o que há neles, como o título, por exemplo), unidades lexicais simples ou complexas (aqui estamos nas categorias lexicológicas “clássicas”, por assim dizer), associações léxico-sintáticas (por exemplo, a associação “não poder dizer que sabe”, realizada em formulações como “Não podemos dizer que não sabemos” ou “*não se pode dizer, no entanto, como há cinqüenta anos: ‘A gente não sabia’*”), ou, eventualmente, datas (por exemplo, 28 de junho – de diferentes anos – é convocado como elemento articulador em muitas narrações da história iugoslava), ou números (fui levada a destacar o número 200 000, que se encontra em diversos pontos da narrativa da história iugoslava).

No plano de suas funções no discurso, esses lugares discursivos podem fazer o papel de índices de historicidade, ainda, de fórmulas. “É assim que uma fórmula é vista como uma categoria particular de lugar discursivo.” Assim é que é possível apoiar-se na noção de lugar discursivo para fazer a análise do que se chama comumente de “‘pequenas frases’, [...] um canteiro de trabalho apaixonante e que me encoraja a percorrer ao mesmo tempo a vida política e os funcionamentos midiáticos.”, diz Alice Krieg-Planque. (SCHEPENS, 2009)

Segundo ela, os lugares discursivos são importantes devido a fato de que “eles testemunham o modo como os autores aí se situam para proferir um discurso [...]” Os comentadores, por exemplo, valem-se de marcas materiais, de pontos de ancoragem, que investem a sua posição político-partidária. “Os lugares discursivos são, de fato, materialidades nas quais os comentadores se apóiam para atribuir posições, a si mesmos e aos outros.”

O uso com mais frequência da fórmula “reforma ortográfica” ao invés de “acordo ortográfico” no início do ano de 2009 mostra, a partir dos acontecimentos desencadeados naquele instante – mas não como influentes, isto é, como determinantes;

porém, como constitutivos dos discursos –, a posição de maneira geral desfavorável à vigência. Existe, conforme se usa mais “reforma ortográfica” ao invés de “acordo ortográfico”, um aumento da posição desfavorável quando comparada à favorável.

Com relação aos artigos cujos discursos manifestam-se favoráveis, temos 10 (dez) artigos desses publicados em 2008 e 09 (nove) artigos da mesma maneira publicados em 2009. Quanto aos artigos cujos discursos depreendem-se por uma ideologia desfavorável à implementação, temos 21 artigos desses em 2008 e, no entanto, 60 artigos desses em 2009. Parelamente a esses dados, temos um aumento da frequência do uso de “reforma ortográfica” com relação ao sintagma “acordo ortográfico” em 2009. A polêmica aumenta no deslizamento de uma sequência para outra.

Outro fator que pode ser observado e que indica o comportamento polêmico da fórmula reside na “questão da (in)adequação da fórmula ao que ela pretende designar”, como o que aconteceu com a fórmula “classe estéril” no trabalho de Marie France Piguet, já mencionado nessa pesquisa. Em linhas gerais, a polêmica instaura-se numa instabilidade ou inconsistência do referente que a fórmula supostamente designa. O artigo publicado, aqui já mencionado e anteriormente discutido, publicado por Pasquale Cipro Neto em 09 de abril de 2009, discute justamente o que a fórmula “reforma ortográfica” deveria designar.

Além disso, a polêmica pode-se configurar de outros modos, como no reconhecimento social da fórmula, ou seja, a dinâmica da fórmula impõe ao conjunto do espaço público o uso de uma palavra, geralmente em detrimento de outra concorrente, como o que parece acontecer com o uso de “reforma ortográfica” em detrimento de “acordo ortográfico”.

A polêmica ainda pode se instaurar justamente no questionamento da adequação do termo, na tentativa de encontrar o responsável por tamanha inadequação e na adesão de outro termo que possa substituir o inapropriado. Em primeiro de janeiro de 2009, José Luiz Fiorin – professor do Departamento de Linguística da USP e membro da Comissão Nacional de Língua Portuguesa do MEC – publica na Folha de São Paulo – mas também mais tarde em outras revistas de Linguística, como a Linguagem (UFSCar), um artigo que discute justamente a adequação do termo “acordo ortográfico” ou “reforma ortográfica”: segundo ele, “A discussão sobre o Acordo tem-se baseado em

diversos equívocos. Em primeiro lugar, não se trata de uma unificação da língua, mas da ortografia.” Além disso, ele ainda comenta que “[n]a verdade, a rigor, não se trata de uma reforma ortográfica, mas de um acordo de unificação ortográfica. Por isso, ela incide apenas sobre os aspectos divergentes das duas ortografias.”

Existe, pois, uma discussão quanto à adequação das unidades que compõe as fórmulas e isso gera indubitavelmente uma discussão, uma polêmica: é como se um discurso outro fosse traduzido para o interior da formação discursiva da fórmula e causasse estranhamento, polêmica.

5 APONTAMENTOS EM FORMA DE CONCLUSÃO

Os objetivos desta pesquisa foram compreender no período histórico delimitado em que medida a sequência verbal “acordo ortográfico” ao deslizar para “reforma ortográfica” poderia ser compreendida como uma fórmula. Baseando-se não só nos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso de orientação francesa, mas principalmente na pesquisa realizada por Alice Krieg-Planque (2010) sobre as fórmulas – mais especificamente sobre as propriedades que compõem essas sequências linguísticas partilhadas e polêmicas, podemos concluir que “acordo ortográfico” ao deslizar para “reforma ortográfica” pôde ser compreendido enquanto fórmula, um objeto descritível nas categorias da língua e “cujo destino – ao mesmo tempo invasivo e continuamente questionado – no interior dos discursos públicos” (KRIEG-PLANQUE, 2009, p.14) é determinado pelas práticas languageiras e pelo estado das relações de opinião.

Além disso, “reforma ortográfica” é fórmula já que está de acordo com todos os critérios elencados na pesquisa de Krieg-Planque: a) apresenta um caráter cristalizado – dado pelo conjunto grande de variantes, pela concisão (tendência à redução), e pela grande circulação em diferentes formações discursivas; b) apresenta um caráter discursivo – mostra-se em uma série de usos particulares, por meio dos quais assumem um movimento, entram no jogo de posição, são retomadas (memória

discursiva), são convertidas (estudo do trajeto temático); c) apresenta um caráter de referente social – um caráter notório (dado, por exemplo, pelo seu aumento de incidências no espaço público); uma produtividade lexicológica (a descritalização, por exemplo); têm o reconhecimento de todos (transita por várias formações discursivas e faz uso do artigo definido – reconhecimento da regularidade discursiva –; e, finalmente, d) apresentam um caráter polêmico – assumem uma circulação que se desloca por vários lugares discursivos, pedindo que os sujeitos se posicionem quanto a elas.

A seção denominada “perspectiva teórico-metodológica” faz desprezenciosamente uma caminhada pela Análise do Discurso de orientação francesa a partir principalmente de uma perspectiva pecheuxtiana, pontua – não de forma acabada – algumas das teorias compartilhadas por essa língua de pesquisa, aprofundando-se teoricamente mais com relação à noção de acontecimento, trajeto temático. Ademais, ainda apresenta, principalmente, um breve resumo do histórico do conceito de fórmula, principalmente aquele defendido por Alice-Krieg Planque, cujos pressupostos são aqui partilhados.

Detalhes sobre a coleta e organização dos dados foram fornecidos no capítulo intitulado “Considerações sobre o corpus” e a forma de coleta de dados baseada na Linguística de Corpus.

Enfim, respondendo à grande indagação proposta desde o título desse trabalho: há, na mídia, mais especificamente nos artigos publicados na Folha de S. Paulo em 2008 e 2009, do acordo ortográfico à reforma ortográfica, a emergência de uma sequência linguística que conhece um regime discursivo e que se “põe a funcionar pelo trabalho da mídia nos discursos do espaço público como [...] sequência tão partilhada quanto problemática, [...]” (KRIEG-PLANQUE, 2009, p. 14)

Pretende-se, em um próximo projeto de pesquisa, principalmente ampliar o corpus, coletando todos os textos publicados também por outros jornais de grande circulação, como o “Estadão”. Uma fórmula, de fato, não poderia emergir apenas de um jornal, como nessa pesquisa se realizou, mas de muitos outros – pressupõe-se que a fórmula ocupe amplamente o espaço público.

Referências

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In.: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Trad. J. J. Moura Ramos. Lisboa, Presença/Martins Fontes, 1974.

Assembleia da República. "Resolução da Assembleia da República n.º 26/91" in Diário da República, n.º 193/91 Série I-A, 23 de Agosto de 1991, pp. 4370-4388 in Priberam [em linha; Janeiro de 2009], <http://www.priberam.pt/docs/AcOrtog90.pdf>.

CARDOSO, E. A. **Um panorama da evolução do registro escrito da língua portuguesa**. São Carlos: Revista Linguasagem, 2009. Disponível em: www.lettras.ufscar.br/linguasagem/especial_ao/04_005.php. Acesso em: 10 mar 2009.

CASTRO, F. Entrevista com o Prof. Luiz Carlos Cagliari. São Carlos: Revista Linguasagem, 2009. Disponível em: http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/especial_ao/04_012.php. Acesso em 10 mar 2009.

COURTINE, J. J. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. Tradutores: Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

DORNELES, E.F. **A dispersão do sujeito em lugares discursivos marcados**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

DUCROT, O. **Estruturalismo e lingüística**. São Paulo, Cultrix, 1970.

FIORIN, J. L. **O acordo ortográfico**: uma questão de política lingüística. São Carlos: Revista Linguasagem, 2009. Disponível em: www.lettras.ufscar.br/linguasagem/especial_ao/04_004.php. Acesso em: 10 mar 2009.

FOUCAULT, M. **A arquivologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

GUILHAUMOU, J. **Linguística e história**: percursos analíticos de acontecimentos discursivos. São Carlos, Pedro & João editores, 2009.

GUILHAUMOU, J. e MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da História. In.: ORLANDI (org.) **Gestos de Leitura**: da História no Discurso. Campinas, SP: Ed. Da UNICAMP, 1994. (Langage, 81, 1994)

INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. **Ensaio**: múltiplos territórios da Análise do Discurso. Porto Alegre: Editora Sagra Lazzatto, 1999.

KRIEG-PLANQUE, A. **A noção de “fórmula” em análise do discurso**: quadro teórico e metodológico. Trad. Luciana Salazar Salgado, Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

KRIEG-PLANQUE, A. **Purificação étnica uma fórmula e sua história**, Paris, CNRS Editions, Coll. Communication, 2009, 523 p.

MAINGUENEAU, D. Uma prática discursiva. In: _____. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, SP: Pontes; Editora da UNICAMP, 1997.

_____. O primado do interdiscurso. In: _____. **Gênese dos discursos**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso** – (Re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARTINET, A. **Elementos de Lingüística Geral**. Lisboa: Sá da Costa, 1960.

MUSSALIM, F. Análise do discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ORLANDI, E. P. Texto e Discurso. In: _____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996, p. 53-62.

_____. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à formação do óbvio. Trad. E. P. Orlandi et al. Campinas, Editora da Unicamp, 1988.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. **A propósito da análise automática do discurso**: atualização e perspectivas. Trad. P. Cunha. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.) Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Editora Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In.: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

POSSENTI, S. Gramática e Política. In: GERALDI, J. W. (Org.) **O Texto na sala de aula**. 2. ed. Cascavel: Assoeste, 1984.

POSSENTI, S. **Sempre a ortografia**. São Carlos: Revista Linguagem, 2009. Disponível em: www.lettras.ufscar.br/linguagem/especial_ao/04_011.php. Acesso em: 10 mar 2009.

SARDINHA, T. **Linguística de Corpus**: histórico e problemática. DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 323-367, 2000.

_____. **Usando o WordSmith Tools na investigação da linguagem**. São Paulo, LAEL, 1999.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1970.

SCHEPENS, P. **“Fórmulas” e “lugares discursivos”**: propostas para uma análise do discurso político. Trad. Luciana Salazar Salgado (Fapesp, USP) e Sírio Possenti (IEL-UNICAMP / CNPq). Disponível em: www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao06/entrevista_akp.php. Acesso em: 10 mar 2009

ANEXOS

TEXTOS PUBLICADOS NA FOLHA DE S. PAULO:

A) FEVEREIRO DE 2008:

2. 05/02/2008 (Dicionários recorrem a incentivos, de Mariana Botta)

[1.1] “Lei Rouanet é usada por editores do 'Houaiss' e do 'Caldas Aulete' na captação de recursos para realizar atualizações 'Caldas Aulete' aceita sugestões de novas palavras feitas por leitores; **reforma ortográfica** influencia as atualizações”

[1.2] “Além da competitividade, o impasse sobre a assinatura do **Acordo Ortográfico** da Língua Portuguesa que deveria ser implantado neste ano também fez coincidir a previsão de lançamento das novas edições dos quatro dicionários. "**A reforma ortográfica** é decisiva para as decisões editoriais", disse Rodrigues e Silva, da Positivo.”

B) MARÇO DE 2008:

3. 07/03/2008 (Portugal dá aval à reforma ortográfica, de Angela Pinho)

[2.1] “No Brasil, o **acordo ortográfico** já foi aprovado pelo Congresso e, em tese, está em vigor, uma vez que, para isso, basta a assinatura de três países da CPLP. Além do Brasil, já ratificaram o texto Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.”

4. 08/03/2008 (Presidente de Portugal apóia reforma na ortografia, de Letícia Sander)

[3.1] “O presidente de Portugal, Aníbal Cavaco Silva, comemorou ontem no Rio a decisão tomada na véspera pelo conselho de ministros de Portugal de aderir à **reforma ortográfica** proposta em 1991 pelos membros da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).”

[3.2] “Cavaco Silva também disse ser a favor de Portugal e Brasil utilizarem **o mesmo sistema ortográfico**, independentemente das diversas formas de falar o português.”

[3.3] “À noite, na abertura de exposição comemorativa aos 200 anos da chegada da corte portuguesa ao Brasil, o português dom Duarte Pio de Bragança, herdeiro do trono de Portugal se o país tivesse mantido a monarquia, afirmou que o **acordo ortográfico** deveria contemplar mudanças mais amplas.”

[3.4] “O **acordo ortográfico** entre os países de língua portuguesa foi firmado em 1991. Apesar da decisão dos ministros portugueses, a ratificação do texto pelo país depende ainda da aprovação pelo Parlamento da proposta elaborada pelos ministros.”

[3.5] “No Brasil, o **acordo ortográfico** já foi aprovado pelo Congresso e, em tese, está em vigor, uma vez que, para isso, basta a assinatura de três países da CPLP. Além do Brasil, já ratificaram o texto Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. A implantação, porém, era adiada devido à não-adesão de Portugal.”

[3.6] “Ele lembrou que, a partir da reforma, as Nações Unidas vão poder usar o português como uma de suas línguas oficiais, o que não é possível hoje pela falta de **uniformidade ortográfica**.”

5. 29/03/2008 (MEC quer mudar português já em 2009)

[4.1] “Comissão do ministério criou proposta para que **reforma ortográfica** comece a ser implantada a partir de janeiro próximo.”

[4.2] “**Acordo ortográfico** foi aprovado pelo Congresso em 1995, mas implantação era adiada devido à não-ratificação por Portugal.”

[4.3] “Uma comissão do MEC elaborou uma proposta para que a **reforma ortográfica** da língua portuguesa comece a ser implantada no Brasil a partir do dia 1º de janeiro de 2009.”

[4.4] “O **acordo ortográfico** foi firmado em 1991 e aprovado pelo Congresso no Brasil em 1995. Em tese, ele já está em vigor, uma vez que tem, como previsto, a assinatura de três países da CPLP, além do Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.”

C) MAIO DE 2008:

6. 04/05/2008 (Libertem a língua, de Boaventura de Souza Santos¹¹)

¹¹ BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, 67, sociólogo português, é professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal). É autor, entre outros livros, de "Para uma Revolução Democrática da Justiça" (Cortez, 2007).

[5.1] “Sendo a ortografia uma pequena dimensão da vida da língua, seria legítimo esperar que não fosse necessário o **acordo ortográfico** ou que, sendo-o, pudesse ser celebrado sem dificuldade nem drama.”

[5.2] “A relação colonizador-colonizado entre Brasil e Portugal foi sempre uma relação à beira do colapso ou à beira da inversão. Até hoje. É essa indefinição que torna tão necessário quanto difícil o **acordo ortográfico**.”

[5.3] “Revejo-me, pois, no comentário irônico e contraditório de Fernando Pessoa aos **acordos ortográficos**, escrito em 1931, ano em que se implementava o acordo de 1911:

[5.4] ‘Odeio... não quem escreve em orthographia simplificada, mas a pagina mal escrita, como pessoa propria, a syntaxe errada, como gente em que se bata, a orthographia sem ipsilon, como o escarro directo que me enjoja independentemente de quem o cuspiisse.

[5.5] Sim, porque a orthographia também é gente. A palavra é completa vista e ouvida. E a gala da translitteração greco-romana veste-m'a do seu vero manto regio, pelo qual é senhora e rainha’.

Apesar de transcrito na ortografia de Pessoa, foi difícil entender esse passo?”

7. 04/05/2008 (A torre de Babel, de Carlos Heytor Cony)

[6.1] “O grande público ignora, mas está em discussão, aliás, continua em discussão, o **acordo ortográfico** entre Brasil, Portugal e demais países que falam e escrevem o português, designados eruditamente como ‘lusófonos’.”

[6.2] “Tanto na academia brasileira como na congênere portuguesa, sempre houve comissões mais ou menos permanentes em busca da **unificação ortográfica** que, a bem da verdade, é quase completa, com exceção de pequeno número de palavras sobre as quais não existe consenso. Exemplo: dificilmente o Brasil aceitará escrever "facto" em vez de "fato", duas palavras que, em Portugal, têm sentidos diferentes.”

8. 09/05/2008 (MEC autoriza adaptações em livros didáticos)

[7.1] “Segundo o MEC, a adaptação à **nova ortografia** já em 2009 não é obrigatória; a resolução apenas dá essa possibilidade às editoras.”

[7.2] “O **acordo ortográfico** foi firmado em 1991 entre os membros da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Em 1995, foi aprovado pelo Congresso brasileiro.”

9. 17/05/2008 (Para deputado português, acordo atende ao Brasil)

[8.1] “Deputado do parlamento europeu, poeta e tradutor, o português Vasco Graça Moura é um dos mais ferrenhos opositores ao **acordo ortográfico**. Leia entrevista concedida recentemente, antes da aprovação.”

[8.2] “Por que o senhor é contra o **acordo ortográfico**?”

10. 17/05/2008 (MEC treinará professor para a reforma ortográfica)

[9.1] “Após ser informado de que o parlamento português havia aprovado o **acordo ortográfico**, o ministro Fernando Haddad (Educação) deu ordem para a Secretaria de Educação Básica, do próprio do ministério, estabelecer um cronograma para o treinamento dos professores da educação básica.”

[9.2] “Para o ex-presidente da ABL, Marcos Vilaça, ‘a **simplificação do emprego do idioma** vai possibilitar o incremento das relações culturais’.”

[9.3] “Professores ligados ao ensino fundamental e médio consultados pela Folha disseram acreditar que não haverá grandes dificuldades de adaptação à **reforma ortográfica**, já que ela não altera de forma profunda o português utilizado no Brasil.”

11. 17/05/2008 (Parlamento português aprova acordo ortográfico, de Ângela Pinho e Johanna Nublat)

[10.1] “O parlamento português aprovou ontem o **acordo ortográfico** da língua portuguesa já ratificado por Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.”

[10.2] “A implantação da **reforma ortográfica**, porém, estava sendo adiada devido à não-adesão de Portugal. Agora, o país europeu estabeleceu um prazo de seis anos para a adaptação de livros e provas de concurso público, entre outros.”

12. 24/05/2008 (Dicionário traz acordo ortográfico)

[11.1] “A Texto Editores acaba de lançar a edição brasileira do "Novo Dicionário da Língua Portuguesa" (R\$ 69,90; 1654 págs.), que segue as normas do novo **Acordo Ortográfico** feito entre Portugal, Brasil e países africanos.”

13. 25/05/2008 (Reforma ortográfica)

[12.1] “A EVIDÊNCIA maior de que o **acordo ortográfico** da língua portuguesa carece de prioridade está nos 18 anos decorridos entre a sua assinatura e a aprovação pelo país de origem do idioma, Portugal.”

14. 28/05/2008 (Erramos)

[13.1] “O editorial ‘**Reforma ortográfica**’ errou ao dizer que Portugal demorou 18 anos para ratificar o **acordo ortográfico** de 1990, pois isso ocorreu em 1991.”

D) JUNHO DE 2008:

15. 14/06/2008 (Ministro português quer política comum para língua, de Eduardo Simões)

[14.1] “Em visita a São Paulo, José António Pinto Ribeiro falou da importância de acelerar alterações do **acordo ortográfico**.”

[14.2] “Em entrevista à Folha, o ministro comentou a importância do **acordo ortográfico**, aprovado por seu país em 16/5 (‘sem uma alteração, não temos uma política internacional comum para a língua’), e citou outras ações conjuntas com o Brasil, como um estudo do valor econômico do português e a criação de um portal na internet, com acesso gratuito a textos de ficção e não-ficção, em português.”

[14.3] “A sua antecessora, a ministra Isabel Pires de Lima, não era favorável à aprovação do **acordo ortográfico** por parte de Portugal. Como o sr. avalia a decisão final?”

[14.4] “A proposta que ela vinha defendendo era a de ratificar o **acordo ortográfico** dizendo, no entanto, que ele só entraria em vigor daqui a dez anos [com a aprovação, o acordo será implantado em seis anos].”

[14.5] “Se [o **acordo ortográfico**] é uma coisa boa, então que seja o mais depressa possível. Se é má, então não queremos pura e simplesmente.”

[14.5] “Porque sem uma **alteração ortográfica** nós não temos uma política internacional comum para a língua. Não temos motores de busca que vão atrás de quatro versões gráficas da mesma palavra. Não temos um programa informático que varie em função dessas coisas.”

[14.6] “O **acordo ortográfico** nos permite perceber que, se os brasileiros passaram a escrever segundo uma norma fonética, diferente da portuguesa, foi porque dom João 6º, quando veio para o país, trouxe a imprensa, os juízes, os funcionários, o Estado todo. Mas não trouxe dicionários.”

16. 22/06/2008 (O escritor se diverte, de Caio Liudvik)

[15.1] “Walnice Nogueira Galvão, que está lançando obra sobre Guimarães, explica o gosto do autor por criar palavras e critica a **reforma ortográfica**.”

[15.2] “Na entrevista a seguir, a pesquisadora também comenta o legado e atualidade do autor de "Grande Sertão: Veredas" e critica a nova **reforma ortográfica** da língua portuguesa.”

[15.3] “O que a sra. pensa da **reforma ortográfica** da língua portuguesa, que está sendo implantada?”

[15.4] “Nunca vi ninguém fazer isso com o inglês, por exemplo, que é cheio de consoantes e vogais que ninguém pronuncia e nem por isso é preciso fazer **reformas ortográficas** periódicas.”

E) JULHO DE 2008:

17.03/07/2008 ('O escritor tem a obrigação de ser hermafrodita', diz Inês Pedrosa, de Eduardo Simões)

[16.1] “Pedrosa é contrária ao **acordo ortográfico** recém-aprovado por Portugal e outros países de língua portuguesa. ‘É um falso acordo. Não é por causa da grafia que deixamos de nos entender’, avalia ela.”

18.25/07/2008 (Lula participa de encontro para difundir língua portuguesa, de Pedro Dias Leite)

[17.1] “Começou ontem em Lisboa a primeira reunião da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) desde que Portugal aprovou o novo **acordo ortográfico**, em maio deste ano.”

19.26/07/2008 (Brasil vai adotar acordo ortográfico até 2012, diz MEC)

[18.1] “O **acordo ortográfico** será adotado definitivamente pelo Brasil ‘no máximo em 2011 ou 2012’ disse nesta sexta-feira à Agência Lusa o ministro da Educação, Fernando Haddad.”

[18.2] “O ministro, que falava à imprensa na entrada da 7ª reunião de cúpula da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), afirmou que, nos próximos 30 dias, o decreto presidencial sobre o **acordo ortográfico** estará sob consulta pública, antes de ser publicado oficialmente em setembro ou outubro.”

20.27/07/2008 (Premiê evita definir data para implantar acordo)

[19.1] “O primeiro-ministro de Portugal, José Sócrates, afirmou que a implantação do **acordo ortográfico** em seu país "sairá mais rápido do que se pensa", mas evitou fixar uma data.”

F) AGOSTO DE 2008:

21. 01/08/2008 (Novo 'Houaiss' adianta reforma ortográfica, de Jonas Lopes)

[20.1] “Pelo menos não de acordo com a **reforma ortográfica** da língua portuguesa, que passa a vigorar em janeiro de 2009.”

[20.2] “Os leitores terão uma noção mais clara do que muda com a nova edição do ‘Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa’ (ed. Objetiva), o primeiro dicionário brasileiro a contemplar integralmente a **nova lexicografia**.”

22. 06/08/2008 (Erramos)

[21.1] “Diferentemente do que informou o texto ‘Novo 'Houaiss' adianta **reforma ortográfica**’, a grafia ‘alguem’ é incorreta. A forma correta continua sendo ‘alguém’.”

23. 06/08/2008 (Lula e o debate democrático, de Arnaldo Niskier¹²)

[22.1] “Foi cobrada do governo a assinatura urgente da implementação do **acordo ortográfico** (o que deverá ser feito no dia 29 de setembro deste ano, na Academia Brasileira de Letras), e a ministra Dilma, além de dar boas notícias sobre o nosso potencial energético, defendeu um grande programa governamental de transferência de renda.”

24. 13/08/2008 (Ministério abre consulta pública sobre reforma)

¹² ARNALDO NISKIER, 72, é professor de história e filosofia da educação, membro da Academia Brasileira de Letras e presidente do CIEE-RJ (Centro de Integração Empresa Escola do Rio de Janeiro)

[23.1] “O Ministério da Educação abriu uma consulta pública para receber sugestões para a implementação no Brasil das regras do **acordo ortográfico** da língua portuguesa.”

25. 15/08/2008 (Um instantâneo da leitura no Brasil)

[24.1] “Entre os temas abordados estão os centenários de Machado de Assis e da imigração japonesa, os 200 anos da transferência da corte portuguesa para o Brasil e o **Acordo Ortográfico**.”

G) SETEMBRO DE 2008:

26. 17/09/2008 (Nomes de guerra, de Ruy Castro)

[25.1] “Quando me lembro de que passei a vida na ilegalidade por me chamar Ruy, e não Rui, como rezava a **reforma ortográfica** que, antes de eu nascer, banira da língua portuguesa os yy, ww e kk, penso em como os doutos do vernáculo legislam no vazio.”

27. 24/09/2008 (Coluna Mônica Bergamo, de Mônica Bergamo; Juliana Bianchi; Diógenes Campanha; Débora Bergamasco)

[26.1] “Acaba de chegar às livrarias o livro ‘Escrevendo pela Nova Ortografia’, feito pelo Instituto Antônio Houaiss em parceria com a Publifolha. A obra, escrita sob a coordenação e a assistência de José Carlos de Azeredo, mostra como usar as regras do novo **acordo ortográfico** da língua portuguesa, firmado em 1990 entre Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Brasil.”

28. 26/09/2008 (História da Língua Portuguesa, de Eduardo Sterzi)

[27.1] “A recente aprovação do **acordo ortográfico** entre países lusófonos trouxe de novo à consciência o fato óbvio de que a língua é uma construção histórica fundamentalmente mutável.”

29. 28/09/2008 (Lula assina decreto amanhã, na sede da ABL, de Ricardo Westin)

[28.1] “Amanhã, dia em que se completam os cem anos da morte de Machado de Assis, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinará o decreto com os prazos para que o Brasil coloque o **acordo ortográfico** em prática.”

[28.2] “Já em 2010, todos os livros comprados pelo governo terão de ser editados segundo o **acordo ortográfico**.”

30.28/09/2008 (Acordo ignora identidades culturais, de João Pereira Coutinho)

[29.1] “**Acordo ortográfico?** Não, obrigado. Sou contra. Visceralmente contra. Filosoficamente contra. Linguisticamente contra.”

[29.2] “**Acordo ortográfico?** O gesto é prepotente e apedeuta.”

31.28/09/2008 (Que língua é essa?, de Eduardo Simões)

[30.1] “Novo livro detalha as mudanças do **acordo ortográfico**, já adotadas nesta reportagem.”

[30.2] “As regras do Novo **Acordo Ortográfico** da Língua Portuguesa, assinado em 1990, e que entram em vigor no Brasil a partir de janeiro de 2009, vão afetar principalmente o uso dos acentos agudo e circunflexo, do trema e do hífen.”

[30.3] “Para Azeredo, não se pode entender o acordo como uma proposta de simplificação, mas sim de **unificação ortográfica**.”

[30.4] “Além da íntegra do acordo, o livro traz um histórico das **reformas da ortografia** portuguesa, desde as primeiras propostas de simplificação feitas pelo foneticista português Gonçalves Viana (1840-1914), em 1904, com o lançamento do livro "Ortografia Nacional".”

32.29/09/2008 (Folha Corrida – Agenda da Semana)

[31.1] “Lula vai promulgar **acordo ortográfico** da língua portuguesa, na sede da ABL, no Rio.”

33.30/09/2008 (Folha Corrida – Assinado Acordo Ortográfico)

[32.1] “O presidente Lula sancionou o **Acordo Ortográfico** da Língua Portuguesa, que mudará a grafia de cerca de 0,5% das palavras. O fim do trema, do acento agudo em ditongos abertos (idéia será ideia) e do acento circunflexo com duplos "e" e "o" (vôo

será voo), entre outras mudanças, ocorrerá gradativamente de 1º de janeiro de 2009 até 2012.”

34. 30/09/2008 (Medidas são boas e vão facilitar a escrita, afirma co-autor do dicionário 'Houaiss')

[33.1] “Co-autor do renomado ‘Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa’, o lexicógrafo (autor de dicionário) Mauro Villar diz que as mudanças previstas no **acordo ortográfico** são ‘boas para a língua’ portuguesa.”

35. 30/09/2008 (Adoção total da regra terá 4 anos de transição)

[34.1] “O Novo **Acordo Ortográfico** da Língua Portuguesa entrará em vigor em 1º de janeiro, mas não de forma obrigatória, ao menos nos primeiros quatro anos.”

36. 30/09/2008 (Lula sanciona o novo acordo ortográfico, de Sergio Torres e Caio Jobim)

[35.1] “O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem, na ABL (Academia Brasileira de Letras), no Rio, o **Acordo Ortográfico** da Língua Portuguesa, que mudará a grafia de cerca de 0,5% das nossas palavras.”

37. 30/09/2008 (Lula critica 'cassino' e cobra responsabilidade dos EUA, de Sergio Torres)

[36.1] “Após participar na ABL (Academia Brasileira de Letras), no Rio, de solenidade alusiva aos cem anos da morte de Machado de Assis e da assinatura do novo **Acordo Ortográfico** da Língua Portuguesa, Lula saiu da agenda para falar com jornalistas sobre a crise.”

38. 30/09/2008 (Novas regras vão confundir; seria melhor ficar como está, diz consultor de português, de Ricardo Westin)

[37.1] “Crítico da **reforma ortográfica**, Sérgio Nogueira, professor de português e consultor de língua portuguesa no Rio, afirma que as novas regras só servirão para confundir os brasileiros.”

39. 30/09/2008 (Ministério trocará dicionários da rede pública em 2009)

[38.1] “Os livros didáticos adaptados à **reforma ortográfica** só começarão a chegar às escolas públicas em 2010, mas, até o fim do próximo ano, os alunos deverão ter acesso a dicionários com as novas regras.”

H) OUTUBRO DE 2008:

40. 01/10/2008 (Ueba! Americanos fogem pra Cuba!, de José Simão)

[39.1] “Direto do País da Piada Pronta! Lula assina **Reforma Ortográfica!** Rarará. Acabou a piada. Isso prova que ele assina sem ler!”

[39.2] “E o Kibeloco: "Alguém aí sabe me dizê se **refolma outogáfrica** se inscreve com dois esse ou cê cidrila". E aí o Lula: "Marisa, caminhão tem acento?". "DEPENDE DO CAMINHÃO!" Rarará.”

41. 06/10/2008 (Para tudo! (assim, sem acento), de Jô Hallack, Nina Lemos e Raq Affonso)

[40.1] “Mas teremos que escrever desse jeito, porque é o que manda a **reforma ortográfica** que começa a funcionar no ano que vem. Além de perder nosso drama, teremos que estudar português. Sim, somos escritoras, mas também autodidatas (atenção, não terá mais hífen!).”

42. 08/10/2008 (Softs se adaptam ao acordo ortográfico, de Rafael Capanema)

[41.1] “Um dos impactos do **Acordo Ortográfico**, assinado na semana passada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, se dará sobre a informática, a começar pelos verificadores ortográficos dos editores de texto.”

[41.2] “O **Acordo Ortográfico** mudará a grafia de aproximadamente 0,5% das palavras no Brasil.”

[41.3] “Coordenado por Raimundo Santos Moura, o processo de atualização do **corretor ortográfico** já envolveu 82 voluntários.”

43. 08/10/2008 (FOLHA CORRIDA)

[42.1] “CORRETOR APÓS **REFORMA ORTOGRÁFICA** – A Microsoft promete atualização gratuita do **corretor ortográfico** para todos os usuários do pacote Office.”

44. 09/10/2008 (Um filho sem mãe, de Carlos Heitor Cony)

[43.1] “O sujeito queria destruir o mundo por causa de um ‘i’ no lugar de um ‘u’. Ameaçou derrubar o governo, acabar com as instituições. Eu não cheguei a tanto, mas confio no novo **acordo ortográfico**, que me dará a mãe que não tive.”

45. 10/10/2008 (Um acordo bestial, de Carlos Heitor Cony)

[44.1] “NO MEU entender, discutir o **acordo ortográfico** assinado há dias pelo presidente da República parece que não levará a nada.”

46. 12/10/2008 ("EUA terão que aumentar impostos", de Ernane Guimaraes Neto)

[45.1] “Como estudioso das relações entre metrópole e colônia, qual é sua opinião sobre o **acordo ortográfico** da língua portuguesa?”

47. 19/10/2008 (Os 42 anos dedicados à 'inculta e bela', de Estêvão Bertoni)

[46.1] “Ignez rabiscou no papel: "Chuva pára São Paulo". Radicalmente contrária à nova **reforma ortográfica**, que derrubará em breve alguns sinais gráficos da língua portuguesa, argumentou: "Imagine o sentido da mesma frase sem o acento?"”

48. 21/10/2008 (Socuerro! Chega de debatédio!, de José Simão)

[47.1] “É que em São Carlos, interior de São Paulo, tem uma boate chamada Boite Viagra. Com a placa "APEZAR da reforma estamos funcionando". Apesar da **reforma ortográfica**? Rará! Mais direto impossível.”

49. 24/10/2008 (O fim do livro impresso, de Carlos Heitor Cony)

[48.1] “Para ser devidamente abastecido, passei a escrever bilhetes para ela, fui talvez o primeiro cara do mundo que usou a porta de uma primitiva geladeira para deixar um aviso doméstico. Escrevia lingüiça corretamente, sem o trema que está para ser abolido

pelo novo **acordo ortográfico**. Eu não sabia que estava à frente do meu tempo, embora atrasado no tempo dos outros.”

50.27/10/2008 (Novas regras de ortografia confundem até dicionários, de Ricardo Westin)

[49.1] “Academia Brasileira de Letras pretende encerrar impasses em fevereiro, quando **reforma ortográfica** já estará em vigor.”

[49.2] “O **acordo internacional**, assinado em 1990, foi concebido para unificar e simplificar a grafia da língua portuguesa.”

[49.3] “No início do ano, quando aumentaram os rumores de que as **mudanças ortográficas acordadas** em 1990 finalmente seriam tiradas da gaveta, a ABL começou a se debruçar sobre a questão. Seis lexicógrafos e três acadêmicos têm essa missão.”

[49.4] “Uma vez pronto o "Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", os dicionários de bolso que já incorporaram o **acordo ortográfico** precisarão ser mais uma vez reeditados.”

51.31/10/2008 (Saramago usa elefante contra 'inimigos', de Sylvia Colombo)

[50.1] “O escritor português ataca igreja e capitalismo em nova obra, baseada em fato verídico, e defende **reforma ortográfica**.”

[50.2] “Apesar de não querer saber de mudar seu modo de escrever, Saramago é um defensor do **acordo ortográfico** firmado entre países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e que começará a entrar em vigor no Brasil em janeiro do ano que vem.”

I) NOVEMBRO DE 2008:

52.12/11/2008 (tec-tec-tec – Reforma On-line)

[51.1] “Em www.interney.net/conversor-ortografico.php, basta colar um texto no formulário para que ele seja modificado de acordo com as novas regras do **Acordo Ortográfico**. O sistema, porém, não funciona para palavras escritas totalmente em maiúsculas.”

53.27/11/2008 (Distribui, contribui, substitui..., de Pasquale Cipro Neto)

[52.1] “Explicações para esse descompasso há muitas. Vão do talvez excessivo número de **reformas ortográficas** ao mau ensino/aprendizado da língua.”

[52.2] “As reformas são responsáveis pelos resquícios e/ou reminiscências, que acabam passando de geração para geração, seja pelos livros que se tornam "velhos", mas continuam vivos nas estantes (nem poderia ser diferente – quem se atreveria a jogar fora um exemplar de "Vidas Sêcas" só porque o título carrega um decrépito circunflexo?), seja pela mais do que humana incapacidade (e falta de vontade, por que não?) de se adequar às **mudanças ortográficas** depois de uma certa idade.”

[52.3] “A esta altura o prezado leitor talvez já esteja pensando na próxima **reforma ortográfica**, que entrará em vigor em 01/01/2009.”

54. 29/11/2008 (A humanidade não merece a vida)

[53.1] “**ACORDO ORTOGRÁFICO** – Em princípio, não me parecia necessário. De toda forma, continuaríamos a nos entender. O que me fez mudar de opinião foi a idéia de que, se o português quer ganhar influência no mundo, tem de adotar uma grafia única. Se Portugal tivesse 140 milhões de habitantes, provavelmente teríamos imposto ao Brasil a nossa grafia. Acontecem que os 140 milhões estão no Brasil, e o Brasil tem mais presença internacional.”

J) DEZEMBRO DE 2008:

55. 08/12/2008 (Machado, cultura e política, de Marco Maciel)

[54.1] “Neste ano, importa igualmente assinalar, foram assinados na sede da ABL, pelo presidente da República, quatro decretos que tratam do novo **Acordo Ortográfico** da Língua Portuguesa.”

56. 27/12/2008 (Publifolha lança novo dicionário)

[55.1] “Já atualizado com o Novo **Acordo Ortográfico**, que entra em vigor no dia 1º de janeiro, o dicionário tem 9.000 sinônimos a mais do que a primeira edição.”

57. 27/12/2008 (PALAVRA final, de Eduardo Simões)

[56.1] “Não bastasse o Novo **Acordo Ortográfico**, que entra em vigor a partir de 1º de janeiro, editores e lexicógrafos, profissionais responsáveis pela inclusão ou não de uma palavra num dicionário, têm de analisar expressões que pipocam, por exemplo, aqui, nas páginas de um jornal, ou acolá, na fala do povo.”

58. 28/12/2008 (Saiba o que muda na língua portuguesa)

[57.1] “Saiba o que muda na língua portuguesa com o **acordo ortográfico**”

59. 28/12/2008 (Ave Jano! 12 desejos para 2009, de Carlos Eduardo Lins da Silva)

[58.1] “12. PORTUGUÊS – Que, apesar da **reforma ortográfica** que se implanta em 2009, a Redação seja capaz de fazer diminuir a quantidade de erros gramaticais que ainda infestam o jornal e irritam o leitor.”

60. 28/12/2008 (O Acordo)

[59.1] “É a terceira **mudança ortográfica** no Brasil.”

[59.2] “Jan. 2013 é quando só a **nova grafia** passa a ser considerada correta”

[59.3] “É aprovado o primeiro **acordo ortográfico** entre Portugal e Brasil, que, entretanto, não consegue unificar a ortografia nos dois países”

61. 28/12/2008 (Livros terão de ser reeditados para seguir normas do acordo, de Márcio Pinho)

[60.1] “Com a **nova norma**, muitos livros terão de ser "reeditados"”

[60.2] “Pois é, a forma correta dessa palavra não é definida claramente pelo **acordo ortográfico**.”

[60.3] “As **novas regras** devem manter aquecidos os debates sobre como escrever corretamente pelo menos até fevereiro, quando a ABL (Academia Brasileira de Letras) anuncia a divulgação do Volp (“Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa”), que trará a grafia oficial das palavras.”

[60.4] “A Ática, por exemplo, retirou momentaneamente de um de seus livros didáticos, agora impressos na **nova norma**, uma lição baseada em um anúncio publicitário com palavras formadas por hífens – tema onde estão concentradas as principais dúvidas.”

62. 28/12/2008 (Folha adota nova regra ortográfica no dia 1º)

[61.1] “Uso das novas regras do **acordo ortográfico** valerá para todo o Grupo Folha, que inclui o "Agora", a Folha Online e a Agência Folha.”

[61.2] “A Folha passa a adotar as novas regras do **acordo ortográfico** no dia 1º de janeiro.”

[61.3] “O uso das regras do **acordo ortográfico** será obrigatório a partir de 2013.”

[61.4] “A última **reforma da língua** portuguesa foi marcada pelas mudanças na acentuação.”

63. 29/12/2008 (Livros esclarecem mudanças)

[62.1] “A interpretação de Evanildo Bechara para o acordo está em ‘O que Muda com o Novo **Acordo Ortográfico**’ (ed. Nova Fronteira).”

64. 29/12/2008 (Senhor das letras, de Sylvia Colombo)

[63.1] “O gramático Evanildo Bechara defende **acordo ortográfico**, que começa a vigorar no Brasil nesta semana.”

[63.2] “A partir de 1º de janeiro, quando as regras do Novo **Acordo Ortográfico** entrarem em vigor em oito nações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, será ele a autoridade máxima no Brasil para decidir as possíveis querelas e pendências com relação ao modo como os brasileiros terão de passar a escrever.”

[63.3] “Para Bechara, a **reforma ortográfica** é necessária para defender a língua portuguesa. Trata-se do único idioma falado por um grupo majoritário – mais de 230 milhões de pessoas – no mundo a ter duas grafias diferentes.”

65. 30/12/2008 (Reforma não ameaça identidade da língua, de Godofredo de Oliveira Neto)

[64.1] “O **Acordo Ortográfico** da Língua Portuguesa é um documento assinado em 1990 por representantes de vários países que, tendo o português como língua oficial, decidiram adotar uma ortografia comum.”

[64.2] “O que se acaba de fazer mediante o **Acordo de 1990**, portanto, é uma mudança preconizada há muito tempo.”

[64.3] “A importância da nova **reforma ortográfica** deve ser apreciada em suas dimensões política, cultural e comercial.”

66. 30/12/2008 (Governo e Congresso vão ignorar início da reforma ortográfica, de Andreza Matais e Simone Iglesias)

[65.1] “O governo federal, o Senado e a Câmara dos Deputados vão ignorar o início da vigência do **acordo ortográfico**, concebido para unificar a grafia da língua por países

que falam e escrevem português (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Brasil e Portugal).”

[65.2] “Apenas o Supremo Tribunal Federal vai cumprir as **novas regras** desde o início.”

[65.3] “O órgão passou os últimos três meses treinando técnicos e revisores para que todos os documentos produzidos passem a ser redigidos pela **nova norma** no primeiro dia de 2009, como está definido em decreto.”

[65.4] “O **acordo ortográfico** foi assinado em 1990, mas regulamentado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva dia 29 de setembro deste ano, por meio de um decreto.”

K) JANEIRO DE 2009:

66. 01/01/2009 (Acordo tem valor simbólico e alcance político, por José Luiz Fiorin)

[66.1] “Para pôr fim a essa situação de duplicidade de ortografia, que tem raízes históricas profundas, foi assinado um **acordo de uniformização ortográfica** entre os oito Estados nacionais da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).”

[66.2] “A discussão sobre o Acordo tem-se baseado em diversos equívocos. Em primeiro lugar, não se trata de uma **unificação da língua**, mas da ortografia.”

[66.3] “Na verdade, a rigor, não se trata de uma **reforma ortográfica**, mas de um **acordo de unificação ortográfica**.”

[66.4] “Afirma-se que a reforma é tímida, é “meia-sola”, que seria necessário fazer uma **mudança ortográfica** profunda.”

[66.5] “É preciso considerar ainda que uma **modificação ortográfica** radical condenaria, em pouco tempo, todo o material gráfico armazenado à obsolescência, pois seria preciso um preparo específico para lê-lo.”

[66.6] “Além disso, o princípio da dupla grafia não é invenção do acordo, pois ele já existe no **sistema ortográfico** brasileiro: aceitam-se como corretas, por exemplo, as formas contacto e contato, secção e seção, sinóptico e sinótico, cotidiano e quotidiano.”

[66.7] “Visa a afirmar, por meio da **unificação ortográfica**, uma unidade linguística de base, que emerge de uma grande diversidade e que é o símbolo da união dos povos da CPLP.”

67. 01/01/2009 (NA LITERATURA)

[67.1] “1931 – É aprovado o primeiro **acordo ortográfico** entre Portugal e o Brasil, que, entretanto, não consegue unificar a ortografia nos dois países”

[67.2] “1943 – É redigido o “**Formulário Ortográfico**”, que, entre outros pontos:

- Define que o alfabeto tem 23 letras (k, w e y devem ser usadas somente em casos especiais)

- Elimina consoantes que não são proferidas, como em ‘assignatura’ e ‘sciencia”

[67.3] “Lisboa, dezembro de 1990 – É aprovado o **Acordo Ortográfico** da Língua Portuguesa.”

68. 01/01/2009 Absorver mudança não será difícil, diz lingüista (Luisa Alcantara e Silva)

[68.1] “De acordo com Carlos Alberto Faraco, a maioria das pessoas já não usava trema. Apenas 0,5% do vocabulário brasileiro sofrerá alterações em razão do novo **Acordo Ortográfico**, segundo o Ministério da Educação.”

[68.2] ‘Para Carlos Alberto Faraco, doutor em linguística e professor da Universidade Federal do Paraná, os brasileiros não terão tanta dificuldade para absorver **as novas regras**. "Se você observar o comportamento das pessoas hoje, você vai ver que elas nem usam mais boa parte dessas coisas que vão desaparecer", afirma.”

[68.3] “De acordo com Faraco, **unificando a ortografia**, os brasileiros terão uma preocupação a menos.”

69. 01/01/2009 (O (Des)Acordo Ortográfico, de Pasquale Cipro Neto)

[69.1] “QUIS O DESTINO que o "**Acordo Ortográfico**" entrasse em vigor justamente numa quinta-feira. Já escrevi sobre o tema, mas a coincidência e algumas pendências me "obrigam" a voltar a ele.”

[69.2] “Não teria sido melhor esperar que tudo estivesse realmente pronto para "cortar a fita" do bendito **Acordo Ortográfico**?”

[69.3] “E acrescenta: "Teremos quatro anos para consolidar essa **nova ortografia**. Ninguém é obrigado a mudar a sua maneira de escrever, mas não adianta ser contra as mudanças, pois estamos sujeitos à lei".”

70. 01/01/2009 (Acordo Ortográfico entra em vigor hoje com indefinições, de Márcio Pinho e Luiza Alcântara e Silva)

[70.1] “O Novo **Acordo Ortográfico** da Língua Portuguesa passa a valer a partir de hoje no Brasil.”

[70.2] “O período de transição para que a população se adapte às mudanças vai até o fim de 2012, a partir de 1º de janeiro de 2013, a **nova ortografia** será a única considerada correta.”

[70.3] ““Os editores já precisavam dele para usá-lo como fonte de orientação”, afirma Azeredo, que coordenou o guia ‘Escrevendo pela **Nova Ortografia**’ (parceria entre a Publifolha e o Instituto Houaiss), que detalha **as novas regras**.”

71. 01/01/2009 (A fôrma e as ideias)

[71.1] “RESTRINGE-SE quase apenas à classe dos linguistas a expectativa pela estreia, hoje, de mais uma **reforma ortográfica** no Brasil.”

[71.2] “Num desleixo exemplar, o governo não treinou funcionários para a **nova ortografia** e não faz ideia de quando vai implementá-la.”

[71.3] “Pensado para **unificar a linguagem** escrita nos países lusófonos, o **Acordo Ortográfico** produz muito barulho por quase nada.”

[71.4] “A **nova ortografia** altera algumas fôrmas das ideias, jamais seu conteúdo.”

72. 02/01/2009 (Acordo é bom para leitores, diz gestor de museu da língua, de Luiza Alcantara e Silva)

[72.1] “O escritor Frederico Barbosa, 47, considera a **reforma ortográfica** interessante, apesar de ter estranhado ao ver um texto seu recém-publicado com a palavra “estrela”. Ele ocupa o cargo de diretor-executivo da Poiesis, organização social que administra o Museu da Língua Portuguesa, a Casa das Rosas e a Casa Guilherme de Almeida.”

[72.2] “A adaptação à **nova ortografia** no museu deve ser concluída até o fim de 2010.”

[72.3] “O que o senhor acha do **Acordo Ortográfico**?”

[72.4] “Não, vou tentar, vou tentar escrever na **nova regra**.”

[72.5] “Então, posso estar enganado, mas acho que essa **mudança ortográfica** vai ser assimilada rapidamente.”

73. 02/01/2009 (Reforma é tímida e confusa, diz professor da Unesp, por Sebastião Expedito Ignácio)

[73.1] “Qualquer especialista sabe que as maiores dificuldades na aquisição de nosso **sistema ortográfico** residem na representação de alguns fonemas (unidades sonoras) como o que se representa por ‘X’ e por ‘CH’ (xale, chapéu, enxame, encher) e o que se representa por ‘Z’, por ‘S’ e por ‘X’ (rezar, pesar, examinar).”

[73.2] “É preciso lembrar ainda que, sendo o **sistema ortográfico** vigente no Brasil o modelo do Acordo, são mínimas as alterações que nos atingem.”

[73.3] “Finalmente, é preciso saber o que se está entendendo por ‘**reforma da língua**’.”

74. 03/01/2009 (Palavras ganham (ou perdem) acessórios, de Thaís Nicoleti de Camargo)

[74.1] “É que passa a valer a partir deste mês o novo **Acordo Ortográfico** da língua portuguesa.”

[74.2] “Por isso decidiu-se **unificar o modo de escrever as palavras** em todos esses países.”

[74.3] “Nós vamos continuar falando do mesmo jeito, mas **a grafia da palavra mudou**.”

75. 03/01/2009 (SERVIÇO: ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS OFERECE TIRA-DÚVIDAS ON-LINE DE GRAFIA)

[75.1] “Para tirar dúvidas sobre as **mudanças da nova ortografia**, os brasileiros podem recorrer à Academia Brasileira de Letras.”

[75.2] “O www.interney.net/conversor-ortografico foi criado pelo empresário Edney Souza, 32, como hobby.”

[75.3] ““O programa é baseado em regras que pesquisei sobre o **acordo ortográfico**, mas ele não converte algumas palavras’, diz Souza.”

76. 03/01/2009 (Ensino médio só terá livro com nova grafia em 2012, de Angela Pinho)

[76.1] “Embora o **Acordo Ortográfico** da Língua Portuguesa já tenha entrado em vigor no dia 1º, as escolas públicas do país só começarão a receber dicionários e livros adaptados às novas regras entre 2010 e 2012.”

77. 03/01/2009 (Local de vestibular deve ser visitado hoje, de Fabiana Rewald)

[77.1] “A Fuvest informou que tanto a **nova ortografia** da língua portuguesa – que entrou em vigor no dia 1º – quanto a anterior serão aceitas nas respostas das questões, já que o período de transição do **Acordo Ortográfico** vai até 2012.”

78. 04/01/2009 (FOLHA CORRIDA)

[78.1] “Quinta-feira - Novo **Acordo Ortográfico** entra em vigor com indefinições.”

[78.2] “O governo federal, o Senado e a Câmara dos Deputados ignoraram o início da vigência do **acordo ortográfico**.”

[78.3] “O Executivo e o Congresso não se prepararam para a mudança, e os textos oficiais continuarão sendo redigidos com base nas **regras ortográficas** antigas.”

79. 04/01/2009 (Reforma sem rigor, de Maria Helena de M. Neves)

[79.1] “Carente de coerência, Novo **Acordo Ortográfico** tira Brasil de posição marginal.”

[79.2] “Neste período de efervescência do processo de implantação do Novo **Acordo Ortográfico**, a pergunta inicial que se recebe é sempre a seguinte: "Você concorda com o acordo?".”

[79.3] “qual era a situação do **regramento ortográfico** nos países de língua oficial portuguesa”

[79.4] “Contra o acordo, um argumento forte é o que se centra no fato de que outros países vivem comunidades de língua oficial sem necessidade de **regramento ortográfico** comum, ficando abrigadas pacificamente grafias diferentes nos diferentes países, e até dentro de um mesmo país.”

[79.5] “Brasil e Portugal tinham, cada um, seu **regramento ortográfico** particular e oficializado.”

[79.6] “No começo da história de uma busca de **fixação ortográfica**, os tempos eram outros.”

[79.7] “Quando, em 1904, Portugal fez sua tentativa nesse sentido, nada sinalizava alguma atenção à produção linguística do Brasil, ainda sem a mínima **padronização de linguagem** e sem representatividade político-cultural.”

[79.8] “O Brasil, por sua vez, na mesma época (1907), cuidou de uma **uniformização interna da grafia**, com um projeto que também denunciava uma "anarquia ortográfica" brasileira.”

[79.9] “Em 1911, Portugal fez uma **reforma ortográfica**, e a situação passou a ser esta: Portugal tinha uma ortografia, e o Brasil, não.”

[79.10] “Era esta, pois, a situação (problemática) vigente em 1986, início da definição deste novo acordo: dois acordos assinados em sequência, cada um deles oficializado num país, e, afinal, um **desacordo ‘oficial’**.”

[79.11] “Aí está montada, afinal, a situação incontestada da conveniência de um **acordo ortográfico** para esse concerto de nações de mesma língua.”

[79.12] “Ora, todos eles, até agora, se regem pela **fixação ortográfica** de Portugal, o que compõe um cenário estranho, que coloca o Brasil numa **situação oficializada de ortografia** discrepante daquela dos demais componentes do bloco de países de língua oficial portuguesa.”

80. 04/01/2009 (População ignora tema, diz Ondjaki, de Márcio Pinho)

[80.1] “Nascido em Luanda, a capital de Angola, em 1977, o escritor e poeta Ondjaki afirma que falta divulgação sobre o **Acordo Ortográfico** e que as novas regras não preocupam os angolanos atualmente.”

[80.2] “Qual a sua opinião sobre as **novas normas**?”

[80.3] “Acredita que há alguma desvantagem **em unificar a grafia**, do ponto de vista cultural, prático?”

[80.4] “Como será a recepção **às novas normas** em países africanos como Angola?”

[80.5] “Não penso que a questão do **Acordo Ortográfico** preocupe os angolanos neste momento.”

81. 04/01/2009 (Como fica a acentuação dos ditongos abertos 'ei', 'eu' e 'oi', de Pasquale Cipro Neto)

[81.1] “O **Acordo Ortográfico** determinou o fim de alguns acentos gráficos.”

82. 04/01/2009 (Escritora portuguesa diz que Acordo Ortográfico é 'pirata', de Márcio Pinho)

[82.1] “O novo **sistema ortográfico** é considerado ‘**um acordo em desacordo**’ pela escritora portuguesa Inês Pedrosa, que promete continuar seguindo a antiga regra em seus livros.”

[82.3] “Vamos supor que ele significasse a **unificação gráfica do português**.”

[82.4] “O **Acordo Ortográfico** uniformiza umas coisas, mas altera outras.”

83. 04/01/2009 (Onde a Folha foi bem, de Carlos Eduardo Lins da Silva)

[83.1] “**ACORDO ORTOGRÁFICO** – Jornal está fazendo boa cobertura, com serviços úteis e variedade de opiniões, sobre o **acordo ortográfico** em vigor desde quinta.”

84. 05/01/2009 (Editoras preveem prejuízos com a nova ortografia do português, de Márcio Pinho e Luiza Alcantara e Silva)

[84.1] “Contrariando comentários de que o setor lucraria com o **Acordo Ortográfico**, as editoras afirmam que a previsão mais sensata é a de prejuízo, em razão dos livros que poderão perder procura no mercado.”

[84.2] “Por enquanto, a **nova ortografia** está sendo aplicada principalmente em lançamentos, que já estão em livrarias brasileiras.”

85. 06/01/2009 (Socuerro! Linguíça não tem mais trema!, por José Simão)

[85.1] “Campanha contra a **reforma ortográfica**: eu quero botar os pingos nos us! Rarárá!”

[85.2] “E aviso aos navegantes: não é **reforma pornográfica**, é ortográfica. E não vão mexer no hímen, mas no hífen! **Reforma ortográfica.**”

[85.3] “Essa é **reforma pornográfica**: em 2009, faça um 69! E a **reforma ortográfica** já tá sendo chamada de Reforma pra Encher Linguíça! Ou, numa tradução mais erudita: tiraram as bolas da linguíça.”

[85.4] “E com a placa: "APEZAR da reforma, estamos funcionando". APEZAR da **reforma ortográfica**? Rarárá! Mais direto, impossível.”

86. 07/01/2009 (tec-tec-tec)

[86.1] “A Microsoft assumiu o compromisso de oferecer gratuitamente o pacote de atualização do Office para que o corretor do programa se adeque ao **Acordo Ortográfico**. Não há prazo definido, mas a correção sai até 2012, diz a Microsoft.”

87. 07/01/2009 (O hífen é grande vilão do (Des)Acordo Ortográfico, de Pasquale Cipro Neto)

[87.1] “A ‘Base XVI’ (‘Do hífen nas formações por prefixação, recomposição e sufixação’) do **texto oficial do Acordo** não é precisa o bastante para deixar claro o que ocorre, [...]”

88. 09/01/2009 (Ueba! Namorado da Madonna tem Pinto!, por José Simão)

[88.1] “E a **reforma ortográfica**?”

[88.2] “Continuo contra a **reforma ortográfica**.”

[88.3] “**Reforma ortográfica!**”

89. 10/01/2009 (Eu coo, eu môo, por Ruy Castro)

[89.1] “RIO DE JANEIRO - Não olhe agora, mas tenho a impressão de que a **reforma ortográfica**, que está queimando as pestanas dos que vivem da língua portuguesa – professores, jornalistas, escritores, editores de livros, locutores de TV e rádio, publicitários –, foi feita só para suprimir o trema. É o único ponto sobre o qual ninguém parece discordar.”

90. 10/01/2009 (Socuerro! Dobrou o IPVA do skate!, por José Simão)

[90.1] “E o Lula gosta de beber e não gosta de ler. E assim mesmo ele implantou a Lei Seca e assinou a **reforma ortográfica**.”; “E essa **reforma ortográfica** não é bem uma reforma, é um puxadinho. Um **puxadinho ortográfico**.”

91. 11/01/2009 (Socuerro! O Brasil tá muito louco!, por José Simão)

[91.1] “E diz que o Lula financiou a **reforma ortográfica** em 25 anos: "Cum esse tempo fica mais FÁFIL DE AFIMILAR". E o hífen? Hífen é como hímen: só serve pra atrapalhar! E janeiro é o mês da árvore símbolo do Brasil, o ipê: IPÊva, IPÊtu, IPÊi e IPÊTENSÃO!”

[91.2] “E continuo contra essa **reforma ortográfica**. É o trauma do trema: eu quero botar os pingos nos us! Rarárá!”

92. 11/01/2009 (Países lusófonos da África não têm data para adotar Acordo, de Luisa Alcantara e Silva)

[92.1] “No Brasil, a discussão sobre o **Acordo Ortográfico** está em alta: desde o fim do ano passado, as editoras têm lançado livros seguindo **as novas normas**, os principais meios de comunicação adotaram a **nova grafia** e as escolas afirmam que vão ensinar, a partir deste ano, o fim do trema, entre outras mudanças impostas pelo **Acordo**, que aqui entrou em vigor no dia 1º.”

[92.2] “Com exceção de Portugal, os outros países que ratificaram o Acordo – Cabo Verde e São Tomé e Príncipe – parecem não estar dando muita bola para a **mudança na ortografia**.”

[92.3] “Já em Portugal, onde a transição também começou no dia 1º, o "Diário da República", espécie de "Diário Oficial" lusitano, já é publicado com a **nova grafia**, segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros.”

93. 12/01/2009 (Para cursinhos, Unicamp teve questões exigentes no 1º dia, por Rafael Sampaio)

[93.1] “Questão de português abordou **reforma ortográfica**.”

[93.2] “Na parte de português, a surpresa foi uma pergunta que abordou a **reforma ortográfica**. "Não foi uma questão simples, mas o aluno que se preparou iria respondê-la", afirma Elizabeth Massaranduba, professora de português do Objetivo.”

94. 13/01/2009 (Jovem aprende mais rápido, diz docente, de Luisa Alcantara e Silva)

[94.1] “Maria Helena Moura Neves acredita que o tempo de adaptação às **novas regras** para os jovens será curto.”

[94.2] “Ela diz também que "as mudanças não vão poder ser desculpa para mau **desempenho ortográfico** nos vestibulares”

[94.3] “Sou a favor daquilo que você está chamando de reforma, não por se tratar de uma **reforma da nossa ortografia**, mas por constituir um **acordo ortográfico** entre os países de língua portuguesa oficial.”

[94.4] “Em outras palavras, não são as mudanças em si que eu defendo, mas o fato de ter sido empreendida uma **unificação da ortografia** na comunidade de países que têm a língua portuguesa como língua oficial.”

95. 13/01/2009 (Vestibulares adotam nova grafia; candidato escolhe como escrever, de Luisa Alcantara e Silva)

[95.1] “Daniella Leite quer estudar as **novas regras da ortografia** para os vestibulares do final do ano.”

[95.2] “Vestibulandos têm até 2012 para aprender **novas regras**”

[95.3] “Foram anos aprendendo a grafia certa das palavras e, agora, com a adoção do Novo **Acordo Ortográfico**, em 1º de janeiro, as normas têm de ser revistas.”

[95.4] “De acordo com Ana Zilocchi, os professores vão aprender **as novas regras** junto com os alunos.”

96. 13/01/2009 (Acordo altera só 0,5% das palavras no Brasil, de Luisa Alcantara e Silva)

[96.1] “O **Acordo Ortográfico**, que entrou em vigor no dia 1º, muda uma pequena parcela do vocabulário brasileiro – apenas 0,5% – e 1,5% a 2% das palavras do vocabulário lusitano, que é seguido por países africanos de língua portuguesa (Moçambique, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau), além de Timor Leste.”

[96.2] “Por isso, especialistas acreditam que a adaptação dos brasileiros às **novas regras** não será tão complexa.”

[96.3] “Portanto, quem quer aprender **as novas regras** logo deve tomar cuidado com dicionários publicados recentemente e **corretores ortográficos** que já podem ser baixados na internet, já que não se sabe como ficarão alguns vocábulos.”

97. 13/01/2009 (REFORMA)

[97.1] “Vestibulares do meio do ano já adotam regras do **Acordo Ortográfico**, em vigor desde o dia 1º.”

98. 13/01/2009 (Cultura aborda mudanças ortográficas, por Fernanda Ezabella)

[98.1] “No embalo da nova **reforma ortográfica**, o "Almanaque Educação", da TV Cultura, faz um programa especial sobre o assunto e lança a pergunta a pessoas comuns.”

[98.2] “**As mudanças que a língua portuguesa passou este mês** e também em anos anteriores são tema para alguns quadros do programa.”

[98.3] “Em outra passagem, o programa traz informações curiosas sobre **as novas regras**, que fizeram desaparecer o trema, mudar o hífen e os acentos de algumas palavras.”

99. 13/01/2009 (Tudo igual, tudo diferente, por Cecilia Gianneti)

[99.1] “Telefonou ontem à baixinha pra dizer que ainda tem aquele exemplar de "Lolita" – salvou-o, preservado da **reforma ortográfica** que o país acaba de adotar.”

100. 14/01/2009 (A pressa é inimicíssima da perfeição, de Pasquale Cipro Neto)

[100.1] “Convém lembrar que o "Acordo" teve por princípio a **unificação da grafia** do português nos sete (depois oito) países que o têm como língua oficial.”

[100.2] “Lembro isso porque, embora em Portugal o ‘Acordo’ ainda não vigore, já há por lá dicionários com a tarja ‘Conforme o **Acordo Ortográfico**’.”

101. 14/01/2009 (AS GRAFIAS CORRETAS, SEGUNDO O DICIONÁRIO)

[101.1] “Publicação da ABL esclarece pontos obscuros do **Acordo Ortográfico**.”

[101.2] “Fonte: Segunda edição do “Dicionário Escolar da Língua Portuguesa” (Companhia Editora Nacional) e **Acordo Ortográfico**.”

102. 14/01/2009 (ABL lança dicionário e põe fim a dúvidas do Acordo, de Luisa Alcantara e Silva e Fábio Takahashi)

[102.1] “O quarto e último princípio geral afirma que o **Acordo** deve: ‘Preservar a **tradição ortográfica** refletida nos formulários e vocabulários oficiais anteriores, quando das omissões do texto do Acordo’.”

103. 18/01/2009 (Acordo também muda escrita em braile, de Ricardo Westin)

[103.1] “Revisora lê páginas em braile, que também passa por mudanças previstas no **Acordo Ortográfico**.”

[103.2] “Sistema de leitura e escrita que é utilizado por cegos enfrenta as mesmas **alterações ortográficas** da escrita comum.”

[103.3] “Os brasileiros que não enxergam também têm suas dúvidas nos acentos que caíram e nos hífens que apareceram ou desapareceram na virada do ano, quando as regras impostas pelo **Acordo Ortográfico** entraram em vigor no país.”

[103.4] “**Tudo o que mudou no português escrito** mudou da mesmíssima maneira no português convertido em braile, o sistema tátil usado por cegos do mundo inteiro para ler e escrever.”

[103.5] “O **Acordo Ortográfico** tem impacto no braile porque as palavras desse sistema também são escritas letra a letra.”

[103.6] “As **mudanças ortográficas** haviam sido definidas em 1990 por países que têm o português como língua oficial.”

[103.7] “As nossas preocupações agora são orientar os professores e garantir que a produção dos livros didáticos em braile esteja compatível com **a nova grafia**”, afirma Martinha Clarete Dutra, que responde, no Ministério da Educação, pelas políticas de inclusão.”

[103.8] “A partir de 2013, porém, só serão aceitas como corretas **as novas regras**.”

104. 18/01/2009 (bárbara responde, por Bárbara Gancia)

[104.1] “OBEDEÇA A SINALIZAÇÃO – ‘Não estou entendendo **a reforma ortográfica**. Prestando atenção nas placas das estradas, descobri uma que dizia ‘curva acentuada adiante’. Curva agora tem acento?’”

“Khantin Driver, Speed Racer – Esse assunto é um ‘longo trecho em declive’. O único conselho que eu posso lhe dar é: “Na dúvida, não ultrapasse” as leis do bom senso.”

105. 20/01/2009 (Sobre gramáticos e revisores, por Rubem Alves)

[105.1] “Noutra ocasião, o revisor enquadrrou na **reforma ortográfica** uma fala do Riobaldo, que eu citava.”

106. 23/01/2009 (Ueba! Toma um Obama que melhora!, por José Simão)

[106.1] “E moral da **reforma ortográfica**: mocreia perdeu o acento, mas continua feia!”

107. 23/01/2009 (Uma gota de água fria, de Carlos Heitor Cony)

[107.1] “Os estudiosos daquele período começaram a falar no “complexo industrial-militar” (o hífen é necessário, independentemente do novo **acordo ortográfico**).”

108. 24/01/2009 (Vá à feira)

[108.1] “Alguns colégios já estão solicitando livros que contemplem a **reforma ortográfica** da língua portuguesa.”

109. 26/01/2009 (papo maluco, de Diogo Bercito)

[109.1] “**Acordo ortográfico?** Que nada. Enquanto alguns quebram a cabeça para se adequar a **novas regras** da língua portuguesa, outros estão preocupados mesmo é em criar idiomas e modificá-los como bem entenderem.”

110. 28/01/2009 (Coluna Mônica Bergamo, por Mônica Bergamo, Juliana Bianchi, Diógenes Campanha e Débora Bergamasco)

[110.1] “Os taquígrafos da Assembleia Legislativa encarregados de transcrições e redação de relatórios vão fazer um curso para se adaptarem à **reforma ortográfica.**”

111. 28/01/2009 (Ajuste textos ao Acordo Ortográfico)

[111.1] “A **reforma ortográfica** da língua portuguesa não foi tão enorme assim.”

[111.2] “Para facilitar o aprendizado e deixar os seus textos de acordo com a **nova ortografia**, você pode usar alguns sites que fazem a revisão on-line para você, como o FLiP (tinyurl.com/flippt).”

[111.3] “Depois de entrar nessa página, cole ou digite o texto que deseja verificar no campo destinado a tal, marque a bandeira do Brasil e o campo Utilizar **Acordo Ortográfico.**”

112. 29/01/2009 (...e eu chorei, por Anna Veronica Mautner)

[112.1] “Volto à civilização e caio na discussão da **reforma ortográfica.**”

113. 29/01/2009 ('Ortografia comum beneficia todos', de Marina Della Valle)

[113.1] “O **Acordo Ortográfico** da Língua Portuguesa, em vigor no Brasil desde o último dia 1º, encontrou no escritor angolano José Eduardo Agualusa, 48, um defensor de peso.”

[113.2] “Para o autor, **uma ortografia comum** beneficia todos os países lusófonos, mas é especialmente importante para os países africanos, que produzem menos livros.”

[113.3] “Como está a questão do **Acordo Ortográfico** em Angola?”

[113.4] “O escritor moçambicano Mia Couto afirmou que o **Acordo Ortográfico** “não é necessário”. Como o sr. vê essa afirmação?”

[113.5] “Positivamente. Acho que a existência de **uma ortografia comum** beneficia toda a gente, em todos os territórios onde se fala a nossa língua, e em particular na África, porque nós produzimos muito poucos livros.”

114. 29/01/2009 (Namíbia & Angola)

[114.1] “LUSOFONIA O ESCRITOR ANGOLANO JOSÉ EDUARDO AGUALUSA DEFENDE O ACORDO ORTOGRÁFICO”

115. 31/01/2009 (Socuerro! Chegou a Globelesma!, por José Simão)

[115.1] “E um leitor me escreveu desesperado sobre a **reforma ortográfica**: diarreia não tem mais acento. Então só tomando um Imosec.”

L) FEVEREIRO DE 2009:

116. 01/02/2009 (Falar é fácil, fazer nem tanto, por Carlos Eduardo Lins da Silva)

[116.1] “No primeiro dia de 2009, outro excelente editorial, ao tratar da **reforma ortográfica**, fez vigorosa defesa da ‘experiência da leitura sistemática e [d]a exposição constante a textos...’.”

117. 01/02/2009 (Socuerro! Véia não tem mais acento!, de José Simão)

[117.1] “E duas novas regras do **Acordo Ortográfico**: mocreia perdeu o acento, mas continua feia. E jamais trema em cima da linguíça. Jamais! E véia não tem mais acento. E pra dar uma injeção na veia da véia? Injeção na veia da veia. E Dança do Créu tem acento? Tem que ter! Porque o fundamental no funk é TER ACENTO!”

118. 01/02/2009 (Ortografia, lusofonia e direito, por Paulo Ferreira da Cunha, Fernando Macedo, Kafft Kosta, André Ramos Tavares)

[118.1] “CAMÕES, Machado e Luandino são gigantes literários intocados pela **nova ortografia** da língua portuguesa, decidida pelos Estados da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).”

[118.2] “É o caso das próprias Constituições, normas máximas desses países, que terão de ser ‘recompostas’ em **nova ortografia** portuguesa, adaptando-se às normas legais que, em cada país, incorporaram o **acordo** comum.”

[118.3] “Uma lei a mudar as Constituições? O Direito, que determina a **mudança ortográfica**, também é atingido por ela”

[118.4] “Há casos em que a própria Constituição trouxe para dentro de si a **oficialização da língua portuguesa** e das formas de expressão, como na Constituição brasileira.”

[118.5] “Efabulemos: poderia o Estado, numa provocação à literalidade de algumas Constituições, impor **a mudança de uma vasta parte da ortografia portuguesa**, desde que mantivesse a designação "língua portuguesa"? Uma língua pode ser imposta pelo Estado ou só deve por ele ser reconhecida?”

[118.6] “Uma **reforma ortográfica**, como está a ocorrer, não é uma reforma da língua.”

“Na medida em que o próprio povo não é devidamente informado acerca da **mudança ortográfica** promovida pelo seu Estado, não pode compreender seu alcance cultural, o único que justifica a referida medida.”

[118.7] “Provando-se, sociologicamente, que **as novas medidas** facilitarão o contato entre os povos e a circulação da leitura, serão muito bem-vindas.”

119. 05/02/2009 (Famílias se enfrentam em programa do SBT, por Daniel Castro)

[119.1] “O apresentador Luciano Huck diz que aproveitará o ‘Soletando’ para ‘levantar a bandeira’ da **reforma ortográfica**.”

120. 06/02/2009 (Ueba! Juliana Paes casa com bananeira!, por José Simão)

[120.1] “É que eu vi um cartaz na janela de um Fusca que arrasa qualquer **reforma ortográfica**: ‘VENDE-CE EÇA COIZA!’.”

121. 07/02/2009 (Crise! Compro revistas eróticas usadas!, por José Simão)

[121.1] “E a **reforma ortográfica**?”

[121.2] “Indiano com dois pênis parece **reforma ortográfica**.”

122. 08/02/2009 (passando a limpo, por Rarael Balsemão)

[122.1] “Em 1971, Antônio Carlos Sartini tinha dez anos e frequentava os bancos escolares quando precisou se adaptar à **reforma ortográfica**.”

[122.2] “Pela **nova regra**, o acento agudo nos ditongos abertos (éi, éu, ói) desaparece nas paroxítonas.”

[122.3] “Um novo fôlder, que servirá de bússola para grupos formados por familiares, virá dentro **das novas regras**.”

[122.4] “Em março, será lançado um guia do **acordo ortográfico** do Museu da Língua Portuguesa em parceria com as Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU).”

[122.5] “A quarta e última fase do trabalho será executar **as alterações previstas**.”

123. 09/02/2009 (A maratona da palavra, por Cássio Schubsky)

[123.1] “Antes de mais nada, aproveitemos que temos todos de recorrer ao dicionário e às gramáticas em tempos de **reforma ortográfica**.”

124. 10/02/2009 (É Carnaval! Não trema na linguíça!, por José Simão)

[124.1] “O Carnaval começou quente! Pegaram até a **reforma ortográfica**.”

125. 11/02/2009 (Painel, por Ranier Bragnon; Fábio Zanini e Silvio Navarro)

[125.1] “‘**Reforma ortográfica**’ – Severino Cabral, prefeito de Campina Grande nos anos 60, ganhou fama tanto pela argúcia política como pelo contorcionismo que praticava com o idioma. Tinha o hábito de redigir pessoalmente os decretos do município paraibano. Para não dar vexame, contratou um jovem universitário encarregado de revisar seus escritos.”

126. 11/02/2009 (Corrija textos sob a nova ortografia no Firefox e no BrOffice.org, por José Antônio Ramalho)

[126.1] “**Corretor ortográfico** Vero em ação no navegador Mozilla Firefox; Tela de instalação;soft verifica textos de acordo com a reforma”

[126.2] “Com a **mudança da ortografia**, usuários de processadores de texto e outros programas que permitem a digitação de palavras em campos de formulários ou páginas da internet encontrarão o inconveniente de ter palavras sendo digitadas corretamente sob a **nova ortografia**, mas apontadas como incorretas pelo revisor.”

[126.3] “Embora nos próximos três anos as duas grafias sejam aceitas, é importante iniciar o processo de adaptação **às novas regras**”

[126.4] “De nada adianta você escrever certo pela **nova ortografia**, e o processador de texto indicar que está errado.”

[126.5] “Quem usa o pacote gratuito BrOffice.org, por outro lado, já conta com um complemento que permite revisar um documento sob a **nova ortografia**.”

[126.6] “Esse método também pode ser usado por meio de sites que fazem a **revisão ortográfica**, como é o caso do www.portugueseexacto.pt ou do www.interney.net/conversor-ortografico.php.”

[126.7] “Role a tela até encontrar os links referentes ao **Acordo Ortográfico** para o Mozilla (Firefox).”

[126.8] “A partir desse momento, qualquer página da internet que for aberta e contiver uma área para edição de textos poderá ser usada com a **nova ortografia**.”

[126.9] “Instalando o novo conversor, você terá uma forma de escrever sob a **nova ortografia** em um editor de textos compatível com o formato do Word.”

[126.10] “A **correção ortográfica** funciona de maneira bem simples.”

127. 14/02/2009 (Carnaval! Sai o bloco É Mole Mas É Meu!, José Simão)

[127.1] “Os blocos tão na rua. E com **reforma ortográfica**. Hoje, na Vila Madalena, sai o bloco Trema na Linguíça! E o acento de salário? Salário não muda, continua a mesma merda!”

128. 15/02/2009 (Ueba! Indiano nasce com dois pingolins!, por José Simão)

[128.1] “É Carnaval. Pegaram até a **reforma ortográfica**. Em Sampa tem o bloco Não Trema na Linguíça. Com a camiseta "Minha Jiboia é Joia".”

[128.2] “E indiano com dois pênis parece **reforma ortográfica**. Indiano se escreve com um ou dois pênis? Rarará!”

129. 18/02/2009 (Ueba! Luma de perereca na Portela!, por José Simão)

[129.1] “E a Angela Bismarck? Com hímen velho! Ela fez plástica pra reconstituir o hímen. E vai ter que fazer de novo! Porque com a **reforma ortográfica** o hímen ficou velho! Não precisa de cirurgião. Precisa de arqueólogo. Chama o Indiana Jones! Rarárá!”

130. 19/02/2009 (Mercado Aberto, por Guilherme Barros, Cristiane Barbieri, Joana Cunha, Marina Gazzoni)

[130.1] “**NOVA ORTOGRAFIA** – A Vulcabras resolveu adequar sua marca Azaleia ao novo **acordo ortográfico**, que determina que os ditongos abertos "ei" e "oi" das paroxítonas deixem de ser acentuados. "Pelo acordo, poderíamos manter a grafia original por se tratar de uma marca, mas decidimos nos atualizar para garantir uma imagem moderna e atual das nossas marcas", diz Nádia Kirsch, gerente de marketing. A mudança se estende também à marca institucional Vulcabras/Azaleia.”

131. 22/02/2009 (Carnaval! Terra do Formigueiro Quente!, por José Simão)

[131.1] “E avisa pra Dilma não pular muito senão despenca tudo! E hoje vou dar a lista dos blocos do Brasilsão. São Paulo saiu com a **Reforma Ortográfica**: Não Trema na Linguíça.”

M) MARÇO DE 2009:

132. 08/03/2009 (NAS PROVAS: NOVA GRAFIA SERÁ EXIGIDA A PARTIR DE 2013)

[132.1] “O Brasil foi o primeiro país entre os que integram a CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa) a **adotar oficialmente a nova grafia.**”

[132.2] “Em janeiro daquele ano, os candidatos deverão utilizar as regras do **acordo ortográfico** tanto nas questões dissertativas como nas redações.”

133. 08/03/2009

[133.1] “É preciso ter noção do porquê das **alterações** [produzidas pelo novo **acordo ortográfico**], pois isso pode ser pedido na prova de atualidades. [...]”

134. 08/03/2009 (Candidatos podem usar regras pré e pós-reforma, por Raquel Bocato)

[134.1] “A advogada Cleide Maria Fontes, que afirma não pretender estudar a fundo as mudanças do novo **acordo ortográfico**.”

[134.2] “Em boa parte das provas de concursos, as perguntas e os textos de referência trarão as palavras do segundo bloco, que obedece às regras do novo **acordo ortográfico**.”

[134.3] “Quatro das maiores organizadoras do país – Esaf (Escola de Administração Fazendária), Cespe/UnB (Centro de Seleção e Promoção de Eventos, da Universidade de Brasília), Vunesp e NCE/UFRJ (Núcleo de Computação Eletrônica, da Universidade Federal do Rio de Janeiro) –, por exemplo, aceitam que os concursandos escolham entre a grafia **pré e pós-reforma** nas respostas.”

[134.5] “A organizadora, porém, informa aos candidatos que os conhecimentos a respeito da nova **reforma ortográfica** podem ser exigidos em suas seleções.”

[134.6] “[Eles] devem estar preparados para responder a questões objetivas acerca da **nova ortografia**, principalmente os que participarem de seleções para revisores e professores de língua portuguesa.”

[134.7] “Isso não significa que os de outras áreas não devam conhecer e estudar **as mudanças ortográficas**’, orienta o Cespe/ UnB.”

[134.8] “Até agora, não foram pedidos conhecimentos específicos sobre **as novas normas** nas provas deste ano.”

[134.9] “No entanto, o **acordo ortográfico** pode ser contemplado, ‘especialmente em concursos para áreas específicas, como o magistério’.”

[134.10] “A orientação que recebeu de professores foi a de dedicar seu tempo a outras matérias, pois, argumenta, a possibilidade de ter de responder questões sobre **as novas regras** é remota.”

135. 11/03/2009 ("Vocabulário Ortográfico" será lançado dia 19 e esclarece dúvidas)

[135.1] “Uma das principais dúvidas que restava do **Acordo Ortográfico**, a palavra ‘coerdeiro’ passa a ser grafada como ‘coerdeiro’.”

[135.2] “O que o Acordo especificamente não tratou, a filosofia é prevalecer a **tradição ortográfica**’, diz Bechara.”

[135.3] “Apesar de o texto do Acordo indicar que a palavra deve ser grafada com hífen e a letra h, Evanildo Bechara, coordenador da Comissão de Lexicografia e Lexicologia da ABL e um dos responsáveis pela elaboração do Volp, diz que ‘**o Acordo está em desacordo** com ele mesmo’”

136. 11/03/2009 (A reação à bizarrice, por Arnaldo Niskier)

[136.1] “HOUE CONFUSÃO em torno do **Acordo Ortográfico** da Unificação da Língua Portuguesa. Enquanto os meios intelectuais, no Brasil, aceitaram bem a reforma, em Portugal há uma grande reação.”

[136.2] “Um abaixo-assinado de 100 mil pessoas pediu a revisão do assunto. Alguns escritores chamam a decisão de ‘bizarrice’ e acusam **o texto do Acordo** de ‘inúmeras contradições e até mesmo equívocos’, o que não representa nenhuma tragédia, pois a correção poderá ser feita até 2012.”

[136.3] “O Ministério da Educação avaliará os livros didáticos, no próximo ano, somente se estiverem de acordo com a ‘**nova ortografia**’.”

[136.4] “Enquanto aqui o Ministério da Educação, para cumprir decreto do presidente Lula, marcou prazo para as alterações nos livros didáticos, em Portugal há um eloquente silêncio quanto **às novas regras gramaticais**.”

[136.5] “Os meios culturais de Portugal estimulam uma ‘guerra de palavras’. Só três jornais, dos mais importantes, adotam **os novos procedimentos**.”

[136.6] “Há um fato positivo, nisso tudo: intelectuais como o acadêmico António Valdemar, que é presidente da Academia Nacional de Belas Artes de Lisboa, são francamente favoráveis à imediata implantação do **Acordo Ortográfico**.”

137. 13/03/2009 (Coluna Mônica Bergamo, por Mônica Bergamo, Vinícius Queiroz Galvão, Diógenes Campanha e Débora Bergamasco)

[137.1] “CARTILHA – O Museu da Língua Portuguesa vai distribuir a seus visitantes, a partir do dia 16, um guia com as novas regras da **reforma ortográfica**. A cartilha também vai ser distribuída para 7.900 escolas estaduais e municipais de São Paulo.”

138. 14/03/2009 (Museu e FMU distribuem guia de reforma ortográfica em escolas)

[138.1] “Visitantes do Museu da Língua Portuguesa, bibliotecas e cerca de 7.900 escolas públicas do Estado de São Paulo receberão um manual com as mudanças propostas pelo **Acordo Ortográfico**, em vigor desde janeiro.”

[138.2] ““ O "Guia da **Reforma Ortográfica**" é resultado de uma parceria entre a FMU e o Museu da Língua Portuguesa.”

139. 18/03/2009 (Socuerro! Tamo com dois Paraguais!, por José Simão)

[139.1] “E não há **reforma ortográfica** que dê jeito. Avisa pro Kaxab que, em frente a uma escola, tá escrito no asfalto: "ESGOLA!". Vão esgolar crianças?! Os funcionários do Kaxab têm de voltar pra ESGOLA! Como a Carla Perez, que dizia I de "iscola". Corrigiram: "É com E". E ela: "Com E de 'ESQUEIRO!'". É mole? É mole, mas sobe! Ou, como diz o outro: é mole, mas trisca pra ver o que acontece!”

140. 18/03/2009 (Governo recebe hoje novo vocabulário oficial, por Luiz Fernando Vianna)

[140.1] “Publicação traz mudanças provocadas pelo **Acordo Ortográfico** e define a grafia de palavras que suscitavam dúvidas.”

[140.2] “O presidente da Academia Brasileira de Letras, Cícero Sandroni, entrega hoje a três ministros um calhamaço que poderá dirimir as últimas dúvidas sobre o **Acordo Ortográfico**.”

141. 20/03/2009 (Ueba! Clodovil usa auréola de néon!, por José Simão)

[141.1] “Olha como um político se identificou na lista de presença do velório do Clodovil: VEADOR DE SOROCABA! Não há **reforma ortográfica** que dê jeito!”

142. 21/03/2009 (Critério movediço embasa Volp, por Thais Nicoleti de Camargo)

[142.1] “Como, no sistema anterior, esse prefixo não se separava por hífen em nenhuma situação, era mesmo desnecessário interferir em grafias consolidadas, fato que, além de desafiar a **tradição ortográfica** da língua, seria um acinte ao princípio da simplificação, apregoadado por toda e qualquer **reforma ortográfica**.”

143. 21/03/2009 (SAI O NOVO VOCABULÁRIO OFICIAL)

[143.1] “Nova edição do Volp não seguiu **Acordo Ortográfico** em algumas palavras”

[143.2] “O que é o Volp: É o **vocabulário ortográfico** oficial da língua portuguesa elaborado pela Academia Brasileira de Letras.”

144. 21/03/2009 (Linguistas criticam publicação de vocabulário, por Luisa Alcantara e Silva)

[144.1] “A publicação já traz a grafia nova de palavras alteradas pelo **Acordo Ortográfico**, que entrou em vigor no início deste ano.”

[144.2] ““O Brasil deveria estar atento para isso, não levantando mais suscetibilidade nenhuma”, diz, lembrando o fato de alguns portugueses terem reclamado das **mudanças provocadas pelo Acordo** – enquanto apenas 0,5% do vocabulário brasileiro foi modificado, em Portugal a mudança chegou a 1,5%.”

[144.3] “José Luiz Fiorin, professor da USP e autor de livros sobre linguística, tem opinião semelhante: ‘O fato de o Brasil publicar um **vocabulário ortográfico** dá a impressão de que ele está querendo governar a implantação do Acordo’.”

145. 25/03/2009 (Acre repudia Acordo, que adota o termo "acriano", por Matheus Pichonelli)

[145.1] “O inimigo agora é o **Acordo Ortográfico**, que transformou ‘acreanos’ em ‘acrianos’.”

[145.2] “A reação conta com políticos, jornalistas e intelectuais do Estado, que prometem criar um blog, no site da Assembleia Legislativa, para dar início ao ‘Fórum de Defesa da Nossa Acreanidade’. No espaço, as pessoas vão poder manifestar repúdio ou apoio à **mudança ortográfica**.”

146. 28/03/2009 (Ueba! Tô preso no provador da Daslu!, de José Simão)

[146.1] “E mais uma da seção: não há **reforma ortográfica** que dê jeito. Olha o adesivo num carro em Franca: Jesus POTREGÉ! Rarará! Jesus só não potrege quem escreve. Jesus POTREGÉ O POTRÓGENES!”

147. 29/03/2009 (ESTRUTURAR IDEIAS: PARA ESPECIALISTA, REFORMA É TEMA MARGINAL EM EMPRESAS)

[147.1] “Para Laila Vanetti, diretora da Scritta, especializada em comunicação empresarial e língua portuguesa, as empresas aproveitam outros temas na hora de tratar da **reforma ortográfica**.”

[147.2] “Nunca me pediram um curso só sobre **reforma ortográfica**. Mas, dentro de outros cursos – como o de argumentar e convencer –, pedem para colocar um módulo [da reforma]”, diz.”

148. 29/03/2009 (Novo acordo é capitaneado pelas áreas de comunicação, de André Lobato)

[148.1] “A analista de comunicação Veridiana Vergeli Tavares da Silva, que participou de um curso sobre as **novas regras ortográficas**.”

[148.2] “Empresas não têm plano definido para a adesão à **reforma ortográfica**.”

[148.3] “Muitas empresas ainda não têm uma definição concreta de como farão para que todos os seus funcionários cheguem a 2012 – ano limite para que o novo **acordo ortográfico** seja adotado – escrevendo corretamente a língua portuguesa.”

[148.4] “Nosso material de comunicação já é feito pela **nova norma**. Em seguida, pretendemos treinar quem lida com a língua de maneira instrumental, como secretárias e advogados, e, depois, os executivos.”

[148.5] “A empresa disponibilizou manual e toda mensagem interna também segue a **regra nova**.”

[148.6] “Em março, o grupo lançou a revista ‘Renner’, com 700 mil exemplares, que é todo feito segundo as **novas normas**.”

N) ABRIL DE 2009:

149. 05/04/2009 (REFORMA ORTOGRÁFICA É TEMA DE CURSO)

[149.1] “O Ciee acaba de lançar um curso sobre o novo **acordo ortográfico** da língua portuguesa.”

150. 09/04/2009 (Por falar em "mais-que-perfeito"..., por Pasquale Cipro Neto)

[150.1] “Levados pela verdadeira salada “hifênica” que foi servida aos brasileiros pela **reforma ortográfica** (sim, reforma, e não **acordo ortográfico**, já que, por enquanto,

isso tudo não passa mesmo de uma **reforma ortográfica** – exclusivamente brasileira, visto que os demais países lusófonos ainda não a adotaram), vários leitores escreveram para perguntar sobre os hifens (ou hífenes) de ‘mais-que-perfeito’.”

151. 15/04/2009 (Galícia, na Espanha, também quer adotar o novo Acordo Ortográfico, por Luisa Alcântara e Silva)

[151.1] “A Galícia, comunidade autônoma da Espanha, quer adotar o **Acordo Ortográfico**.”

152. 16/04/2009 (Diário da reforma ortográfica, por Pasquale Cipro Neto)

[152.1] “A presente petição (contra o **Acordo Ortográfico**) deve ser apreciada em Plenário da Assembleia da República”

[152.2] “NAS ÚLTIMAS COLUNAS, fiz diversas referências ao ‘Volp’ (‘Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa’), peça fundamental depois que foi imposta a **reforma ortográfica** no Brasil (a bandeira do ‘Acordo’ – a unificação da grafia em todos os países lusófonos – ainda não se materializou).”

[152.4] “O relatório da Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, hoje divulgado, recomenda que o plenário deve ‘apreciar’ a petição contra o **Acordo Ortográfico** e que algumas das preocupações e sugestões ali referidas devem ser tomadas em conta.”

153. 22/04/2009 (TV Cultura, passado e futuro, por Marcelo Coelho)

[153.1] “Atualmente, o professor Pasquale Cipro Neto dá curtos esclarecimentos na TV Cultura a respeito da **reforma ortográfica**. É claro que não se trata de um programa que junte multidões para assisti-lo.”

[153.2] “Considero, por outro lado, que não existe nada inscrito de nascença, no DNA de um programa, que o faça ‘público’ ou ‘comercial’. Vinhetas sobre a **reforma ortográfica** ou documentários sobre a Bolívia podem perfeitamente ser aproveitados em canais a cabo, como a Globonews, por exemplo.”

154. 22/04/2009 (Reforma ortográfica: mais custos que benefícios, por Thaís Nicoletti de Camargo)

[154.1] “A **reforma ortográfica** apoia-se num documento lacunar e numa obra de referência marcada pela hesitação e pela inconstância de critérios.”

[154.2] “MUITO JÁ se falou sobre o **Novo Acordo Ortográfico**. A frouxidão de argumentos que embasaram a sua implantação, como a suposta necessidade de **unificar a grafia da língua** portuguesa nos países em que é o idioma oficial, em favor do estímulo ao intercâmbio cultural entre as nações lusófonas e da simplificação de documentos oficiais, já foi suficientemente denunciada.”

[154.3] “Não bastasse a inconsequência do projeto em si, **o texto que o tornou oficial** é tão lacunar e ambíguo que desafiou os estudiosos do idioma tanto no Brasil como em Portugal, fato que levou à produção de dicionários com grandes discrepâncias entre si.”

[154.4] “Sem um objetivo claro e com severas implicações financeiras, a **reforma ortográfica** apoia-se num documento lacunar e numa obra de referência marcada pela hesitação e pela inconstância nos critérios de regularização.”

155. 24/04/2009 (DIÁLOGOS LITERÁRIOS: LITERATURA, COMPARATIVISMO E ENSINO, por Caio Liudvik)

[155.1] “Em tempos de implantação de novo **acordo ortográfico** e de propalada integração cultural do mundo lusófono, ganha interesse especial conferir esta coletânea de ensaios sobre as literaturas brasileira, lusitana e dos países africanos de língua portuguesa.”

156. 08/06/2009 (Uma vitória afirmativa. E rara, por Juca Kfourri)

[156.1] “Na burra **reforma ortográfica**, a falta do acento em ‘para’, do verbo parar, causa confusões, como na coluna de ontem.”

157. 11/06/2009 ("A todo-poderosa ministra...", por Pasquale Cipro Neto)

[157.1] “Os adjetivos pátrios compostos e os dias da semana ficaram como eram, ou seja, continuam com hífen dos leitores, depois da bendita **reforma ortográfica**, diz respeito ao hífen em palavras compostas formadas por dois elementos.”

158. 17/06/2009 (Rebeldes da língua, por Ruy Castro)

[158.1] “Abgar Renault (1901-1995), um dos nossos mais subestimados poetas modernos – não necessariamente "modernistas" –, nunca aderiu às **reformas ortográficas** de 1943 e 1971.”

[158.2] “Movimento parecido, só que em massa, está acontecendo em Portugal, com a recusa dos lusos a aderir ao "**acordo**" **ortográfico** recém-decretado e já em uso no Brasil.”

159. 19/06/2009 (Houaiss ganha versão revista e mais acessível, por Marcos Strecker)

[159.1] “O Novo Dicionário Houaiss é o primeiro grande léxico a chegar às livrarias adaptado ao **Acordo Ortográfico**. Apenas versões reduzidas haviam sido revisadas.”

[159.2] “O novo dicionário não foi lançado para aproveitar o embalo do **Acordo Ortográfico**. Ao contrário. A adaptação **às novas regras** atrasou seu lançamento em mais de um ano.”

160. 20/06/2009 (Erramos)

[160.1] “Diferentemente do publicado na coluna "Rebeldes da língua", os portugueses não se recusam a dispensar o trema, regra adotada pelo novo **acordo ortográfico**. Portugal aboliu o trema desde o **Acordo Ortográfico** Luso-Brasileiro de 1945.”

161. 26/06/2009 (Mudança no hífen foi uma lambança, afirma Pasquale, por Juliana Coissi)

[161.1] “FOLHA - O sr. começou a dar aulas alguns anos depois da **Reforma Ortográfica** de 1971. Foi diferente a reação do público daquela época?”

162. 16/07/2009 (Ainda sobre 'velharias'..., por Pasquale Cipro Neto)

[161.2] “Mas a **reforma** não aboliu o hífen desse tipo de palavra composta?”, perguntaram vários leitores, ainda confusos com as maravilhas perpetradas pelo superclaro texto do ‘**(Des)Acordo Ortográfico**’.”

163. 03/08/2009 (O futuro do português no mundo, por João Caetano e Mônica Villela Grayley)

[163.1] “Vinte anos depois, o **Acordo Ortográfico** continua a despertar discussões calorosas, não só em Portugal mas também na ex-colônia portuguesa das Américas.”

[163.2] “Em 1989, Francisco Moraes Sarmiento escreveu, na revista "Leonardo", que "a língua portuguesa morreu e está transformada numa língua de escravos, servos e bárbaros", discordando da proposta do **Acordo Ortográfico**, na qual via a perda de poder e influência de Portugal em relação ao Brasil.”

164. 06/08/2009 (Portugueses resistem a adotar nova ortografia, por Marcos Strecker)

[164.1] “Europeus se mobilizam contra o **Acordo Ortográfico** e despertam dúvidas sobre sua aplicação em Portugal.”

[164.2] “Desde o início do ano, o novo **Acordo Ortográfico** já é uma realidade no Brasil.

[164.3] “Portugal, por enquanto, não há acordo.”

[164.4] “A petição "Manifesto em defesa da língua portuguesa contra o **Acordo Ortográfico**" foi apreciada por uma comissão parlamentar, onde um relatório do deputado Feliciano Barreiras Duarte foi aprovado recomendando a apreciação pela Assembleia Nacional.”

[164.5] “Os dois maiores grupos editoriais do país (Leya e Porto Editora) ainda não têm planos de adotar **a nova ortografia**.”

[164.6] “Principal crítico do **acordo ortográfico** em Portugal, o tradutor Vasco Graça Moura diz que o grande número de assinaturas que conseguiu reunir já era esperado.”

[164.8] “Sem contar que adoptá-lo nessas condições seria estimular o **fosso ortográfico** que tanto se dizia querer evitar.”

165. 13/08/2009 (Ueba! Collor transmite gripe equina!, por José Simão)

[165.1] “E continua a série não há **reforma ortográfica** que dê jeito. Placa numa oficina em Sampa: ‘ÇÓ PESSAS’. Esse é designer gráfico! E a placa num terreno no Nordeste: ‘Não JEGUE lixo!’. E essas: Deus POTREJA essa casa. E xbeico e amburg? Eu adoro o Brasil porque todo mundo escreve errado, mas todo mundo se entende!”

166. 14/08/2009 (Sobrou até para o Jason, por Xico Sá)

[166.1] “O que São Paulo precisa, para aguentar os proibidões em plantão permanente, é mais delírio e menos patrulha. Menos Caxias e mais personagens de "Pornopopéia" (ed.

Objetiva), livração do Reinaldo Moraes _com acento mesmo, ao contrário do que dita a **reforma ortográfica**.”

167. 26/08/2009 (Dicas: sites reúnem dicas e tiram dúvidas sobre a reforma ortográfica)

[167.1] “Pela internet, é possível esclarecer dúvidas sobre a **reforma ortográfica**.”

[167.2] “O **Reforma Ortográfica** (www.reformaortografica.com) se propõe a ser uma guia, com tabelas sobre acentuação, hífen e trema, por exemplo.”

168. 26/08/2009 (Corretor deixa de marcar termos errados, por Thaís Nicoleti de Camargo)

[168.1] “A euforia em torno do Novo **Acordo Ortográfico** e a perspectiva de não precisar aprender as novas regras devem estimular a venda de programas de correção automática.”

169. 10/09/2009 (Ciladas ortográficas, por Pasquale Cipro Neto)

[169.1] “Problemas e/ou surpresas à parte, resta-nos aceitar a (às vezes aparente) incoerência e memorizar a **grafia oficial**”

[169.2] “TENHO andado Brasil afora para falar da bendita **reforma ortográfica**.”

[169.3] “Como não quero os meus cinco minutos de glória ou de fama, não vou falar da **dita-cuja**, mas de algumas das perguntas e inquietações que me têm sido apresentadas nesses encontros.”

[169.4] “Boa parte da culpa por esse equívoco é da imprensa, que ainda insiste em falar das ‘**mudanças na língua**’, quando se refere à **reforma** (sim, reforma, e não acordo – que diabo de acordo é esse, ao qual só o Brasil aderiu?).”

170. 15/10/2009 (FOLHA CORRIDA)

[170.1] “Tecnologia – Usuários do Office 2007 já podem fazer o download gratuito das atualizações do **verificador ortográfico** para adequá-lo ao novo **Acordo Ortográfico**. folha.com.br/0928710”

171. 21/10/2009 (0,5%)

[171.1] “das palavras foram alteradas no Brasil com a **reforma ortográfica**, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2009.”

172. 21/10/2009 (Office ganha atualização para a reforma, por Rafael Capanema)

[172.1] “Na semana passada, a Microsoft colocou para download gratuito a atualização do corretor do Office, ajustado para a **reforma ortográfica**.”

[172.2] “A atualização pode ser baixada em www.microsoft.com/brasil/reformaortografica.”

[172.3] “Assinado há um ano pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o **Acordo Ortográfico** entrou em vigor em 1º de janeiro de 2009, com período de adaptação que vai até 31 de dezembro de 2012.”

[172.4] “‘O suporte estendido não cobre adições ou ajustes de funcionalidade’, como é o caso da atualização para a **reforma ortográfica**.”

[172.5] “Para a próxima versão do Office, a 2010, a Microsoft estuda permitir que o usuário opte pelo dicionário da **nova ortografia**, pelo da antiga ou por um terceiro que mescla ambas.”

[172.6] “Um dos maiores concorrentes do Office, o pacote gratuito BrOffice.org oferece desde julho do ano passado o download de seu **verificador ortográfico** atualizado para a reforma.”

173. 21/10/2009 (Verificador ortográfico ainda tem lacunas, por Thais Nicoleti de Camargo)

[173.1] “A Microsoft pôs à disposição dos internautas a atualização do **verificador ortográfico** do Office 2007, que promete adequar a grafia das palavras ao Novo **Acordo Ortográfico** da Língua Portuguesa, em vigor no Brasil desde janeiro.”

[173.2] “‘O acento diferencial de ‘côa’ (substantivo e forma do verbo ‘coar’) também passa despercebido pelo **verificador ortográfico** – é verdade que a sua supressão só aparece oficialmente na errata do Volp (‘Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa’), o que ocorre também com as grafias, agora corretas, ‘rádio-vitrola’, ‘rádio-gravador’, ‘rádio-cassete’ e ‘soto-posto’, que o corretor ainda considera erradas.’”

174. 03/12/2009 (O consumo excede "a" ou "à" capacidade?, por Pasquale Cipro Neto)

[174.1] “EM QUASE TODAS AS PALESTRAS que proferi Brasil afora, neste ano e no último trimestre do ano passado, para tratar do “**(Des)Acordo Ortográfico**”, muita gente me perguntou sobre o acento indicador de crase.”

[174.2] “Antes de ir ao ponto, convém repetir: por enquanto e talvez para sempre, o nome correto desse mostrengo é “**Reforma Ortográfica Brasileira**”, já que nenhum dos outros sete países lusófonos colocou em vigor as lambanças perpetradas pelo nefasto “**(Des)Acordo Ortográfico**”.”

175. 12/12/2009 (Novo presidente da ABL quer formar jovens acadêmicos, por Caio Barreto Briso)

[175.1] “Entre as prioridades da gestão, estão a divulgação da **nova ortografia da língua portuguesa** e o centenário de Rachel de Queiroz.”

[175.2] “Além de realizar conferências, no ano que vem, para lembrar o ano do centenário de morte de Joaquim Nabuco – que foi secretário-geral da casa durante a presidência de Machado de Assis –, e dos centenários de nascimento de Rachel de Queiroz e Noel Rosa, Vilaça pretende divulgar o novo **Acordo Ortográfico** da Língua Portuguesa.”

176. 12/12/2009 (Livros Jurídicos)

[176.1] “Inclui, em ordem alfabética, temas distintos em vários campos da informação, que vão do **acordo ortográfico** da língua portuguesa aos símbolos nacionais e aos prazos processuais.”

177. 22/12/2009 (Brasília Urgente! Um feliz 2.010%, por José Simão)

[177.1] “Não há **reforma ortográfica** que dê jeito. Olha a manchete do jornal “Divisor”, de Mato Grosso: “Vice-prefeita Tetê NAS MÃO da comissão”. Rarárá. E olha esse para-choque de caminhão: “A palavra é prata. O CILÊNCIO é ouro”.”

178. 28/12/2009 (A professora Marilu, e o medo de perder a lucidez, por Estêvão Bertoni)

[178.1] “Além de professora, Marilu foi revisora – acatou a **Reforma Ortográfica**, mas sob protestos.”

TRECHOS CUJOS DISCURSOS MANIFESTAM-SE CONTRA A IMPLANTAÇÃO:

[5] “Sendo a ortografia uma pequena dimensão da vida da língua, seria legítimo esperar que não fosse necessário o acordo ortográfico.”; “deviam ser esses países a decidir o desacordo [...]”; “A língua portuguesa deve ser deixada em paz, entregue à diversidade que torna possível que nos entendamos em português.”

[6] “Uma velha questão que motivou diversos acordos e nenhum deles foi realmente respeitado.”; “O grande público ignora, mas está em discussão, aliás, continua em discussão, o acordo ortográfico [...]”; “a torre do consenso humano jamais chegaria ao céu.”

[8] “acordo atende ao Brasil”; “Vasco Graça Moura é um dos mais ferrenhos opositores ao acordo ortográfico.”

[12] “A maior parte das modificações parece cosmética, para não dizer ociosa.”; “Diante da pequenez da mudança e de sua irrelevância, é descomunal a energia a despender na assimilação das novas regras.” “Ótimo seria se o governo brasileiro seguisse o de Portugal, abandonando a pressa injustificável.”

[25] “Afim, já passou a valer tudo mesmo, em matéria de língua”; “penso em como os doutos do vernáculo legislam no vazio.”

[27] O mais fascinante de uma leitura da obra nesse momento é comprovar a mesquinhez do motivo e do alcance das modificações conchavadas, se as comparamos com as modificações que o processo histórico de formação da língua fez.”; “Alterações que, antes, acompanhavam a construção e a ruína de impérios, suas guerras, conquistas, derrotas, migrações, reassentamentos e saudades, agora são decididas obscuramente em gabinetes de governantes, a serviço de miseráveis interesses comerciais.”

[28] “Lula assina decreto amanhã”; “terão de ser editados segundo o acordo ortográfico”; “o decreto será particularmente rigoroso”; “as mudanças se tornassem obrigatórias”

[29] “Acordo ortográfico? Não, obrigado. Sou contra. Visceralmente contra. Filosoficamente contra. Linguisticamente contra.”; “Acordo ortográfico? O gesto é prepotente e apedreia.”; “Acordo ignora identidades culturais”

[30] “Que língua é essa?”; “Achou tudo uma feiura? Será que você vai aguentar tanta mudança?”; “No Brasil, alguns descreem que o país adote as normas em apenas quatro anos. Tampouco que entrem em vigor, de fato, em Portugal.”

[39] “Rará.”; “Isso prova que ele assina sem ler!”; “Alguém aí sabe me dizer se refolma outogáfrica se inscreve com dois esse ou cê cidrila.”

[40] “teremos que escrever desse jeito”; “Além de perder nosso drama, temos que estudar português.”

[43] “O sujeito queria destruir o mundo por causa de um "i" no lugar de um "u". Ameaçou derrubar o governo, acabar com as instituições. Eu não

cheguei a tanto, mas confio no novo acordo ortográfico, que me dará a mãe que não tive.”

[44] “Em primeiríssimo lugar, pergunto se há realmente necessidade cultural e prática para estabelecer regras ortográficas a serem usadas pelos países de língua lusófona.”; “Considerar o acordo como um instrumento poderoso para a unificação cultural e espiritual dos povos lusófonos é apenas uma boa intenção.”; “Foi um enorme esforço que os portugueses poderiam classificar de "bestial".”

[47] “Com a placa "APEZAR da reforma estamos funcionando". Apesar da reforma ortográfica? Rarará!”

[48] “Para ser devidamente abastecido, passei a escrever bilhetes para ela, fui talvez o primeiro cara do mundo que usou a porta de uma primitiva geladeira para deixar um aviso doméstico. Escrevia lingüiça corretamente, sem o trema que está para ser abolido pelo novo acordo ortográfico. Eu não sabia que estava à frente do meu tempo, embora atrasado no tempo dos outros.”

[49] “o texto tampouco faz referência ao uso ou à ausência do hífen em formações como "zunzunzum", "zás-trás" e "blablablá".”

[52] “Vão do talvez excessivo número de reformas ortográficas ao mau ensino/aprendizado da língua”

[56] “Não bastasse o Novo Acordo Ortográfico, que entra em vigor a partir de 1º de janeiro, editores e lexicógrafos, profissionais responsáveis pela inclusão ou não de uma palavra num dicionário, têm de analisar expressões que pipocam, por exemplo, aqui, nas páginas de um jornal, ou acolá, na fala do povo.”

[58] “apesar da reforma ortográfica que se implanta em 2009”

[60] “além da subjetividade de certos pontos do acordo”; “falta de exemplos que ilustrem a aplicação das novas regras”; “não é definida claramente [...]”

[65] “o Senado e a Câmara dos Deputados vão ignorar o início da vigência do acordo ortográfico.”; “Ou seja: estão longe da implantação do acordo.”

[69] “Nesta Folha e em outros veículos, já expressei claramente minha oposição a esse estéril e inoportuno Acordo, cujo custo supera o suposto benefício.”

[70] “Acordo Ortográfico entra em vigor hoje com indefinições”; “Texto do Acordo não deixa claro como ficará a grafia de uma série de palavras,”

[71] “o Acordo Ortográfico produz muito barulho por quase nada.”

[73] “Qualquer especialista sabe que as maiores dificuldades na aquisição de nosso sistema ortográfico residem na representação de alguns fonemas (unidades sonoras) como o que se representa por "X" e por "CH" (xale, chapéu, enxame, encher) e o que se representa por "Z", por "S" e por "X" (rezar, pesar, examinar).”; “É preciso lembrar ainda que, sendo o sistema ortográfico vigente no Brasil o modelo do Acordo, são mínimas as alterações que nos atingem.”; “Finalmente, é preciso saber o que se está entendendo por "reforma da língua".”

[78] “ignoraram o início da vigência”; “não se prepararam para a mudança”

[79] “Reforma sem rigor”; “Carente de coerência”; , “o que há de criticável, na verdade, não é a medida em si – muito pelo contrário –, nem é este ou

aquele acento que se tira ou que se põe, antes diz respeito ao rigor que o conjunto nos fica a dever,”

[80] “Acredita que as regras irão pegar?”

[81] “O Acordo Ortográfico determinou o fim de alguns acentos gráficos. Um dos fulminados pela nova regra é o acento agudo [...]”

[85] “Campanha contra a reforma ortográfica: eu quero botar os pingos nos us! Rarará!”; “E aviso aos navegantes: não é reforma pornográfica, é ortográfica. E não vão mexer no hífen, mas no hífen! Reforma ortográfica.”; “Essa é reforma pornográfica: em 2009, faça um 69! E a reforma ortográfica já tá sendo chamada de Reforma pra Encher Linguíça! Ou, numa tradução mais erudita: tiraram as bolas da linguíça.”

[87] “(Des)Acordo Ortográfico”; “A "Base XVI" ("Do hífen nas formações por prefixação, recomposição e sufixação") do texto oficial do Acordo não é precisa o bastante [...]”

[88] “E a reforma ortográfica? Diz que o professor perguntou pra bibinha: "Em pica-pau onde você bota o hífen?". "NOS DOIS, é claro." Rarará! Continuo contra a reforma ortográfica. Eu quero botar os pingos nos us. Trauma do trema!”; “Acabo de receber mais um exemplo irado de antitucanês. É que em Orolândia, no interior do Pará, na Transamazônica, tem um inferninho chamado Centa o Pau! CENTA? Centa do famoso verbo centar! Reforma ortográfica! O pintor estudou na mesma escola do Lula.”

[89] “a reforma ortográfica, que está queimando as pestanas dos que vivem da língua portuguesa.”; “[...] foi feita só para suprimir o trema. É o único ponto sobre o qual ninguém parece discordar.”; “Muitos se rebelam contra tais alterações e ameaçam ir às últimas para não ter de escrever antissegregacionismo, bensuscedido ou ad-renalina”; “Um dos argumentos para a reforma é a de que a dupla ortografia impedia a difusão da língua portuguesa no exterior. Temo que, com o acordo, a língua continue secreta fora dos países lusófonos, mas, pelo menos, estará unificada.”

[90] “E o Lula gosta de beber e não gosta de ler. E assim mesmo ele implantou a Lei Seca e assinou a reforma ortográfica. Esse país é muito louco.”; “E essa reforma ortográfica não é bem uma reforma, é um puxadinho. Um puxadinho ortográfico. Rarará!”

[91] “E continuo contra essa reforma ortográfica. É o trauma do trema: eu quero botar os pingos nos us! Rarará!”

[99] “salvou-o, preservado da reforma ortográfica que o país acaba de adotar.”

[100] “"Acordo" ainda é um "Desacordo"; “A pressa é inimicíssima da perfeição”.

[102] “fim a dúvidas do Acordo”

[103] “enfrenta as mesmas alterações ortográficas da escrita comum.”

[104] ““Não estou entendendo a reforma ortográfica””

[106] E moral da reforma ortográfica: mocreia perdeu o acento, mas continua feia!”

[109] Que nada. Enquanto alguns quebram a cabeça para se adequar a novas regras da língua portuguesa, outros estão preocupados mesmo é em criar idiomas e modificá-los como bem entenderem.”

[115] “E socuero! Véia não tem mais acento. Tô arrasado! Antes era: injeção na veia da véia. Agora é injeção na veia da veia! E Dança do Créu tem acento? Tem de ter. Porque o fundamental do funk é ter ACENTO! ENORME!”; “E um leitor me escreveu desesperado sobre a reforma ortográfica: diarreia não tem mais acento. Então só tomando um Imosec.”

[117] “E duas novas regras do Acordo Ortográfico: mocreia perdeu o acento, mas continua feia. E jamais trema em cima da lingüiça.”

[118] “Antes de mais nada, aproveitemos que temos todos de recorrer ao dicionário e às gramáticas em tempos de reforma ortográfica.”

[120] É que eu vi um cartaz na janela de um Fusca que arrasa qualquer reforma ortográfica: "VENDE-CE EÇA COIZA!". Rará! Mais direto, impossível. Viva o Brasil. Viva o antitucanês!

[121] “E a reforma ortográfica? Olha o que eu vi numa garagem: "ESTALADOR SKY"! Sensacional. Esse deve estalar todos os televisores. Num INSTALAR DE DEDOS. Estale o seu Sky num instalar de dedos. E a imbatível placa de camelô: "Temos Shrek dubrado". Sensacional!”; “Indiano com dois pênis parece reforma ortográfica. Como se escreve indiano? Com dois pênis! Rará!”

[122] “Na realidade, nenhum Estado pode impor uma nova língua a seu povo, mas apenas reconhecer e expressar-se naquela língua, adotada por esse mesmo povo. É o reconhecimento de uma identidade. O contrário só seria imaginável em conquistas imperialistas ou colonialistas que subjuguem outras culturas.”; “A variedade (que também é riqueza) da língua portuguesa está longe, muito longe, de se esgotar na ortografia.”

[124] “O Carnaval começou quente! Pegaram até a reforma ortográfica. Acaba de sair em BH o bloco Não Trema na Língua. E olha a placa: "Flango açado kom falofa pala viagem". Esse tem que pagar "copirraite" pro Lula.”

[125] “Como é que se escreve "passu"? - Depende. Se for o paço municipal, é com cedilha. Se for do verbo passar, é com dois esses. A explicação, porém, não satisfaz o prefeito: - Seu burro! Eu quero saber é do "passu" que "avoá!”

[127] “Hoje, na Vila Madalena, sai o bloco Trema na Língua! E o acento de salário? Salário não muda, continua a mesma merda!”

[128] “Em Sampa tem o bloco Não Trema na Língua. Com a camiseta "Minha Jiboia é Joia".”; “E indiano com dois pênis parece reforma ortográfica. Indiano se escreve com um ou dois pênis? Rará!”; “Há coisas para as quais a reforma não funciona”

[129] “E vai ter que fazer de novo! Porque com a reforma ortográfica o hímen ficou velho!”

[131] “Não Trema na Língua.”

[132]: “Jesus só não potrege quem escreve”

[138] “A reação à bizarrice”; “Enquanto os meios intelectuais, no Brasil, aceitaram bem a reforma, em Portugal há uma grande reação.” ; “Academia

Brasileira de Letras lançou o seu primeiro Dicionário Escolar, com 30 mil verbetes. Está naquela situação bem retratada pela "cantora" Maria Joaquina Dobradiça da Porta Baixa, na música interpretada pelo humorista Castro Barbosa, na famosa PRK-30 (Rádio Nacional): "Ah, eu tenho dois amores – um aqui, outro acolá. O de cá pede que eu fique; o de lá pede que eu vá. Não sei se vou ou se fico".

[139] “E não há reforma ortográfica que dê jeito.”

[141] Não há reforma ortográfica que dê jeito!”

[142] “Critério movediço embasa Volp”; “Finalmente, chega às livrarias a nova edição do Volp ("Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa"), aguardada como a palavra final sobre as questões suscitadas pelo texto oficial do Acordo, sabidamente lacunar, sujeito a interpretações.”; “Bem ou mal, está assim consolidada a ortografia do português do Brasil.”

[143] “ [...] que procurou preencher lacunas do Acordo.”; “O presidente da Academia Brasileira de Letras, Cícero Sandroni, entrega hoje a três ministros um calhamaço que poderá dirimir as últimas dúvidas sobre o Acordo Ortográfico.”

[144] “Nova edição do Volp não seguiu Acordo Ortográfico em algumas palavras”; “Indefinição: Novo vocabulário manteve tanto a grafia nova quanto a antiga em alguns casos polêmicos.”

[145] “Linguistas criticam publicação de vocabulário”; “[...] publicar a obra sem discutir lacunas do Acordo com as outras nações lusófonas.”; “O hífen, por exemplo, gerou muitas dúvidas, uma vez que o Acordo não era claro sobre a sua utilização, ou seja, a ABL decidiu internamente a grafia de muitas palavras e expressões, como "coerdeiro", sem hífen e sem a letra "h", embora o texto oficial indicasse o uso de "co-herdeiro".”

[146] “Acre repudia Acordo”; “O inimigo agora é o Acordo Ortográfico”

[147] “PARA ESPECIALISTA, REFORMA É TEMA MARGINAL EM EMPRESAS.”

[150] “Só nos cabe engolir que a regra é que não há regra clara; é preciso decorar as exceções e ter o 'Volp' à mão.”; “Vou poupar o prezado leitor dos tais exemplos, quase todos mais do que inúteis, já que quase todas as expressões listadas jamais foram escritas com hífen.”; “Mas só nos cabe engolir que a regra é que não há regra clara, que é preciso decorar as exceções e, sobretudo, que é mais do que preciso ter à mão o recém-lançado "Vocabulário Ortográfico", para verificar que destino se deu a este ou àquele caso.”

[152] “O relatório da Comissão Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, hoje divulgado, recomenda que o plenário deve 'apreciar' a petição contra o Acordo Ortográfico e que algumas das preocupações e sugestões ali referidas devem ser tomadas em conta.”

[154] “Reforma ortográfica: mais custos que benefícios”; “A reforma ortográfica apoia-se num documento lacunar e numa obra de referência marcada pela hesitação e pela inconstância de critérios”; “A frouxidão de argumentos que embasaram a sua implantação”; “Se o uso do vocabulário e das estruturas sintáticas, os diferentes significados que alguns termos assumem em cada país, o leque de referências culturais que dão à língua sua feição local, para não falar na concorrência de outros idiomas (no caso das nações africanas e do Timor Leste), são obstáculos relativamente pequenos

ao intercâmbio cultural, que dizer de pormenores como hífen e acentos?"; "A ideia de unificação, que produziu um discurso politicamente positivo em torno do assunto, além de não ter utilidade prática, gera vultoso gasto de energia e de recursos, que bem poderiam ser empregados no estímulo à educação e à cultura."; "Não bastasse a inconseqüência do projeto em si [...]"; "Em lugar da solução dos pontos ambíguos do texto, o que se viu foi um misto de inobservância de princípios claramente propostos no documento oficial com hesitação entre o novo e o antigo, redundando, em muitos dos casos, em escolhas aparentemente aleatórias."; "Ainda pior que isso é a hesitação: criaram-se grafias duplas ("sub-humano" e "subumano"; "abrupto" e "abrupto" e até "prerrequisito" e "pré-requisito", entre muitas outras) sem um critério seguro que as afiançasse."; "O conceito é por demais vago, tanto que não garantiu a manutenção pura e simples da grafia "abrupto", esta sim consagrada pelo uso."; "Fica a incômoda impressão de que os custos serão bem maiores que os supostos benéficos."; "Melhor trabalho teria sido a regularização do hífen com "bem" e "mal", nem sempre percebidos como prefixos. Louvável ainda teria sido o registro dos principais estrangeirismos em uso na língua, respeitando grafias consagradas em seu idioma de origem, dado que hoje não há tendência ao aporuguesamento."

[156] "Na burra reforma ortográfica, a falta do acento em "para", do verbo parar, causa confusões, como na coluna de ontem. E, onde estava escrito que todas as autoridades falharam na questão da violência, a exceção é obrigatória: o comandante do Estatuto do Torcedor, José Luiz Portella não falhou, ao contrário."

[157] "Os adjetivos pátrios compostos e os dias da semana ficaram como eram, ou seja, continuam com hífen dos leitores, depois da bendita reforma ortográfica, diz respeito ao hífen em palavras compostas formadas por dois elementos."; "A lambança foi tanta, que..."

[158] "Rebeldes da língua"; "Foi um dos expoentes da gloriosa Universidade do Brasil, chegou a ministro da Educação e defendeu o Brasil na Unesco. Pois nem assim. Seus textos em prosa e poemas aportavam nas editoras cheios de "yy" e "ph" e eram convertidos para a ortografia vigente."; "É como eles veem a língua, e fazem bem em defender seu patrimônio."; "Pois, para nenhuma surpresa, aqui e além-mar, entende-se tudo. E por que não? É a mesma língua portuguesa. Nisso está o seu encanto."

[161] "Mudança no hífen foi uma lambança, afirma Pasquale"; "PASQUALE CIPRO NETO - Sim, porque as mudanças daquela reforma foram poucas, ligadas aos acentos. Desta vez, tem a questão do hífen que é um inferno."; "A reação geral é negativa, sobretudo pelas confusões que foram feitas em relação ao hífen. Foi uma verdadeira lambança, porque a coisa foi interpretada de dois jeitos e não estava clara. O texto em si é confuso, muitas das decisões foram arbitrárias."

[162] "[...] perguntaram vários leitores, ainda confusos com as maravilhas perpetradas pelo superclaro texto do "(Des)Acordo Ortográfico"."

[163] "Vinte anos depois, o Acordo Ortográfico continua a despertar discussões calorosas, não só em Portugal mas também na ex-colônia portuguesa das Américas."; "Mas o português não tem ainda suficiente peso internacional, ao contrário do que se passa com outros idiomas, por ausência de uma política eficiente para a língua."; "O reconhecimento do estatuto de uma língua é medido não só pelo número de falantes mas também pelo espaço que ela ocupa no cenário internacional, contando as transações comerciais que são realizadas nessa língua (incluindo os eventos culturais e todas as boas ideias [...]); "Nos países onde se fala português, sejam eles grandes ou pequenos, não faltam pessoas de grande mérito, à escala mundial."

Essa é a certeza de que faz sentido promover inteligentemente a língua portuguesa, mesmo se essas pessoas falam bem outras línguas. O português defende-se com bons argumentos, onde quer que seja falado.”

[164] “Portugueses resistem a adotar nova ortografia”; “Europeus se mobilizam contra o Acordo Ortográfico e despertam dúvidas sobre sua aplicação em Portugal.”; “Desde o início do ano, o novo Acordo Ortográfico já é uma realidade no Brasil. Portugal, por enquanto, não há acordo.”

[165] “E continua a série não há reforma ortográfica que dê jeito. Placa numa oficina em Sampa: "ÇÓ PESSAS". Esse é designer gráfico! E a placa num terreno no Nordeste: "Não JEGUE lixo!". E essas: Deus POTREJA essa casa. E xbeico e amburg? Eu adoro o Brasil porque todo mundo escreve errado, mas todo mundo se entende!”

[166] “O que São Paulo precisa, para aguentar os proibições em plantão permanente, é mais delírio e menos patrulha. Menos Caxias e mais personagens de "Pornopopéia" (ed. Objetiva), livração do Reinaldo Moraes _com acento mesmo, ao contrário do que dita a reforma ortográfica.”

[167] “Pela internet, é possível esclarecer dúvidas sobre a reforma ortográfica.”

[169] “Ciladas ortográficas”“Problemas e/ou surpresas à parte, resta-nos aceitar a (às vezes aparente) incoerência e memorizar a grafia oficial”; “TENHO andado Brasil afora para falar da bendita reforma ortográfica. Querem que eu explique o quase inexplicável. Refiro-me às trapalhadas relativas ao emprego do hífen, com as quais as pessoas não se conformam.”; “O que houve não foi uma mudança na língua, caro leitor. Não se muda a língua por lei, decreto etc. A língua muda, sim, mas não dessa forma. São seus usuários que promovem as mudanças.”; “Problemas e/ou surpresas à parte, resta-nos aceitar a (às vezes aparente) incoerência e memorizar a grafia oficial. É isso.”

[173] “Para se ajustar totalmente às idiosincrasias da reforma, ainda falta um pouco.”

[174] EM QUASE TODAS AS PALESTRAS que proferi Brasil afora, neste ano e no último trimestre do ano passado, para tratar do "(Des)Acordo Ortográfico", muita gente me perguntou sobre o acento indicador de crase.”; “Moral da história: o emprego do acento indicador de crase nada tem que ver com orto/grafia, portanto não poderia ter sido um dos objetivos do "(Des)Acordo".”

[177] “Não há reforma ortográfica que dê jeito. Olha a manchete do jornal "Divisor", de Mato Grosso: "Vice-prefeita Tetê NAS MÃO da comissão". Rarará. E olha esse para-choque de caminhão: "A palavra é prata. O CILÊNCIO é ouro".” (ironia)

TRECHOS CUJOS DISCURSOS MANIFESTAM-SE A FAVOR DA IMPLANTAÇÃO:

[2] todos se adaptaram à reforma de 1971”; “A reforma também será vantajosa”;

[3] “poder usar o português como uma de suas línguas oficiais, o que não é possível hoje pela falta de uniformidade ortográfica.”

[9] ““o acordo é bom para os dois países.”” ““a simplificação do emprego do idioma vai possibilitar o incremento das relações culturais””

[10] “Parlamento português aprova acordo ortográfico”

[14] “Ministro português quer política comum para língua”; “Porque sem uma alteração ortográfica nós não temos uma política internacional comum para a língua. Não temos motores de busca que vão atrás de quatro versões gráficas da mesma palavra. Não temos um programa informático que varie em função dessas coisas.”

[17] “para difundir língua portuguesa”; “aprovou o novo acordo ortográfico”

[22] “Lula e o debate democrático”; “Foi cobrada do governo a assinatura urgente da implementação do acordo ortográfico.”

[54] “Acordo esse que unifica nos países falantes do idioma a forma oficial da escrita, objetivo pelo qual a academia tanto se empenha por considerar ser a língua fundamental para nossa maior presença nesses tempos de mundialização.”

[61] "Mas é uma questão de tempo para as pessoas se acostumarem." (Ana Estela de Souza Pinto)

[64] “reforma não ameaça identidade da língua”

[66] “Com muita sabedoria, unificou-se, respeitando-se a diversidade de pronúncia refletida em formas históricas de grafar.”; “O acordo é tecnicamente imperfeito. Apesar disso, sou favorável a ele por seu alcance político.”; “É nesse contexto que deve ser visto, em seu valor simbólico. Visa a afirmar, por meio da unificação ortográfica, uma unidade linguística de base, que emerge de uma grande diversidade e que é o símbolo da união dos povos da CPLP.”

[92] “no Brasil, que tem menos palavras modificadas, o limite é até o fim de 2012.”

[96] “Acordo altera só 0,5% das palavras no Brasil.”

[108] “Alguns colégios já estão solicitando livros que contemplem a reforma ortográfica da língua portuguesa.”

[113] “Ortografia comum beneficia todos”

[119] “O apresentador Luciano Huck diz que aproveitará o "Soletrando" para "levantar a bandeira" da reforma ortográfica.”

[136] “"Vocabulário Ortográfico" será lançado dia 19 e esclarece dúvidas”

[151] “Galícia, na Espanha, também quer adotar o novo Acordo Ortográfico”

[175] “Vilaça pretende divulgar o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.”

TRECHOS QUE TRAZEM ENUNCIADOS QUE REPRESENTAM AS OPERAÇÕES DE COMUTAÇÃO:

[3.2] “Cavaco Silva também disse ser a favor de Portugal e Brasil utilizarem o **mesmo sistema ortográfico**, independentemente das diversas formas de falar o português.”

[3.6] “Ele lembrou que, a partir da reforma, as Nações Unidas vão poder usar o português como uma de suas línguas oficiais, o que não é possível hoje pela falta de **uniformidade ortográfica**.”

[6.2] “Tanto na academia brasileira como na congênere portuguesa, sempre houve comissões mais ou menos permanentes em busca da **unificação ortográfica** que, a bem da verdade, é quase completa, com exceção de pequeno número de palavras sobre as quais não existe consenso. Exemplo: dificilmente o Brasil aceitará escrever "facto" em vez de "fato", duas palavras que, em Portugal, têm sentidos diferentes.”

[7.1] “Segundo o MEC, a adaptação à **nova ortografia** já em 2009 não é obrigatória; a resolução apenas dá essa possibilidade às editoras.”

[9.2] “Para o ex-presidente da ABL, Marcos Vilaça, ‘a **simplificação do emprego do idioma** vai possibilitar o incremento das relações culturais’.”

[14.5] “Porque sem uma **alteração ortográfica** nós não temos uma política internacional comum para a língua. Não temos motores de busca que vão atrás de quatro versões gráficas da mesma palavra. Não temos um programa informático que varie em função dessas coisas.”

[20.2] “Os leitores terão uma noção mais clara do que muda com a nova edição do ‘Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa’ (ed. Objetiva), o primeiro dicionário brasileiro a contemplar integralmente a **nova lexicografia**.”

[49.2] “O **acordo internacional**, assinado em 1990, foi concebido para unificar e simplificar a grafia da língua portuguesa.”

[49.3] “No início do ano, quando aumentaram os rumores de que as **mudanças ortográficas acordadas** em 1990 finalmente seriam tiradas da gaveta, a ABL começou a se debruçar sobre a questão. Seis lexicógrafos e três acadêmicos têm essa missão.”

[52.2] “As reformas são responsáveis pelos resquícios e/ou reminiscências, que acabam passando de geração para geração, seja pelos livros que se tornam "velhos", mas continuam vivos nas estantes (nem poderia ser diferente – quem se atreveria a jogar fora um exemplar de "Vidas Sêcas" só porque o título carrega um decrépito circunflexo?), seja pela mais do que

humana incapacidade (e falta de vontade, por que não?) de se adequar às **mudanças ortográficas** depois de uma certa idade.”

[59.1] “É a terceira **mudança ortográfica** no Brasil.”

[59.2] “Jan. 2013 é quando só a **nova grafia** passa a ser considerada correta”

[60.1] “Com a **nova norma**, muitos livros terão de ser "reeditados”

[60.3] “As **novas regras** devem manter aquecidos os debates sobre como escrever corretamente pelo menos até fevereiro, quando a ABL (Academia Brasileira de Letras) anuncia a divulgação do Volp ("Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa"), que trará a grafia oficial das palavras.”

[60.4] “A Ática, por exemplo, retirou momentaneamente de um de seus livros didáticos, agora impressos na **nova norma**, uma lição baseada em um anúncio publicitário com palavras formadas por hífen – tema onde estão concentradas as principais dúvidas.”

[61.4] “A última **reforma da língua** portuguesa foi marcada pelas mudanças na acentuação.”

[64.2] “O que se acaba de fazer mediante o **Acordo de 1990**, portanto, é uma mudança preconizada há muito tempo.”

[65.2] “Apenas o Supremo Tribunal Federal vai cumprir as **novas regras** desde o início.”

[65.3] “O órgão passou os últimos três meses treinando técnicos e revisores para que todos os documentos produzidos passem a ser redigidos pela **nova norma** no primeiro dia de 2009, como está definido em decreto.”

[66.1] “Para pôr fim a essa situação de duplicidade de ortografia, que tem raízes históricas profundas, foi assinado um **acordo de uniformização ortográfica** entre os oito Estados nacionais da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).”

[66.2] “A discussão sobre o Acordo tem-se baseado em diversos equívocos. Em primeiro lugar, não se trata de uma **unificação da língua**, mas da ortografia.”

[66.3] “Na verdade, a rigor, não se trata de uma **reforma ortográfica**, mas de um **acordo de unificação ortográfica**.”

[66.4] “Afirma-se que a reforma é tímida, é "meia-sola", que seria necessário fazer uma **mudança ortográfica** profunda.”

[66.5] “É preciso considerar ainda que uma **modificação ortográfica** radical condenaria, em pouco tempo, todo o material gráfico armazenado à obsolescência, pois seria preciso um preparo específico para lê-lo.”

[66.6] “Além disso, o princípio da dupla grafia não é invenção do acordo, pois ele já existe no **sistema ortográfico** brasileiro: aceitam-se como corretas, por exemplo, as formas contacto e contato, secção e seção, sinóptico e sinótico, cotidiano e quotidiano.”

[66.7] “Visa a afirmar, por meio da **unificação ortográfica**, uma unidade linguística de base, que emerge de uma grande diversidade e que é o símbolo da união dos povos da CPLP.”

[67.2] “1943 – É redigido o “**Formulário Ortográfico**”, que, entre outros pontos:

- Define que o alfabeto tem 23 letras (k, w e y devem ser usadas somente em casos especiais)

- Elimina consoantes que não são proferidas, como em ‘assignatura’ e ‘sciencia”

[68.2] ‘Para Carlos Alberto Faraco, doutor em linguística e professor da Universidade Federal do Paraná, os brasileiros não terão tanta dificuldade para absorver **as novas regras**. "Se você observar o comportamento das pessoas hoje, você vai ver que elas nem usam mais boa parte dessas coisas que vão desaparecer", afirma.”

[68.3] “De acordo com Faraco, **unificando a ortografia**, os brasileiros terão uma preocupação a menos.”

[69.3] “E acrescenta: "Teremos quatro anos para consolidar essa **nova ortografia**. Ninguém é obrigado a mudar a sua maneira de escrever, mas não adianta ser contra as mudanças, pois estamos sujeitos à lei".”

[70.2] “O período de transição para que a população se adapte às mudanças vai até o fim de 2012, a partir de 1º de janeiro de 2013, a **nova ortografia** será a única considerada correta.”

[70.3] ““Os editores já precisavam dele para usá-lo como fonte de orientação’, afirma Azeredo, que coordenou o guia ‘Escrevendo pela **Nova Ortografia**’ (parceria entre a Publifolha e o Instituto Houaiss), que detalha **as novas regras**.”

[71.2] “Num desleixo exemplar, o governo não treinou funcionários para a **nova ortografia** e não faz ideia de quando vai implementá-la.”

[71.3] “Pensado para **unificar a linguagem** escrita nos países lusófonos, o Acordo Ortográfico produz muito barulho por quase nada.”

[71.4] “A **nova ortografia** altera algumas fôrmas das ideias, jamais seu conteúdo.”

[72.2] ‘A adaptação à **nova ortografia** no museu deve ser concluída até o fim de 2010.”

[72.4] “Não, vou tentar, vou tentar escrever na **nova regra**.”

[72.5] “Então, posso estar enganado, mas acho que essa **mudança ortográfica** vai ser assimilada rapidamente.”

[73.1] “Qualquer especialista sabe que as maiores dificuldades na aquisição de nosso **sistema ortográfico** residem na representação de alguns fonemas (unidades sonoras) como o que se representa por ‘X’ e por ‘CH’ (xale, chapéu, enxame, encher) e o que se representa por ‘Z’, por ‘S’ e por ‘X’ (rezar, pesar, examinar).”

[73.2] “É preciso lembrar ainda que, sendo o **sistema ortográfico** vigente no Brasil o modelo do Acordo, são mínimas as alterações que nos atingem.”

[73.3] “Finalmente, é preciso saber o que se está entendendo por ‘**reforma da língua**’.”

[74.2] “Por isso decidiu-se **unificar o modo de escrever as palavras** em todos esses países.”

[74.3] “Nós vamos continuar falando do mesmo jeito, mas **a grafia da palavra mudou.**”

[75.1] “Para tirar dúvidas sobre as **mudanças da nova ortografia**, os brasileiros podem recorrer à Academia Brasileira de Letras.”

[76] 03/01/2009 (Ensino médio só terá livro com **nova grafia** em 2012, de Angela Pinho)

[77.1] “A Fuvest informou que tanto a **nova ortografia** da língua portuguesa – que entrou em vigor no dia 1º – quanto a anterior serão aceitas nas respostas das questões, já que o período de transição do **Acordo Ortográfico** vai até 2012.”

[78.3] “O Executivo e o Congresso não se prepararam para a mudança, e os textos oficiais continuarão sendo redigidos com base nas **regras ortográficas antigas.**”

[79.3] “qual era a situação do **regramento ortográfico** nos países de língua oficial portuguesa”

[79.4] “Contra o acordo, um argumento forte é o que se centra no fato de que outros países vivem comunidades de língua oficial sem necessidade de **regramento ortográfico** comum, ficando abrigadas pacificamente grafias diferentes nos diferentes países, e até dentro de um mesmo país.”

[79.5] “Brasil e Portugal tinham, cada um, seu **regramento ortográfico** particular e oficializado.”

[79.6] “No começo da história de uma busca de **fixação ortográfica**, os tempos eram outros.”

[79.7] “Quando, em 1904, Portugal fez sua tentativa nesse sentido, nada sinalizava alguma atenção à produção linguística do Brasil, ainda sem a mínima **padronização de linguagem** e sem representatividade político-cultural.”

[79.8] “O Brasil, por sua vez, na mesma época (1907), cuidou de uma **uniformização interna da grafia**, com um projeto que também denunciava uma "anarquia ortográfica" brasileira.”

[79.12] “Ora, todos eles, até agora, se regram pela **fixação ortográfica** de Portugal, o que compõe um cenário estranho, que coloca o Brasil numa **situação oficializada de ortografia** discrepante daquela dos demais componentes do bloco de países de língua oficial portuguesa.”

[80.2] “Qual a sua opinião sobre as **novas normas?**”

[80.3] “Acredita que há alguma desvantagem **em unificar a grafia**, do ponto de vista cultural, prático?”

[80.4] “Como será a recepção **às novas normas** em países africanos como Angola?”

[82.1] “O novo **sistema ortográfico** é considerado ‘**um acordo em desacordo**’ pela escritora portuguesa Inês Pedrosa, que promete continuar seguindo a antiga regra em seus livros.”

[82.3] “Vamos supor que ele significasse a **unificação gráfica do português.**”

[84.2] “Por enquanto, a **nova ortografia** está sendo aplicada principalmente em lançamentos, que já estão em livrarias brasileiras.”

[87.1] “A ‘Base XVI’ (‘Do hífen nas formações por prefixação, recomposição e sufixação’) do **texto oficial do Acordo** não é precisa o bastante para deixar claro o que ocorre, [...]”

[90.1] “E o Lula gosta de beber e não gosta de ler. E assim mesmo ele implantou a Lei Seca e assinou a reforma ortográfica.”; “E essa reforma ortográfica não é bem uma reforma, é um puxadinho. Um **puxadinho ortográfico.**”

[92.1] “No Brasil, a discussão sobre o **Acordo Ortográfico** está em alta: desde o fim do ano passado, as editoras têm lançado livros seguindo **as novas normas**, os principais meios de comunicação adotaram a **nova grafia** e as escolas afirmam que vão ensinar, a partir deste ano, o fim do trema, entre outras mudanças impostas pelo **Acordo**, que aqui entrou em vigor no dia 1º.”

[92.2] “Com exceção de Portugal, os outros países que ratificaram o Acordo – Cabo Verde e São Tomé e Príncipe – parecem não estar dando muita bola para a **mudança na ortografia.**”

[92.3] “Já em Portugal, onde a transição também começou no dia 1º, o “Diário da República”, espécie de “Diário Oficial” lusitano, já é publicado com a **nova grafia**, segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros.”

[94.1] “Maria Helena Moura Neves acredita que o tempo de adaptação às **novas regras** para os jovens será curto.”

[94.2] “Ela diz também que “as mudanças não vão poder ser desculpa para mau **desempenho ortográfico** nos vestibulares””

[94.3] “Sou a favor daquilo que você está chamando de reforma, não por se tratar de uma **reforma da nossa ortografia**, mas por constituir um **acordo ortográfico** entre os países de língua portuguesa oficial.”

[94.4] “Em outras palavras, não são as mudanças em si que eu defendo, mas o fato de ter sido empreendida uma **unificação da ortografia** na comunidade de países que têm a língua portuguesa como língua oficial.”

[95.1] “Daniella Leite quer estudar as **novas regras da ortografia** para os vestibulares do final do ano.”

[95.2] “Vestibulandos têm até 2012 para aprender **novas regras**”

[95.4] “De acordo com Ana Zilocchi, os professores vão aprender **as novas regras** junto com os alunos.”

[96.2] “Por isso, especialistas acreditam que a adaptação dos brasileiros às **novas regras** não será tão complexa.”

[96.3] “Portanto, quem quer aprender **as novas regras** logo deve tomar cuidado com dicionários publicados recentemente e **corretores ortográficos** que já podem ser baixados na internet, já que não se sabe como ficarão alguns vocábulos.”

[98.2] “**As mudanças que a língua portuguesa passou este mês** e também em anos anteriores são tema para alguns quadros do programa.”

[98.3] “Em outra passagem, o programa traz informações curiosas sobre **as novas regras**, que fizeram desaparecer o trema, mudar o hífen e os acentos de algumas palavras.”

[100.1] “Convém lembrar que o "Acordo" teve por princípio **a unificação da grafia** do português nos sete (depois oito) países que o têm como língua oficial.”

[102.1] “O quarto e último princípio geral afirma que o **Acordo** deve: ‘Preservar a **tradição ortográfica** refletida nos formulários e vocabulários oficiais anteriores, quando das omissões do texto do Acordo’.”

[103.2] “Sistema de leitura e escrita que é utilizado por cegos enfrenta as mesmas **alterações ortográficas** da escrita comum.”

[103.4] “**Tudo o que mudou no português escrito** mudou da mesmíssima maneira no português convertido em braile, o sistema tátil usado por cegos do mundo inteiro para ler e escrever.”

[103.6] “As **mudanças ortográficas** haviam sido definidas em 1990 por países que têm o português como língua oficial.’

[103.7] “‘As nossas preocupações agora são orientar os professores e garantir que a produção dos livros didáticos em braile esteja compatível com **a nova grafia**’, afirma Martinha Clarete Dutra, que responde, no Ministério da Educação, pelas políticas de inclusão.”

[103.8] “A partir de 2013, porém, só serão aceitas como corretas **as novas regras**.”

[109.1] “**Acordo ortográfico?** Que nada. Enquanto alguns quebram a cabeça para se adequar a **novas regras** da língua portuguesa, outros estão preocupados mesmo é em criar idiomas e modificá-los como bem entenderem.”

[111.2] “Para facilitar o aprendizado e deixar os seus textos de acordo com a **nova ortografia**, você pode usar alguns sites que fazem a revisão on-line para você, como o FLiP (tinyurl.com/flippt).”

[113.2] “Para o autor, **uma ortografia comum** beneficia todos os países lusófonos, mas é especialmente importante para os países africanos, que produzem menos livros.”

[113.5] “Positivamente. Acho que a existência de **uma ortografia comum** beneficia toda a gente, em todos os territórios onde se fala a nossa língua, e em particular na África, porque nós produzimos muito poucos livros.”

[118.1] “CAMÕES, Machado e Luandino são gigantes literários intocados pela **nova ortografia** da língua portuguesa, decidida pelos Estados da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).”

[118.2] “É o caso das próprias Constituições, normas máximas desses países, que terão de ser ‘recompostas’ em **nova ortografia** portuguesa, adaptando-se às normas legais que, em cada país, incorporaram o **acordo** comum.”

[118.3] “Uma lei a mudar as Constituições? O Direito, que determina a **mudança ortográfica**, também é atingido por ela”

[118.4] “Há casos em que a própria Constituição trouxe para dentro de si a **oficialização da língua portuguesa** e das formas de expressão, como na Constituição brasileira.”

[118.7] “Provando-se, sociologicamente, que **as novas medidas** facilitarão o contato entre os povos e a circulação da leitura, serão muito bem-vindas.”

[118.5] “Efabulemos: poderia o Estado, numa provocação à literalidade de algumas Constituições, impor **a mudança de uma vasta parte da ortografia portuguesa**, desde que mantivesse a designação "língua portuguesa"? Uma língua pode ser imposta pelo Estado ou só deve por ele ser reconhecida?”

[122.2] “Pela **nova regra**, o acento agudo nos ditongos abertos (éi, éu, ói) desaparece nas paroxítonas.”

[122.3] “Um novo fôlder, que servirá de bússola para grupos formados por familiares, virá dentro **das novas regras**.”

[122.5] “A quarta e última fase do trabalho será executar **as alterações previstas**.”

[126] 11/02/2009 (Corrija textos sob a **nova ortografia** no Firefox e no BrOffice.org, por José Antônio Ramalho)

[126.2] “Com **a mudança da ortografia**, usuários de processadores de texto e outros programas que permitem a digitação de palavras em campos de formulários ou páginas da internet encontrarão o inconveniente de ter palavras sendo digitadas corretamente sob a **nova ortografia**, mas apontadas como incorretas pelo revisor.”

[126.3] “Embora nos próximos três anos as duas grafias sejam aceitas, é importante iniciar o processo de adaptação **às novas regras**”

[126.4] “De nada adianta você escrever certo pela **nova ortografia**, e o processador de texto indicar que está errado.”

[126.5] “Quem usa o pacote gratuito BrOffice.org, por outro lado, já conta com um complemento que permite revisar um documento sob a **nova ortografia**.”

[126.8] “A partir desse momento, qualquer página da internet que for aberta e contiver uma área para edição de textos poderá ser usada com a **nova ortografia**.”

[126.9] “Instalando o novo conversor, você terá uma forma de escrever sob a **nova ortografia** em um editor de textos compatível com o formato do Word.”

[132.1] “O Brasil foi o primeiro país entre os que integram a CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa) a **adotar oficialmente a nova grafia**.”

[134.6] “[Eles] devem estar preparados para responder a questões objetivas acerca da **nova ortografia**, principalmente os que participarem de seleções para revisores e professores de língua portuguesa.”

[134.7] “Isso não significa que os de outras áreas não devam conhecer e estudar **as mudanças ortográficas**’, orienta o Cespe/ UnB.”

[134.8] “Até agora, não foram pedidos conhecimentos específicos sobre **as novas normas** nas provas deste ano.”

[134.10] “A orientação que recebeu de professores foi a de dedicar seu tempo a outras matérias, pois, argumenta, a possibilidade de ter de responder questões sobre **as novas regras** é remota.”

[135] 11/03/2009 ("**Vocabulário Ortográfico**" será lançado dia 19 e esclarece dúvidas)

[135.3] “Apesar de o texto do Acordo indicar que a palavra deve ser grafada com hífen e a letra h, Evanildo Bechara, coordenador da Comissão de Lexicografia e Lexicologia da ABL e um dos responsáveis pela elaboração do Volp, diz que ‘**o Acordo está em desacordo** com ele mesmo’”

[136.2] “Um abaixo-assinado de 100 mil pessoas pediu a revisão do assunto. Alguns escritores chamam a decisão de ‘bizarria’ e acusam **o texto do Acordo** de ‘inúmeras contradições e até mesmo equívocos’, o que não representa nenhuma tragédia, pois a correção poderá ser feita até 2012.”

[136.3] “O Ministério da Educação avaliará os livros didáticos, no próximo ano, somente se estiverem de acordo com a ‘**nova ortografia**’.”

[136.4] “Enquanto aqui o Ministério da Educação, para cumprir decreto do presidente Lula, marcou prazo para as alterações nos livros didáticos, em Portugal há um eloquente silêncio quanto **às novas regras gramaticais**.”

[136.5] “Os meios culturais de Portugal estimulam uma ‘guerra de palavras’. Só três jornais, dos mais importantes, adotam **os novos procedimentos**.”

[143.2] “O que é o Volp: É o **vocabulário ortográfico** oficial da língua portuguesa elaborado pela Academia Brasileira de Letras.”

[144.2] “O Brasil deveria estar atento para isso, não levantando mais suscetibilidade nenhuma’, diz, lembrando o fato de alguns portugueses terem reclamado das **mudanças provocadas pelo Acordo** – enquanto apenas 0,5% do vocabulário brasileiro foi modificado, em Portugal a mudança chegou a 1,5%.”

[144.3] “José Luiz Fiorin, professor da USP e autor de livros sobre linguística, tem opinião semelhante: ‘O fato de o Brasil publicar um **vocabulário ortográfico** dá a impressão de que ele está querendo governar a implantação do Acordo’.”

145.2] “A reação conta com políticos, jornalistas e intelectuais do Estado, que prometem criar um blog, no site da Assembleia Legislativa, para dar início ao ‘Fórum de Defesa da Nossa Acreanidade’. No espaço, as pessoas vão poder manifestar repúdio ou apoio à **mudança ortográfica**.”

[148.1] “A analista de comunicação Veridiana Vergeli Tavares da Silva, que participou de um curso sobre as **novas regras ortográficas**.”

[148.4] “Nosso material de comunicação já é feito pela **nova norma**. Em seguida, pretendemos treinar quem lida com a língua de maneira instrumental, como secretárias e advogados, e, depois, os executivos.”

[148.5] “A empresa disponibilizou manual e toda mensagem interna também segue **a regra nova**.”

[148.6] “Em março, o grupo lançou a revista ‘Renner’, com 700 mil exemplares, que é todo feito segundo **as novas normas**.”

[154.2] “MUITO JÁ se falou sobre o Novo Acordo Ortográfico. A frouxidão de argumentos que embasaram a sua implantação, como a suposta necessidade de **unificar a grafia da língua** portuguesa nos países em que é o idioma oficial, em favor do estímulo ao intercâmbio cultural entre as nações lusófonas e da simplificação de documentos oficiais, já foi suficientemente denunciada.”

[159.2] “O novo dicionário não foi lançado para aproveitar o embalo do Acordo Ortográfico. Ao contrário. A adaptação **às novas regras** atrasou seu lançamento em mais de um ano.”

[164.5] “Os dois maiores grupos editoriais do país (Leya e Porto Editora) ainda não têm planos de adotar **a nova ortografia**.”

[169.1] “Problemas e/ou surpresas à parte, resta-nos aceitar a (às vezes aparente) incoerência e memorizar a **grafia oficial**”

[169.4] “Boa parte da culpa por esse equívoco é da imprensa, que ainda insiste em falar das ‘**mudanças na língua**’, quando se refere à reforma (sim, reforma, e não acordo – que diabo de acordo é esse, ao qual só o Brasil aderiu?).”

[172.5] “Para a próxima versão do Office, a 2010, a Microsoft estuda permitir que o usuário opte pelo dicionário da **nova ortografia**, pelo da antiga ou por um terceiro que mescla ambas.”

[172.6] “Um dos maiores concorrentes do Office, o pacote gratuito BrOffice.org oferece desde julho do ano passado o download de seu **verificador ortográfico** atualizado para a reforma.”

[175.1] “Entre as prioridades da gestão, estão a divulgação da **nova ortografia da língua portuguesa** e o centenário de Rachel de Queiroz.”